Chapada Branca Holding S.A.

CNPJ nº 09.531.894/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca" ou "Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia que abrangem a Chapada Branca e suas controladas diretas e indiretas, conjuntamente referidas como "Grupo", preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

Controladas diretas	Participação no capital
Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Chapada I")	100%
Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Chapada II")	100%
Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Chapada III")	100%
Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca")	100%
Controladas indiretas	**Participação no capital**
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.	100%

1. Considerações iniciais: Durante o exercício de 2024, o Grupo manteve um engajamento proativo na promoção de melhorias operacionais e gerenciais, com foco significativo nas normas e requisitos de saúde, segurança e preservação ambiental, sempre buscando incorporar as melhores práticas do setor. O Centro de Operações localizado em Natal - RN é responsável pela supervisão remota dos ativos de geração eólica dos complexos de Chapada I, Chapada II, Chapada III e Asa Branca, assim como pelo fornecimento de suporte de engenharia com o intuito de otimizar seus procedimentos, oferecendo apoio contínuo às equipes em campo. A Receita Líquida do Grupo apresentou uma redução de 0,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a 2023. A Administração da Companhia reitera seu compromisso com seus acionistas, clientes, parceiros, comunidades onde atua e demais stakeholders, permanecendo confiante na estabilidade e resiliência dos negócios do Grupo. A Companhia continua comprometida com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e com os valores e princípios do Grupo. **2. Ambiente Macroeconômico:** A atividade econômica brasileira apresentou resultados positivos em 2024. Esse desempenho foi impulsionado por uma recuperação robusta em diversos setores, refletindo um ambiente econômico mais favorável. O mercado de trabalho também se destacou, alcançando a menor taxa de desemprego da série histórica desde 2012. Ao mesmo tempo, a inflação medida pelo IPCA ultrapassou o limite superior da margem de tolerância estabelecida pelo governo. Em resposta a esse cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou aumentos sucessivos na taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, durante todo o ano de 2024, terminando o ano com um último aumento de 12,25% a.a. visando controlar a pressão sobre os preços. Para 2025, as expectativas do mercado, conforme indicado pelo relatório Focus, projetam um crescimento do PIB em torno de 2%. O tema fiscal continua sendo um desafio preponderante para a economia brasileira. O mercado espera uma política fiscal orientada pela austeridade financeira, com o objetivo de reduzir os gastos públicos e mitigar os riscos associados ao aumento da inflação. **3. Ambiente Regulatório: 3.1 Expansão da Geração e Evolução da Carga:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) registrou em dezembro uma ampliação de 503 megawatts (MW) na capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, avanço que colaborou para um crescimento de 19,8 gigawatts (GW) na matriz elétrica brasileira ao longo de 2024. Assim, o país passa a contar com 246,5 GW de potência instalada. De acordo com a Agência, para o ano de 2024, o destaque foi a evolução da capacidade instalada da Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD), que atingiu o patamar de 35,65 GW de potência sendo, 9,02 GW, a capacidade instalada adicionada em 2024. Dessa forma, a MMGD passa a figurar como a 3º maior fonte de geração do Brasil atrás apenas das usinas hidráulicas com 110 GW e termelétrica com 48 GW, seguida da fonte eólica com 33 GW e solar fotovoltaica com 18 GW. Com relação às expectativas para o ano de 2025, a ANEEL estima um incremento de 8,3 GW de potência, sendo 3,2 GW de projetos de fonte solar, 2,4 GW movidas as combustível fóssil, 2,1 GW de eólica, 0,33 GW de biomassa e 0,25 GW de hidráulicas. Quanto ao consumo, em 2024, a carga global do SIN deve totalizar 573.021 GWh, o que corresponde a um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Tal comportamento da carga do SIN durante o ano de 2024 foi impactado por fatores relativos à confiança econômica e a eventos meteorológicos. Sob a ótica da confiança econômica, o destaque vai para o os índices de confiança da indústria, da construção e do consumo. A evolução favorável e a resiliência do mercado de trabalho e da renda, contribuíram para a manutenção da demanda interna aquecida gerando reflexos positivos nos resultados do Produto Interno Brasileiro (PIB) e, consequentemente, sobre o crescimento da carga. O cenário de alta da inflação, iniciado em maio de 2024, com a consequente retomada da política monetária contracionista, em setembro, ainda não mostrou seus efeitos sobre o comportamento da carga. Tal como o comportamento dos indicadores econômicos, os fatores meteorológicos também impactaram o comportamento da carga do SIN ao longo do ano de 2024. O fenômeno do El Niño influenciou o comportamento da carga ao longo do 1º semestre do ano de 2024, com destaque para o 1º trimestre do referido ano, onde pôde ser observada anomalia positiva de temperatura em todas as regiões do país. Entre os meses de abril e maio, foi observada precipitação acima da média com destaque para a ocorrência de evento extremo no Rio Grande do Sul. Já no segundo semestre, o desempenho da carga foi afetado pela predominância de temperaturas extremas (máximas e mínimas) acima da média histórica nas regiões que compõem os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) e Sul, acompanhada de precipitação abaixo da média histórica. Para 2025, as projeções da CCEE, EPE e ONS indicam um crescimento da carga global da ordem de 3,5% relativamente ao ano anterior, ou seja, 2.791 MW médios superior à carga verificada em 2024. **3.2 Reservatórios do Setor Elétrico e seus Efeitos sobre o PLD:** No primeiro semestre de 2024, o Brasil vivenciou uma situação confortável de geração de energia elétrica no país, principalmente devido às condições climáticas favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. No entanto, da segunda metade do ano em diante, a região Sudeste/Centro-Oeste, que é o subsistema que possui aproximadamente 70% da capacidade de armazenamento de água do SIN, apresentou níveis preocupantes de armazenamento, os quais somente se recuperaram em meados do mês de novembro. Dessa forma, os níveis de armazenamento do SIN encerraram 2024 em 53%, 7 p.p abaixo de 2023 (60%). Isso refletiu em um aumento do custo de geração de energia no país e o *Generation Scaling Factor* (GSF) atingiu 87% em média para 2024, uma redução de 2,2% comparado ao ano anterior. Não apenas a hidrologia afetou negativamente os níveis de GSF, mas também o acionamento de termelétricas, visando preservar os recursos hídricos, uma das medidas utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar problemas de abastecimento no país, especialmente nos horários de pico de consumo de energia, devido às chuvas abaixo do esperado. Adicionalmente, com o acionamento das usinas térmicas associados aos baixos níveis dos reservatórios, comtribuíram para uma alta volatilidade do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), o qual alcançou, em determinados períodos de outubro, 716,80 R$/MWh, e retornando ao limite mínimo regulatório de 61,07 R$/MWh. **4. Responsabilidade social:** O Grupo tem como objetivo produzir energia elétrica a partir da fonte de energia eólica e tem como missão gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade. O Complexo Eólico Chapada Branca é constituído por vinte Parques Eólicos (Ventos de Santa Joana IX, Ventos de Santa Joana X, Ventos de Santa Joana XI, Ventos de Santa Joana XII, Ventos de Santa Joana XIII, Ventos de Santa Joana XV, Ventos de Santa Joana XVI, Ventos de Santa Joana I, Ventos de Santa Joana III, Ventos de Santa Joana IV, Ventos de Santa Joana V, Ventos de Santa Joana VII, Ventos de Santo Augusto IV, Ventos de Santo Augusto III, Ventos de Santo Augusto V, Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII) localizados nos municípios de João Câmara, Jandaíra e Parazinho no Rio Grande do Norte e nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões no Piauí. A Companhia entende que os investimentos sociais criam oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. A Companhia possui uma equipe dedicada para a gestão e cumprimento dos requisitos legais presentes nas suas licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental estadual IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte para a SEMAR – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí. O Grupo executa ações socioambientais na região onde estão localizados os empreendimentos. Essas ações são executadas através de programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, os quais criam um canal contínuo de comunicação e interação entre o empreendedor e as comunidades nas proximidades do Complexo Eólico Chapada Branca, de modo a mantê-las informadas das atividades desenvolvidas ao longo de sua operação, podendo, dessa forma, sanar as dúvidas, minimizar as expectativas negativas em relação ao empreendimento, assim como maximizar os impactos positivos. Além disso, objetiva criar condições efetivas para a conscientização ambiental da população do entorno do empreendimento na construção de um senso crítico que os leve a compreender a importância participativa no processo de melhoria da qualidade de vida individual e coletiva da população local. Dentre as ações socioambientais, em 2024, foram realizadas visitas periódicas nas escolas e entidades dos municípios com o objetivo de despertar o interesse dos estudantes de diversas faixas etárias no "mundo" da geração de energia renovável, visando difundir conhecimento sobre o funcionamento da geração de energias renováveis através do vento. Desta forma, são apresentadas as diversas áreas e profissões que atuam neste setor de energia, auxiliando a informar às entidades do município sobre as ações realizadas pelo empreendimento. Neste ano de 2024, no âmbito do Programa de Educação, foram realizadas visitas nas seguintes escolas e entidades da região: Escola Municipal Modelo I e II e Escola Municipal Alexandre Câmara, no distrito de Pereiro – RN; e as Escolas Municipal Tancredo de Almeida Neves, Centro Municipal de Educação Infantil Joana D'arc, no município de Parazinho – RN, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social de João Câmara – RN e Prefeitura e Secretaria de Meio Ambiente de Parazinho - RN. Também foram realizadas visitas as comunidades da Serra do Bom Jardim, Serra de Sebastião Silvestre, Cícero Mundinho, Serra dos Elias, Serra de João Tomaz e Serra do Gesso que ficam próximas ao Complexo Eólico da Chapada do Piauí. Nestas visitas, foram trabalhadas as temáticas de 2024 para o meio ambiente da ONU ("Combate à Desertificação e Restauração da Terra") e a temática "Sustentabilidade: Uso dos Recursos Naturais", considerando a necessidade de trabalhar a temática dos recursos naturais renováveis e não renováveis no cotidiano. Além disso, foi abordada a problemática da supressão vegetal sem autorização, buscando esclarecer as características do Bioma Caatinga com a maior vulnerabilidade aos processos de desertificação, como seca extrema e erosão. Com a necessidade de sensibilizar a população acerca desse tema, foram selecionadas mudas nativas frutíferas e não frutíferas e realizados os plantios nas escolas visitadas e em áreas próximas. Ocorreu a distribuição de materiais informativos com a temática abordada na Educação Ambiental para os profissionais de educação das escolas visitadas e nas instituições e órgãos estratégicos dos municípios de João Câmara e Parazinho – RN durante reuniões ocorridas neste período. Em dezembro o Grupo promoveu o Natal Solidário que contou com doações de brinquedos para as crianças nas comunidades próximas aos parques. O Grupo, em cumprimento às leis e à conformidade legal, executa diversos Programas Socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Em 2024, também foram executados os Programas Ambientais programados para o período, como o Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, Programa de Controle e Monitoramento dos Processos Erosivos e Equipamentos de Drenagem, Programa de Sinalização Informativa, Programa de Monitoramento de Ruídos e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD. **5. Desempenho econômico-financeiro:** Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita Operacional:** Conforme demonstrado no quadro a seguir a Receita Líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 407.539, o que representa uma redução de 0,9% quando comparado ao exercício de 2023. Essa redução é decorrente, principalmente, da queda na geração de energia; como consequência, também é verificado um aumento na provisão de ressarcimento. Abaixo o quadro com a composição da Receita Líquida.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta CCEAR	588.913	563.354
Provisão para Ressarcimento	(175.205)	(149.700)
Receita Bruta	**413.708**	**413.654**
Receita Bruta Mercado Livre	11.806	15.536
Total Receita Bruta	**425.514**	**429.190**
Impostos e Encargos	(17.975)	(17.811)
Receita Líquida	**407.539**	**411.379**

Geração Operacional de Caixa: O EBITDA é uma medida não contábil, calculado a partir da soma do prejuízo do exercício, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional do Grupo. Abaixo o cálculo do EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(118.192)	(64.730)
Depreciação e amortização	128.594	126.156
Resultado financeiro	132.567	111.489
Imposto de renda e contribuição social	26.747	28.407
EBITDA	**169.716**	**201.322**

A geração de caixa operacional do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 169.716 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que representa uma redução de 15,7% quando comparado ao exercício anterior. Isso se deve, substancialmente, à queda de R$ 19.038 do lucro bruto do Grupo em razão da menor geração de energia em 2024 **Resultado financeiro:** O resultado financeiro do Grupo apresentou pior desempenho, saindo de um resultado negativo de R$ 111.489 em 2023 para R$ 132.567, também negativos, em 2024. O fator preponderante foi à redução nas receitas financeiras de R$ 68.984 em 2023 para R$ 28.630 em 2024, essa redução está diretamente ligada à redução do saldo de caixa e, consequentemente, dos rendimentos de aplicações financeiras em razão dos pagamentos dos ressarcimentos. **Resultado do exercício:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apurou um prejuízo de R$ 118.192 em comparação a um prejuízo de R$ 64.730 em 31 de dezembro de 2023, decorrente principalmente (i) da redução do lucro operacional de R$ 34.044 decorrente dos fatores supracitados, e (ii) do aumento do prejuízo financeiros de R$ 21.078, conforme mencionado acima. Abaixo apresentamos a demonstração do resultado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	407.539	411.379
Custo do serviço de energia elétrica	(265.456)	(250.258)
Lucro bruto	**142.083**	**161.121**
Despesas gerais e administrativas	(61.960)	(52.025)
Outros ganhos	(39.001)	(33.930)
Lucro operacional	**41.122**	**75.166**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	28.630	68.984
Despesas financeiras	(161.197)	(180.473)
	(132.567)	**(111.489)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(91.445)**	**(36.323)**
Imposto de renda e contribuição social	(26.747)	(28.407)
Prejuízo do exercício	**(118.192)**	**(64.730)**

Endividamento: Em 31 de dezembro de 2024, a posição do endividamento do Grupo era de R$ 1.158.262, que representa uma redução de 8,5% em relação a 31 de dezembro de 2023, cuja dívida total era de R$ 1.265.634.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Debêntures	129.733	144.645
Financiamentos	94.779	858.625
(–) Custo de Colocação	–	(4.239)
	224.512	**999.031**
Não circulante		
Debêntures	264.066	277.435
Financiamentos	681.527	–
(–) Custo de colocação debêntures	(11.843)	(10.832)
	933.750	**266.603**
Total debêntures	**1.158.262**	**1.265.634**

6. Agradecimentos: Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.605	5.551	349.998	318.521
Caixa restrito	7	–	–	2.965	–
Contas a receber		–	–	62.088	20.415
Estoques		–	–	12.390	12.943
Tributos a recuperar	8	623	288	28.200	25.985
Partes relacionadas	9	4.522	8.044	8	5.970
Despesas antecipadas		111	248	6.792	7.848
Outras contas a receber		280	224	15.159	1.817
Total do ativo circulante		**9.141**	**14.355**	**477.600**	**393.499**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	9	–	512	–	512
Tributos a recuperar	8	–	–	3.841	2.659
Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos	10	–	–	106.564	74.497
Depósitos judiciais		68	98	2.010	1.953
Tributos diferidos	11	–	–	18.001	17.620
Despesas antecipadas		–	–	46	85
		68	**610**	**130.462**	**97.326**
Investimentos	12	846.856	405.015	–	–
Ativo de direito de uso		5	1.052	145	1.471
Imobilizado	13	1.554	2.113	1.971.283	1.963.340
Intangível	14	1.849	1.624	157.494	180.878
Total do ativo não circulante		**850.332**	**410.414**	**2.259.384**	**2.243.015**
Total do ativo		**859.473**	**424.769**	**2.736.984**	**2.636.514**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores	15	711	613	41.814	45.789
Debêntures e financiamentos	16	–	–	224.512	999.031
Partes relacionadas	9	195	29.860	8.854	29.860
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		2.934	10.274	33.169	21.128
Provisão de ressarcimento	17	–	–	479.199	499.965
Passivo de arrendamento		38	514	171	759
Provisão de Liminar excludente	17	–	–	34.434	32.028
Outras contas a pagar	17	5.998	3.419	5.998	3.419
Total do passivo circulante		**9.876**	**44.680**	**828.151**	**1.631.979**
Não circulante					
Debêntures e financiamentos	16	–	–	933.750	266.603
Partes relacionadas	9	–	15.964	–	15.964
Provisão para perda de investimento	12	2.452	–	–	–
Provisão de ressarcimento	17	–	–	105.239	72.856
Provisão para causas judiciais	17	2.339	1.904	2.962	2.379
Provisão para desmobilização	17	–	–	22.076	22.278
Passivo de arrendamento		–	645	–	793
Outras contas a pagar	17	71.465	76.838	71.465	76.838
Total do passivo não circulante		**76.256**	**95.351**	**1.135.492**	**457.711**
Total do passivo		**86.132**	**140.031**	**1.963.643**	**2.089.690**
Patrimônio líquido					
Capital social	18	1.669.218	1.083.779	1.669.218	1.083.779
Prejuízos acumulados		(895.877)	(799.041)	(895.877)	(799.041)
Total atribuído aos sócios da controladora		**773.341**	**284.738**	**773.341**	**284.738**
Participação dos não controladores		–	–	–	262.086
Total do patrimônio líquido		**773.341**	**284.738**	**773.341**	**546.824**
Total do passivo e patrimônio líquido		**859.473**	**424.769**	**2.736.984**	**2.636.514**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita líquida de vendas	19	–	–	407.539	411.379
Custo do serviço de energia elétrica	20	–	–	(265.456)	(250.258)
Lucro bruto		**–**	**–**	**142.083**	**161.121**
Despesas gerais e administrativas	21	(8.704)	(15.933)	(61.960)	(52.025)
Resultado com participações societárias	12	(80.345)	(26.538)	–	–
Outros ganhos (perdas), líquidos	21	–	(8.822)	(39.001)	(33.930)
Lucro (prejuízo) operacional		**(89.049)**	**(51.293)**	**41.122**	**75.166**
Resultado financeiro	22				
Receitas financeiras		1.610	19.760	28.630	68.984
Despesas financeiras		(9.397)	(20.051)	(161.197)	(180.473)
		(7.787)	**(291)**	**(132.567)**	**(111.489)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(96.836)**	**(51.584)**	**(91.445)**	**(36.323)**
Imposto de renda e contribuição social	23	–	–	(26.747)	(28.407)
Prejuízo do exercício		**(96.836)**	**(51.584)**	**(118.192)**	**(64.730)**
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações – R$	18			**(0,07)**	**(0,05)**
Prejuízo atribuível a					
Acionistas da Companhia				(96.836)	(51.584)
Participação de não controladores				(21.356)	(13.146)
				(118.192)	**(64.730)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prejuízo do exercício	(96.836)	(51.584)	(118.192)	(64.730)
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente	**(96.836)**	**(51.584)**	**(118.192)**	**(64.730)**
Prejuízo atribuível a			(96.836)	(51.584)
Sócios da Empresa			(21.356)	(13.146)
Participação de não controladores			**(118.192)**	**(64.730)**

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Chapada Branca Holding S.A.

CNPJ nº 09.531.894/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca" ou "Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia que abrangem a Chapada Branca e suas controladas diretas e indiretas, conjuntamente referidas como "Grupo", preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

Controladas diretas	Participação no capital
Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Chapada I")	100%
Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Chapada II")	100%
Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Chapada III")	100%
Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca")	100%

Controladas indiretas	Participação no capital
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.	100%

1. Considerações iniciais: Durante o exercício de 2024, o Grupo manteve um engajamento proativo na promoção de melhorias operacionais e gerenciais, com foco significativo nas normas e requisitos de saúde, segurança e preservação ambiental, sempre buscando incorporar as melhores práticas do setor. O Centro de Operações localizado em Natal - RN é responsável pela supervisão remota dos ativos de geração eólica dos complexos de Chapada I, Chapada II, Chapada III e Asa Branca, assim como pelo fornecimento de suporte de engenharia com o intuito de otimizar seus procedimentos, oferecendo apoio contínuo às equipes em campo. A Receita Líquida do Grupo apresentou uma redução de 0,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a 2023. A Administração da Companhia reitera seu compromisso com seus acionistas, clientes, parceiros, comunidades onde atua e demais stakeholders, permanecendo confiante na estabilidade e resiliência dos negócios do Grupo. A Companhia continua comprometida com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e com os valores e princípios do Grupo. **2. Ambiente Macroeconômico:** A atividade econômica brasileira apresentou resultados positivos em 2024. Esse desempenho foi impulsionado por uma recuperação robusta em diversos setores, refletindo um ambiente econômico mais favorável. O mercado de trabalho também se destacou, alcançando a menor taxa de desemprego da série histórica desde 2012. Ao mesmo tempo, a inflação medida pelo IPCA ultrapassou o limite superior da margem de tolerância estabelecida pelo governo. Em resposta a esse cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou aumentos sucessivos na taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, durante todo o ano de 2024, terminando o ano com um último aumento de 12,25% a.a. visando controlar a pressão sobre os preços. Para 2025, as expectativas do mercado, conforme indicado pelo relatório Focus, projetam um crescimento do PIB em torno de 2%. O tema fiscal continua sendo um desafio preponderante para a economia brasileira. O mercado espera uma política fiscal orientada pela austeridade financeira, com o objetivo de reduzir os gastos públicos e mitigar os riscos associados ao aumento da inflação. **3. Ambiente Regulatório: 3.1 Expansão da Geração e Evolução da Carga:** A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) registrou em dezembro uma ampliação de 503 megawatts (MW) na capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, avanço que colaborou para um crescimento de 19,8 gigawatts (GW) na matriz elétrica brasileira ao longo de 2024. Assim, o país passa a contar com 246,5 GW de potência instalada. De acordo com a Agência, para o ano de 2024, o destaque foi a evolução da capacidade instalada da Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD), que atingiu o patamar de 35,65 GW de potência sendo, 9,02 GW, a capacidade instalada adicionada em 2024. Dessa forma, a MMGD passa a figurar como a 3º maior fonte de geração do Brasil atrás apenas das usinas hidráulicas com 110 GW e termelétrica com 48 GW, seguida da fonte eólica com 33 GW e solar fotovoltaica com 18 GW. Com relação às expectativas para o ano de 2025, a ANEEL estima um incremento de 8,3 GW de potência, sendo 3,2 GW de projetos de fonte solar, 2,4 GW movidas as combustível fóssil, 2,1 GW de eólica, 0,33 GW de biomassa e 0,25 GW de hidráulicas. Quanto ao consumo, em 2024, a carga global do SIN deve totalizar 573.021 GWh, o que corresponde a um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Tal comportamento da carga do SIN durante o ano de 2024 foi impactado por fatores relativos à confiança econômica e a eventos meteorológicos. Sob a ótica da confiança econômica, o destaque vai para o os índices de confiança da indústria, da construção e do consumo. A evolução favorável e a resiliência do mercado de trabalho e da renda, contribuíram para a manutenção da demanda interna aquecida gerando reflexos positivos nos resultados do Produto Interno Brasileiro (PIB) e, consequentemente, sobre o crescimento da carga. O cenário de alta da inflação, iniciado em maio de 2024, com a consequente retomada da política monetária contracionista, em setembro, ainda não mostrou seus efeitos sobre o comportamento da carga. Tal como o comportamento dos indicadores econômicos, os fatores meteorológicos também impactaram o comportamento da carga do SIN ao longo do ano de 2024. O fenômeno do El Niño influenciou o comportamento da carga ao longo do 1º semestre do ano de 2024, com destaque para o 1º trimestre do referido ano, onde pôde ser observada anomalia positiva de temperatura em todas as regiões do país. Entre os meses de abril e maio, foi observada precipitação acima da média com destaque para a ocorrência de evento extremo no Rio Grande do Sul. Já no segundo semestre, o desempenho da carga foi afetado pela predominância de temperaturas extremas (máximas e mínimas) acima da média histórica nas regiões que compõem os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) e Sul, acompanhada de precipitação abaixo da média histórica. Para 2025, as projeções da CCEE, EPE e ONS indicam um crescimento da carga global da ordem de 3,5% relativamente ao ano anterior, ou seja, 2.791 MW médios superior à carga verificada em 2024. **3.2 Reservatórios do Setor Elétrico e seus Efeitos sobre o PLD:** No primeiro semestre de 2024, o Brasil vivenciou uma situação confortável de geração de energia elétrica no país, principalmente devido às condições climáticas favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. No entanto, da segunda metade do ano em diante, a região Sudeste/Centro-Oeste, que é o subsistema que possui aproximadamente 70% da capacidade de armazenamento de água do SIN, apresentou níveis preocupantes de armazenamento, os quais somente se recuperaram em meados do mês de novembro. Dessa forma, os níveis de armazenamento do SIN encerraram 2024 em 53%, 7 p.p abaixo de 2023 (60%). Isso refletiu em um aumento do custo de geração de energia no país e o *Generation Scaling Factor* (GSF) atingiu 87% em média para 2024, uma redução de 2,2% comparado ao ano anterior. Não apenas a hidrologia afetou negativamente os níveis de GSF, mas também o acionamento de termelétricas, visando preservar os recursos hídricos, uma das medidas utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar problemas de abastecimento no país, especialmente nos horários de pico de consumo de energia, devido às chuvas abaixo do esperado. Adicionalmente, com o acionamento das usinas térmicas associados aos baixos níveis dos reservatórios, comtribuíram para uma alta volatilidade do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), o qual alcançou, em determinados períodos de outubro, 716,80 R$/MWh, e retornando ao limite mínimo regulatório de 61,07 R$/MWh. **4. Responsabilidade social:** O Grupo tem como objetivo produzir energia elétrica a partir da fonte de energia eólica e tem como missão gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade. O Complexo Eólico Chapada Branca é constituído por vinte Parques Eólicos (Ventos de Santa Joana IX, Ventos de Santa Joana X, Ventos de Santa Joana XI, Ventos de Santa Joana XII, Ventos de Santa Joana XIII, Ventos de Santa Joana XV, Ventos de Santa Joana XVI, Ventos de Santa Joana I, Ventos de Santa Joana III, Ventos de Santa Joana IV, Ventos de Santa Joana V, Ventos de Santa Joana VII, Ventos de Santo Augusto IV, Ventos de Santo Augusto III, Ventos de Santo Augusto V, Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII) localizados nos municípios de João Câmara, Jandaíra e Parazinho no Rio Grande do Norte e nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões no Piauí. A Companhia entende que os investimentos sociais criam oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. A Companhia possui uma equipe dedicada para a gestão e cumprimento dos requisitos legais presentes nas suas licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental estadual IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte para a SEMAR – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí. O Grupo executa ações socioambientais na região onde estão localizados os empreendimentos. Essas ações são executadas através de programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, os quais criam um canal contínuo de comunicação e interação entre o empreendedor e as comunidades nas proximidades do Complexo Eólico Chapada Branca, de modo a mantê-las informadas das atividades desenvolvidas ao longo de sua operação, podendo, dessa forma, sanar as dúvidas, minimizar as expectativas negativas em relação ao empreendimento, assim como maximizar os impactos positivos. Além disso, objetiva criar condições efetivas para a conscientização ambiental da população do entorno do empreendimento na construção de um senso crítico que os leve a compreender a importância participativa no processo de melhoria da qualidade de vida individual e coletiva da população local. Dentre as ações socioambientais, em 2024, foram realizadas visitas periódicas nas escolas e entidades dos municípios com o objetivo de despertar o interesse dos estudantes de diversas faixas etárias no "mundo" da geração de energia renovável, visando difundir conhecimento sobre o funcionamento da geração de energias renováveis através do vento. Desta forma, são apresentadas as diversas áreas e profissões que atuam neste setor de energia, auxiliando a informar às entidades do município sobre as ações realizadas pelo empreendimento. Neste ano de 2024, no âmbito do Programa de Educação, foram realizadas visitas nas seguintes escolas e entidades da região: Escola Municipal Modelo I e II e Escola Municipal Alexandre Câmara, no distrito de Pereiro – RN; e as Escolas Municipal Tancredo de Almeida Neves, Centro Municipal de Educação Infantil Joana D'arc, no município de Parazinho – RN, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social de João Câmara – RN e Prefeitura e Secretaria de Meio Ambiente de Parazinho - RN. Também foram realizadas visitas as comunidades da Serra do Bom Jardim, Serra de Sebastião Silvestre, Cícero Mundinho, Serra dos Elias, Serra de João Tomaz e Serra do Gesso que ficam próximas ao Complexo Eólico da Chapada do Piauí. Nestas visitas, foram trabalhadas as temáticas de 2024 para o meio ambiente da ONU ("Combate à Desertificação e Restauração da Terra") e a temática "Sustentabilidade: Uso dos Recursos Naturais", considerando a necessidade de trabalhar a temática dos recursos naturais renováveis e não renováveis no cotidiano. Além disso, foi abordada a problemática da supressão vegetal sem autorização, buscando esclarecer as características do Bioma Caatinga com a maior vulnerabilidade aos processos de desertificação, como seca extrema e erosão. Com a necessidade de sensibilizar a população acerca desse tema, foram selecionadas mudas nativas frutíferas e não frutíferas e realizados os plantios nas escolas visitadas e em áreas próximas. Ocorreu a distribuição de materiais informativos com a temática abordada na Educação Ambiental para os profissionais de educação das escolas visitadas e nas instituições e órgãos estratégicos dos municípios de João Câmara e Parazinho – RN durante reuniões ocorridas neste período. Em dezembro o Grupo promoveu o Natal Solidário que contou com doações de brinquedos para as crianças nas comunidades próximas aos parques. O Grupo, em cumprimento às leis e à conformidade legal, executa diversos Programas Socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Em 2024, também foram executados os Programas Ambientais programados para o período, como o Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, Programa de Controle e Monitoramento dos Processos Erosivos e Equipamentos de Drenagem, Programa de Sinalização Informativa, Programa de Monitoramento de Ruídos e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD. **5. Desempenho econômico-financeiro:** Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita Operacional:** Conforme demonstrado no quadro a seguir a Receita Líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 407.539, o que representa uma redução de 0,9% quando comparado ao exercício de 2023. Essa redução é decorrente, principalmente, da queda na geração de energia; como consequência, também é verificado um aumento na provisão de ressarcimento. Abaixo o quadro com a composição da Receita Líquida.

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta CCEAR	588.913	563.354
Provisão para Ressarcimento	(175.205)	(149.700)
Receita Bruta	**413.708**	**413.654**
Receita Bruta Mercado Livre	11.806	15.536
Total Receita Bruta	**425.514**	**429.190**
Impostos e Encargos	(17.975)	(17.811)
Receita Líquida	**407.539**	**411.379**

Geração Operacional de Caixa: O EBITDA é uma medida não contábil, calculado a partir da soma do prejuízo do exercício, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional do Grupo. Abaixo o cálculo do EBITDA do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(118.192)	(64.730)
Depreciação e amortização	128.594	126.156
Resultado financeiro	132.567	111.489
Imposto de renda e contribuição social	26.747	28.407
EBITDA	**169.716**	**201.322**

A geração de caixa operacional do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 169.716 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que representa uma redução de 15,7% quando comparado ao exercício anterior. Isso se deve, substancialmente, à queda de R$ 19.038 do lucro bruto do Grupo em razão da menor geração de energia em 2024 **Resultado financeiro:** O resultado financeiro do Grupo apresentou pior desempenho, saindo de um resultado negativo de R$ 111.489 em 2023 para R$ 132.567, também negativos, em 2024. O fator preponderante foi à redução nas receitas financeiras de R$ 68.984 em 2023 para R$ 28.630 em 2024, essa redução está diretamente ligada à redução do saldo de caixa e, consequentemente, dos rendimentos de aplicações financeiras em razão dos pagamentos dos ressarcimentos. **Resultado do exercício:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apurou um prejuízo de R$ 118.192 em comparação a um prejuízo de R$ 64.730 em 31 de dezembro de 2023, decorrente principalmente (i) da redução do lucro operacional de R$ 34.044 decorrente dos fatores supracitados, e (ii) do aumento do prejuízo financeiros de R$ 21.078, conforme mencionado acima. Abaixo apresentamos a demonstração do resultado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	407.539	411.379
Custo do serviço de energia elétrica	(265.456)	(250.258)
Lucro bruto	**142.083**	**161.121**
Despesas gerais e administrativas	(61.960)	(52.025)
Outros ganhos	(39.001)	(33.930)
Lucro operacional	**41.122**	**75.166**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	28.630	68.984
Despesas financeiras	(161.197)	(180.473)
	(132.567)	**(111.489)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(91.445)**	**(36.323)**
Imposto de renda e contribuição social	(26.747)	(28.407)
Prejuízo do exercício	**(118.192)**	**(64.730)**

Endividamento: Em 31 de dezembro de 2024, a posição do endividamento do Grupo era de R$ 1.158.262, que representa uma redução de 8,5% em relação a 31 de dezembro de 2023, cuja dívida total era de R$ 1.265.634.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Debêntures	129.733	144.645
Financiamentos	94.779	858.625
(–) Custo de Colocação	–	(4.239)
	224.512	**999.031**
Não circulante		
Debêntures	264.066	277.435
Financiamentos	681.527	–
(–) Custo de colocação debêntures	(11.843)	(10.832)
	933.750	**266.603**
Total debêntures	**1.158.262**	**1.265.634**

6. Agradecimentos: Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.605	5.551	349.998	318.521
Caixa restrito	7	–	–	2.965	–
Contas a receber		–	–	62.088	20.415
Estoques		–	–	12.390	12.943
Tributos a recuperar	8	623	288	28.200	25.985
Partes relacionadas	9	4.522	8.044	8	5.970
Despesas antecipadas		111	248	6.792	7.848
Outras contas a receber		280	224	15.159	1.817
Total do ativo circulante		**9.141**	**14.355**	**477.600**	**393.499**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	9	–	512	–	512
Tributos a recuperar	8	–	–	3.841	2.659
Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos	10	–	–	106.564	74.497
Depósitos judiciais		68	98	2.010	1.953
Tributos diferidos	11	–	–	18.001	17.620
Despesas antecipadas		–	–	46	85
		68	**610**	**130.462**	**97.326**
Investimentos	12	846.856	405.015	–	–
Ativo de direito de uso		5	1.052	145	1.471
Imobilizado	13	1.554	2.113	1.971.283	1.963.340
Intangível	14	1.849	1.624	157.494	180.878
Total do ativo não circulante		**850.332**	**410.414**	**2.259.384**	**2.243.015**
Total do ativo		**859.473**	**424.769**	**2.736.984**	**2.636.514**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante					
Fornecedores	15	711	613	41.814	45.789
Debêntures e financiamentos	16	–	–	224.512	999.031
Partes relacionadas	9	195	29.860	8.854	29.860
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		2.934	10.274	33.169	21.128
Provisão de ressarcimento	17	–	–	479.199	499.965
Passivo de arrendamento		38	514	171	759
Provisão de Liminar excludente	17	–	–	34.434	32.028
Outras contas a pagar	17	5.998	3.419	5.998	3.419
Total do passivo circulante		**9.876**	**44.680**	**828.151**	**1.631.979**
Não circulante					
Debêntures e financiamentos	16	–	–	933.750	266.603
Partes relacionadas	9	–	15.964	–	15.964
Provisão para perda de investimento	12	2.452	–	–	–
Provisão de ressarcimento	17	–	–	105.239	72.856
Provisão para causas judiciais	17	2.339	1.904	2.962	2.379
Provisão para desmobilização	17	–	–	22.076	22.278
Passivo de arrendamento		–	645	–	793
Outras contas a pagar	17	71.465	76.838	71.465	76.838
Total do passivo não circulante		**76.256**	**95.351**	**1.135.492**	**457.711**
Total do passivo		**86.132**	**140.031**	**1.963.643**	**2.089.690**
Patrimônio líquido					
Capital social	18	1.669.218	1.083.779	1.669.218	1.083.779
Prejuízos acumulados		(895.877)	(799.041)	(895.877)	(799.041)
Total atribuído aos sócios da controladora		**773.341**	**284.738**	**773.341**	**284.738**
Participação dos não controladores		–	–	–	262.086
Total do patrimônio líquido		**773.341**	**284.738**	**773.341**	**546.824**
Total do passivo e patrimônio líquido		**859.473**	**424.769**	**2.736.984**	**2.636.514**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita líquida de vendas	19	–	–	407.539	411.379
Custo do serviço de energia elétrica	20	–	–	(265.456)	(250.258)
Lucro bruto		**–**	**–**	**142.083**	**161.121**
Despesas gerais e administrativas	21	(8.704)	(15.933)	(61.960)	(52.025)
Resultado com participações societárias	12	(80.345)	(26.538)	–	–
Outros ganhos (perdas), líquidos	21	–	(8.822)	(39.001)	(33.930)
Lucro (prejuízo) operacional		**(89.049)**	**(51.293)**	**41.122**	**75.166**
Resultado financeiro	22				
Receitas financeiras		1.610	19.760	28.630	68.984
Despesas financeiras		(9.397)	(20.051)	(161.197)	(180.473)
		(7.787)	**(291)**	**(132.567)**	**(111.489)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(96.836)**	**(51.584)**	**(91.445)**	**(36.323)**
Imposto de renda e contribuição social	23	–	–	(26.747)	(28.407)
Prejuízo do exercício		**(96.836)**	**(51.584)**	**(118.192)**	**(64.730)**
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações – R$	18			**(0,07)**	**(0,05)**
Prejuízo atribuível a					
Acionistas da Companhia				(96.836)	(51.584)
Participação de não controladores				(21.356)	(13.146)
				(118.192)	**(64.730)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Prejuízo do exercício	(96.836)	(51.584)	(118.192)	(64.730)
Outros componentes do resultado abrangente	–	–	–	–
Total do resultado abrangente	**(96.836)**	**(51.584)**	**(118.192)**	**(64.730)**
Prejuízo atribuível a			(96.836)	(51.584)
Sócios da Empresa			(21.356)	(13.146)
Participação de não controladores			**(118.192)**	**(64.730)**

continua ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Chapada Branca Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social Subscrito	(–) a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos sócios da Controladora	Participação de não controladores	Total do Patrimonio líquido
Em 01 de janeiro de 2023		**1.087.265**	**(23.746)**	**(747.457)**	**316.062**	**275.232**	**591.294**
Integralização de capital		–	20.260	–	20.260	–	20.260
Prejuízo do exercício		–	–	(51.584)	(51.584)	(13.146)	(64.730)
Em 31 de dezembro de 2023		**1.087.265**	**(3.486)**	**(799.041)**	**284.738**	**262.086**	**546.824**
Aumento e integralização de capital	18	362.760	(18.625)	–	344.135	–	344.135
Prejuízo do exercício		–	–	(96.836)	(96.836)	(21.356)	(118.192)
Total de contribuição de acionistas		**1.450.025**	**(22.111)**	**(895.877)**	**532.037**	**240.730**	**772.767**
Integralização de capital	12	–	–	–	–	8.820	8.820
Aquisição de ações de não controladas	1.5 e 18	241.304	–	–	241.304	(241.304)	–
Baixa de mais valia de não controladas		–	–	–	–	(8.246)	(8.246)
Em 31 de dezembro de 2024		**1.691.329**	**(22.111)**	**(895.877)**	**773.341**	**–**	**773.341**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(96.836)	(51.584)	(91.445)	(36.323)
Ajustes de receitas e despesas			–		–
Depreciação e amortização	20 e 21	939	1.067	127.905	125.320
Amortização de ativo de direito de uso	20 e 21	409	470	689	836
Baixa de ativo imobilizado		–	194	42.532	31.476
Resultado com participações societárias	12	80.345	26.538	–	–
Atualização financeira de outras contas a pagar	22	6.588	17.980	6.588	17.980
Atualização financeira de provisão de liminar excludente	22	–	–	2.406	798
Atualização financeira de provisão de desmobilização	22	–	–	2.309	2.191
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	19 e 22	–	–	189.456	164.061
Provisão para contingência		435	1.249	583	1.298
Provisão de juros – passivo de arrendamento	22	(76)	181	(30)	261
Juros, variações monetárias e amortização de custo – debêntures e financiamentos	22	–	–	123.323	134.393
Juros variações monetárias e cambiais partes relacionadas		1.394	(17.236)	1.394	(17.235)
Variações nos ativos e passivos			–		–
Contas a receber		–	–	(41.673)	37.005
Estoques		–	–	553	(3.325)
Tributos a recuperar		(335)	(93)	(3.397)	(2.183)
Partes relacionadas		1.477	(7.654)	12.617	(9.683)
Outras contas a receber		(56)	2.300	(13.342)	58.974
Despesas antecipadas		137	(125)	1.095	(5.997)
Depósitos judiciais		30	(38)	(57)	7
Fornecedores		98	(436)	(4.578)	1.170
Provisão de ressarcimento		–	–	(177.839)	(174.850)
Outras contas a pagar		–		–	
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(7.340)	(11.976)	(1.942)	(18.070)
Caixa gerado nas (aplicado nas) operações		**(12.791)**	**(39.163)**	**177.147**	**308.104**
Juros pagos de debêntures e financiamentos	16	–	–	(93.928)	(101.874)
Juros sobre mútuo	9	(28.524)	(25.311)	(28.524)	(25.311)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(10.745)	(27.330)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**(41.315)**	**(64.474)**	**43.950**	**153.589**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			–		
Redução de capital em controladas	12	–	43.497	–	–
Aumento de capital em controladas		(278.430)	–	–	–
Adições de bens do ativo imobilizado e intangível		(605)	(263)	(167.550)	(77.708)
Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos		–	–	(32.067)	(4.516)
Caixa restrito		–		(2.965)	
Partes relacionadas – recebimento de dividendos	9	41	10.015	–	–
Partes Relacionadas – recebimento principal de mútuo	9	441	–	441	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		**(278.553)**	**53.249**	**(202.141)**	**(82.224)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de debêntures e financiamentos	16	–	–	(136.767)	(129.732)
Pagamento de arrendamento		(407)	(609)	(714)	(941)
Partes relacionadas – pagamento principal mútuo	9	(16.424)	–	(16.424)	–
Pagamento de outras contas a pagar	17 (a)	(9.382)	(8.283)	(9.382)	(8.283)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		344.135	20.260	352.955	20.260
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		**317.922**	**11.368**	**189.668**	**(118.696)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1.946)	143	31.477	(47.331)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**5.551**	**5.408**	**318.521**	**365.852**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**3.605**	**5.551**	**349.998**	**318.521**

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Chapada Branca Holding S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Holding Ltda.) ("Companhia" ou "Controladora"), com sede no Estado de São Paulo, cidade de São Paulo, foi constituída em 28 de janeiro de 2008. A Companhia tem por objeto social a realização das seguintes atividades relacionadas a projetos de geração de energia: i) Holdings de instituições não-financeiras; ii) Geração de energia elétrica; e, iii) Comércio atacadista de energia elétrica. A Companhia, juntamente com suas controladas diretas e indiretas é referida como "Grupo" ao longo destas demonstrações financeiras. Os acionistas atuais da Companhia são Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. (controladora), com participação de 90% das ações, e Invenergy Wind South América LLC, com participação de 10% das ações. Em última instância, o Grupo é controlado pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria"). A Companhia é controladora das seguintes companhias:

Controladas diretas.	Participação no capital
Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Chapada I")	100%
Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Chapada II")	100%
Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Chapada III")	100%
Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca")	100%
Controladas indiretas	**Participação no capital**
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca V Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	100%
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A.	100%

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 7 de abril de 2025. **1.2 Contratos de Energia: (i) Contrato de Energia Proveniente de Leilão de Fontes Alternativas – LFA – Asa Branca:** Em 26 de agosto de 2010, as companhias Asa Branca IV Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca IV"), Asa Branca V Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca V"), Asa Branca VI Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VI"), Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VII") e Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VIII"), conjuntamente referidas como "SPEs Asa Branca" sagraram-se vencedoras do 2º Leilão de Energia de Fontes Alternativas ("LFA"), e assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia. Pelos contratos em questão, as SPEs Asa Branca comprometem-se a vender sua produção de energia na modalidade disponibilidade e com vinculação às usinas, conforme os montantes indicados na Cláusula 6ª de cada respectivo contrato de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR"), a partir da data de início do suprimento e pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2013. O preço médio dos CCEARs praticado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 302,13 por MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O CCEAR não prevê aplicação de penalidades ou pagamentos de bônus se a produção de energia de cada usina estiver dentro da faixa de tolerância que varia de 90% a 130% da energia anual contratada, de cada respectiva usina, e que é apurado ao final de cada ano e quadriênio. Os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, conforme o caso. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas a cada ano e cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2017 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2025. Os contratos de compra e venda de energia elétrica (*Power Purchase Agreements*; "PPA") supracitados possuem as seguintes características:

Controladas	Estado	Cidade	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física MWh/Ano	Início	Término
Asa Branca IV	RN	Parazinho	32	108.043	set–13	ago–33
Asa Branca V	RN	Parazinho	32	120.341	set–13	ago–33
Asa Branca VI	RN	João Câmara	32	113.314	set–13	ago–33
Asa Branca VII	RN	Parazinho	32	91.354	set–13	ago–33
Asa Branca VIII	RN	Parazinho	32	101.016	set–13	ago–33
			160	**534.068**		

(ii) Contratos de Energia de Reserva – CER – Chapada I: As companhias Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana IX"), Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana X"), Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XI"), Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XII"), Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XIII"), Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XV"), Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana XVI"), conjuntamente denominadas "SPEs Chapada I" firmaram Contratos de Energia de Reserva ("CER"), na modalidade quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") no 5º leilão de energia de reserva promovido em 23 de agosto de 2013. Pelo contrato em questão, as SPEs Chapada I comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2015 ao preço de R$ 109,96 por MWh a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo o preço médio dos CERs praticado em 31 de dezembro de 2024 de R$205,59 por MWh. Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada, apurada anualmente, sendo necessária a entrega de 100% da energia contratada ao final de cada quadriênio. Os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato são provisionadas anualmente e serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027. Os PPAs supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física MWh/Ano	Início	Término
Santa Joana IX	Piauí	Marcolândia	29,60	138.787	set–15	ago–35
Santa Joana X	Piauí	Marcolândia	29,60	140.544	set–15	ago–35
Santa Joana XI	Piauí	Marcolândia, Padre Marcos	29,60	140.544	set–15	ago–35
Santa Joana XII	Piauí	Simões	28,90	148.450	set–15	ago–35
Santa Joana XIII	Piauí	Marcolândia	29,60	140.544	set–15	ago–35
Santa Joana XV	Piauí	Marcolândia, Simões	28,90	142.301	set–15	ago–35
Santa Joana XVI	Piauí	Marcolândia	28,90	152.842	set–15	ago–35
			205,10	**1.004.012**		

(iii) Contrato de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos – LEN– Chapada II: As companhias Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana I"), Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana III"), Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana IV"), Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana V"), Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. ("Santa Joana VII"), Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. ("Santo Augusto IV"), conjuntamente denominadas "SPEs Chapada II" firmaram Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013. Pelos contratos em questão, as SPEs Chapada II comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R$132,56 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo o preço médio dos CCEARs em 31de dezembro de 2024 igual a R$236,08 MWh. Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90% a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadrienal, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027. Os PPAs supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física MWh/Ano	Início	Término
Santa Joana I	Piauí	Caldeirão Grande, Marcolândia	28,90	131.400	jan–16	dez–35
Santa Joana III	Piauí	Caldeirão Grande	29,60	117.384	jan–16	dez–35
Santa Joana IV	Piauí	Marcolândia	27,20	124.392	jan–16	dez–35
Santa Joana V	Piauí	Caldeirão Grande, Marcolândia	28,90	123.516	jan–16	dez–35
Santa Joana VII	Piauí	Caldeirão Grande	28,90	130.524	jan–16	dez–35
Santo Augusto IV	Piauí	Caldeirão Grande	28,90	135.780	jan–16	dez–35
			172,40	**762.996**		

(iv) Contrato de Energia de Reserva – CER – Chapada III: As companhias Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Santo Augusto III") e Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. ("Santo Augusto V"), conjuntamente denominadas "SPEs Chapada III" firmaram Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013. Pelos contratos em questão, as SPEs Chapada III comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada as distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R$132,56 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2024 igual a R$ 233,66 por MWh. Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90 a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadrienal, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027. Os PPAs supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física MWh/Ano	Início	Término
Santo Augusto III	Piauí	Simões	29,60	107.748	jan–16	dez–35
Santo Augusto V	Piauí	Simões	29,60	101.616	jan–16	dez–35
			59,20	**209.364**		

1.3 Contas de ressarcimentos: A conta de ressarcimento com a CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(a) CCEE – SPEs Chapada I: (i) Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida no ano, e considerando o desvio acumulado do ano anterior, seja: **a)** Inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá o valor do ressarcimento equivalente à aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, e uma penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%; **b)** Superior a 130% da energia contratada anualmente, as SPEs Chapada I receberão o valor equivalente a aplicação de 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas entre as SPEs Chapada I e a CCEE. **(ii) Ressarcimento quadrienal**: Ao final do exercício de quatro anos (quadriênio), caso a energia fornecida seja: **a)** Inferior a 100% da energia contratada para o exercício, o valor do ressarcimento total incluirá o valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado, e uma penalidade equivalente a aplicação de 6% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). **b)** Superior a 100% da energia contratada, as SPEs Chapada I receberão o valor equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. Na situação da energia quadrienal ser inferior ao limite estipulado, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir da apuração quadrienal. Em contrapartida, caso a energia gerada supere o limite máximo, o acerto financeiro ocorre mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas SPEs Chapada I à CCEE. O primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2027. **(b) SPEs Chapada II e III: (i) Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o preço de liquidação das diferenças ("PLD") médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, as SPEs Chapada II e/ou as SPEs Chapada III receberão o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. **(ii) Ressarcimento quadrienal:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as SPEs Chapada II e/ou as SPEs Chapada III receberão o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027. **(c) SPEs Asa Branca: (i) Ressarcimento anual**: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento. O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual descriminado abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre: i) 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio; ii) 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio; iii) 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio; iv) 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio; **(ii) Ressarcimento quadrienal**: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% e superior a 90% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento atualizado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. O primeiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2017 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2025. **1.4 Situação financeira:**

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Total do ativo circulante	9.141	14.355	477.600	393.499
(–) Total do passivo circulante	(9.876)	(44.680)	(828.151)	(1.631.979)
Capital circulante líquido	**(735)**	**(30.325)**	**(350.551)**	**(1.238.480)**

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço patrimonial da controladora é de R$ 735 (R$ 30.325 em 31 de dezembro de 2023) e no balanço patrimonial consolidado é de R$ 350.551 (R$ 1.238.480 em 31 de dezembro de 2023). O valor decorre substancialmente do passivo circulante da provisão de ressarcimento e das debêntures e financiamentos. A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, meteorologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à CCEE, que estão sendo discutidos judicialmente. Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2024, as controladas Chapada I, Chapada II e Chapada III não atingiram o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e na Escritura da 1a Emissão de Debêntures Simples ("Debêntures") no caso da Chapada I. No entanto, foi solicitado ao BNDES *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, em 30 de dezembro de 2024, com condição resolutiva de eficácia, em caso de não apresentação, de plano de ação, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de emissão da carta, em termos aceitáveis pelo BNDES, conforme detalhado na nota explicativa 16. Desta forma, o saldo devedor do BNDES foi reclassificado conforme o seu cronograma de pagamentos, entre curto e longo prazo. A Chapada I, no âmbito da sua 1ª emissão de debêntures, convocou Assembleia Geral de Debenturistas, em 22 de outubro de 2024, em primeira convocação, e em 30 de outubro de 2024, em segunda convocação, para tratar, dentre outros temas, da obtenção de *waiver* prévio pelo não atingimento do ICSD mínimo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que, uma vez instalada, não foi verificada a presença de quórum mínimo, o que restou prejudicada a matéria da ordem do dia. Portanto, o saldo devedor das debêntures de Chapada I continua classificado no curto prazo, conforme detalhado na nota explicativa 16. A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do Grupo e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários. O atual acionista controlador reforçou seu compromisso na continuidade dos negócios do Grupo, o qual deverá contar com seu suporte financeiro conforme eventual necessidade de caixa e dentro dos seus limites permitidos. **1.5 Principais eventos ocorridos no exercício de 2024: (a) Contrato de compra e venda da Companhia:** Em 04 de dezembro de 2023, a ContourGlobal

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Chapada Branca Holding S.A.

Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3"), sócia controladora da ContourGlobal do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") atualmente denominada Chapada Branca Holding S.A., celebrou contrato de compra e venda de quotas com a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("IBH XX"), empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos, para a alienação da totalidade do capital social da ContourGlobal e, de forma indireta, da totalidade da participação societária detida pela ContourGlobal nos capitais sociais de suas subsidiárias. A conclusão da operação estava sujeita à verificação ou renúncia de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e do BNDES. Em 30 de junho de 2024, a Companhia, recebeu todas as autorizações e cumpriu as condições necessárias para a conclusão da operação de compra e venda das quotas do seu capital social, no qual a IBH XX adquiriu 90% destas, enquanto a Invenergy Wind South America LLC ("Invenergy") adquiriu os 10% restantes, representando a totalidade do capital social da ContourGlobal vendido pela ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L.. **(b) Aquisição de participação de não controladores em Chapada I e Chapada II:** Em 30 de junho de 2024, com a conclusão da operação de compra e venda das quotas do capital social da Companhia mencionada na nota 1.5 (a), os acionistas IBH XX e Invenergy realizaram um aumento de capital na Companhia no montante de R$ 241.304, mediante a emissão de 241.304.274 novas quotas subscritas e integralizadas e que teve como contrapartida contábil a aquisição de participação societária, nos investimentos das controladas Chapada I, no montante de R$ 71.123 (nota 12 (b)) e Chapada II no montante de R$ 170.181 (nota 12 (b)), perfazendo, por fim, a aquisição da totalidade das ações pertencentes ao então acionista minoritário Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobras"), que representava 49% da participação acionária da Chapada I e Chapada II. **(c) Suspensão dos pagamentos de ressarcimentos:** Em 2024, seguindo o cronograma de liquidação da CCEE, o Grupo pagou o valor de R$ 218.020 (R$ 19.777 após junho 2024), que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CER e CCEAR e que haviam sido suspensos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por força do despacho nº 2.303/2019. Esse cronograma foi cumprido regularmente até a divulgação da contabilização da CCEE referente ao mês de fevereiro de 2024, quando os pagamentos dos ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021 em diante foram novamente interditos. **(d) Recebimento de integralização de capital:** Ao longo do exercício de 2024, a Companhia recebeu as seguintes integralizações de capital:

Data	Valor
15/03/2024	55.728
03/06/2024	9.407
08/07/2024	39.328
11/07/2024	4.370
10/09/2024	23.530
23/09/2024	211.772
Total	**344.135**

(e) Integralização de capital em controlada: Em 2024 foram realizadas integralizações de capital na controlada conforme segue abaixo:

	R$
Chapada do Piauí I	153.180
Chapada do Piauí II	80.000
Chapada do Piauí III	45.250
Total	**278.430**

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível os acionistas da Controladora. **(b) Transações com participações de não controladores:** Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis: Revisadas e vigentes:**

Normas		Alterações	Vigência
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com *Covenants*	01.01.2024
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Revisadas e não vigentes:**

Normas		Alterações	Vigência
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 18 (R2)	Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **2.1.2 Consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024: Possui 100% de participação nas companhias dos Complexos de Asa Branca Holding S.A, Chapada do Piauí I Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A. e Chapada do Piauí III Holding S.A. (nota 1.1) **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras e, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. As operações com moedas estrangeiras foram convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. **(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita:** No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual (nota 17(b)). **(b) Provisão de desmobilização:** Os valores da provisão de desmobilização, no consolidado, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas ajustadas ao valor presente nas controladas da Companhia (nota 17(a)). **4. Gestão de risco** : **4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA) e Financiamentos (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/ exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Debêntures, Financiamentos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não estava exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possuía ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas. O Grupo mantém contratos de financiamento corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), e debêntures que são atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Com essa exposição a taxas variáveis, suas variações representam ao Grupo um risco de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas IPCA e TJLP periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. **(c) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. O Grupo realiza análise de sensibilidade do principal risco ao qual as suas debêntures e seus financiamentos estão expostos, representado pela variação do IPCA e TJLP que corrige os saldos das debêntures e dos financiamentos. Para verificar a sensibilidade dessa correção monetária na data-base 31 de dezembro de 2024, foram definidos cinco cenários diferentes. O cenário I (provável) considera o cenário esperado de variação do IPCA e TJLP para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024, tendo como base as taxas futuras observadas no último Boletim Focus do Banco Central do Brasil publicado no exercício de 2024, e nas projeções oferecidas pelos bancos Itaú e Santander, conforme aplicável. Sobre o saldo em aberto da dívida é aplicada a diferença esperada para o IPCA, de 0,12%, entre o IPCA esperado para 31 de dezembro de 2025, no valor de 4,96%, e o IPCA realizado do ano 2024, no valor de 4,83% e para a TJPL é aplicado a diferença esperada de 1,34%, entre a TJLP esperada para 31 de dezembro de 2025, no valor de 8,87%, e a TJPL realizada do ano 2024, no valor de 7,43%. Os demais cenários sensibilizam a variação calculada aplicando variações de mais 25% e 50% e menos 25% e 50% sobre a variação esperada.

Consolidado

Operação	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Cenário +25%	Cenário +50%	Cenário (–) 25%	Cenário (–) 50%
Debêntures – Juros IPCA	393.799	(488)	(610)	(733)	610	733
Financiamento – Juros TJLP	776.306	(10.370)	(12.962)	(15.554)	12.962	15.554

(d) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, empréstimos e financiamentos, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na controladora de R$ 3.605 (R$ 5.551 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado de R$ 349.998 (R$ 318.521 em 31 de dezembro de 2023). Tal saldo com liquidez diária pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário.

Controladora

	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	711	–	–	–	711
Passivo de arrendamento	195	–	–	–	195
Outras contas a pagar	5.998	21.926	24.124	92.472	144.520
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	613	–	–	–	613
Partes relacionadas	29.860	16.423	–	–	46.283
Passivo de arrendamento	514	431	347	–	1.292
Outras contas a pagar	3.419	23.088	22.193	98.484	147.184

Consolidado

	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	41.814	–	–	–	41.814
Debêntures e financiamento	225.192	204.652	514.957	747.875	1.692.676
Partes relacionadas	8.854	–	–	–	8.854
Passivo de arrendamento	171	–	–	–	171
Provisão de ressarcimento	479.197	59.598	45.643	–	584.438
Provisão liminar excludente	34.434	–	–	–	34.434
Outras contas a pagar	5.998	21.926	24.124	92.472	144.520
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	45.789	–	–	–	45.789
Debêntures e financiamento	230.241	221.549	665.382	712.378	1.829.550

Consolidado

	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Partes relacionadas	29.860	16.423	–	–	46.283
Passivo de arrendamento	866	932	473	–	2.271
Provisão de ressarcimento	499.965	31.690	41.166	–	572.821
Provisão liminar excludente	32.028	–	–	–	32.028
Outras contas a pagar	3.419	23.088	22.193	98.484	147.184

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures, financiamentos e outras contas a pagar. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas, passivo de arrendamento e provisão de liminar excludente. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures e financiamentos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumarizados:

Consolidado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures e financiamentos	16	1.158.262	1.265.634
(–) Caixa e equivalentes de caixa	6	(349.998)	(318.521)
(–) Caixa restrito		(2.965)	–
(–) Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos		(106.564)	(74.497)
Dívida líquida		**698.735**	**872.616**
Total do patrimônio líquido	18	773.341	546.824
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		**1.472.076**	**1.419.440**
Índice de alavancagem financeira – %		**47%**	**61%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **(c) Mudanças climáticas:** Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **(d) Riscos de liquidação das debêntures, financiamentos e ressarcimentos:** O Grupo não tem gerado energia suficiente para atingir os volumes acordados em seus respectivos CER e CCEAR e, portanto, têm-se observado a quebra dos *covenants* nos complexos de Chapadas devido ao não atingimento do ICSD definido no contrato de financiamentos com o BNDES e na escritura da 1a. Emissão de Debêntures de Chapada I (nota 16), desde a operacionalização dos projetos, exigindo anualmente a aprovação de *waiver* por parte dos referidos credores. Como forma de reforçar o caixa dos complexos de Chapadas e mediante a aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas, foram realizados aportes relevantes na Chapada I, Chapada II e Chapada III, entre julho e setembro de 2024, no total de R$269.000. Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER e CCEAR, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, que finalizou em 2024, e estamos aguardando um novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado para os próximos 12 meses é de R$ 479.199, impactando assim em uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CER e CCEAR no referido período. Dessa forma, o aporte de R$269.000 realizado no exercício de 2024 para o complexo Chapadas poderá ser utilizado para fazer frente a estes gastos e eventualmente ser necessário algum reforço de caixa adicional para cumprir com tais ressarcimentos. **5. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos financeiros:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **Classificação, reconhecimento e mensuração:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo: **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" "Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos" e "Outras contas a receber".

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.605	5.551	349.998	318.521
Caixa restrito		–	–	2.965	–
Contas a receber		–	–	62.088	20.415
Partes relacionadas	9	4.522	8.556	8	6.482
Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos	10	–	–	106.564	74.497
Outras contas a receber		280	224	15.159	1.817
Ao custo amortizado		**8.407**	**14.331**	**536.782**	**421.732**

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023. **(i) *Impairment* de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser

continuação ☛

continuação

Chapada Branca Holding S.A.

estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023. O valor justo das parcelas de debêntures e dos financiamentos classificadas no passivo circulante não apresentam diferenças significativas em relação ao seu valor contábil. Isso ocorre porque o impacto do desconto é irrelevante, considerando os valores principais das debêntures e dos financiamentos.

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Debêntures e financiamentos	16	–	–	1.158.262	1.265.634
Partes relacionadas	9	195	45.824	8.854	45.824
Fornecedores	15	711	613	41.814	45.789
Outras contas a pagar	17	77.463	80.257	77.463	80.257
Passivo de arrendamento		38	1.159	171	1.552
Provisão de ressarcimento	17	–	–	584.438	572.821
Provisão de liminar excludente	17	–	–	34.434	32.028
Ao custo amortizado		**78.407**	**127.853**	**1.905.436**	**2.043.905**

(i) **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(ii) *Compensação de instrumentos financeiros*:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. **(iii) *Impairment de ativos financeiros*:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Composição:** As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 referiam-se a operações compromissadas atreladas à taxa DI (depósito interbancário), remuneradas a uma taxa média de 88% do CDI e CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados a uma taxa média de 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2023), com liquidez imediata.

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Recursos em banco e em caixa	1	12	416	13.989
Recursos em aplicações financeiras	3.604	5.539	349.582	304.532
	3.605	**5.551**	**349.998**	**318.521**

7. Contas a receber: Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração manteve o montante reconhecido de PECLD para os títulos vencidos há mais de 360 dias. **Composição:**

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Contas a receber de clientes	62.133	20.460
(–) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(45)	(45)
	62.088	**20.415**

	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
A vencer	62.088	20.415
Vencidos há mais de 360 dias	45	45
	62.133	**20.460**

8. Tributos a recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: Antecipação de IRPJ e CSLL, Impostos federais, IRRF, PIS e COFINS sobre ressarcimento. **Composição:**

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante				
IRRF sobre aplicações financeiras	127	139	2.153	4.537
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	–	–	17.491	18.222
ICMS a recuperar	–	–	–	178
PIS/COFINS	246	–	263	–
Antecipação de IRPJ e CSLL	–	–	3.938	–
IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte	250	149	4.355	3.048
	623	**288**	**28.200**	**25.985**
Não Circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	–	–	3.841	2.659
	–	**–**	**3.841**	**2.659**
	623	**288**	**32.041**	**28.644**

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. **9. Partes relacionadas: Política contábil:** As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, controladas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

		31/12/2024				Controladora 31/12/2023	
Empresas	**Natureza**	**Ativo circulante**	**Passivo circulante**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**
Ventos de Santa Joana IX	Custo compartilhado	197	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana X	Custo compartilhado	203	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana XI	Custo compartilhado	201	–	96	–	–	–
Ventos de Santa Joana XII	Custo compartilhado	242	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana XIII	Custo compartilhado	204	–	96	–	–	–
Ventos de Santa Joana XV	Custo compartilhado	246	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana XVI	Custo compartilhado	246	–	95	–	–	–
Asa Branca IV	Custo compartilhado	212	–	97	–	–	–
Asa Branca V	Custo compartilhado	208	–	96	–	–	–
Asa Branca VI	Custo compartilhado	205	–	95	–	–	–
Asa Branca VII	Custo compartilhado	195	–	92	–	–	–
Asa Branca VIII	Custo compartilhado	203	–	94	–	–	–
Ventos de Santa Joana I	Custo compartilhado	259	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana III	Custo compartilhado	240	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana IV	Custo compartilhado	256	–	92	–	–	–
Ventos de Santa Joana V	Custo compartilhado	267	–	95	–	–	–
Ventos de Santa Joana VII	Custo compartilhado	268	–	95	–	–	–
Ventos de Santo Augusto IV	Custo compartilhado	269	–	95	–	–	–
Ventos de Santo Augusto III	Custo compartilhado	201	–	91	–	–	–
Ventos de Santo Augusto V	Custo compartilhado	192	–	90	–	–	–
Invenergy Servicos Brasil Ltda.	Custo compartilhado	8	–	–	–	–	–
Contour Global Desenvolvimento S.A.	Custo compartilhado	–	–	621	–	–	–
Chapada do Piaui III Holding S.A.	Custo compartilhado	–	–	144	–	–	–
Contour Global Solutions Balsa LTDA.	Custo compartilhado	–	–	29	–	–	–
Contour Global Solutions Rio LTDA.	Custo compartilhado	–	–	21	–	–	–
Contour Global Solutions Mogi LTDA.	Custo compartilhado	–	–	51	–	–	–
Contourglobal Latam S.A.	Custo compartilhado	–	–	137	–	–	–
ContourGlobal Management Europa GmbH	Custo compartilhado	–	–		–	2.197	–
		4.522	–	**2.892**	–	**2.197**	–
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Outras contas a pagar	–	125	–	–	–	–
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A	Outras contas a pagar	–	62	–	–	–	–
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	Outras contas a pagar	–	8	–	–	–	–
		–	**195**	–	**–**	**–**	**–**
Contourglobal Terra Holdings S.á r.l	Contrato de mútuo	–	–	–	–	20.542	–
Contour Global Desenvolvimento S.A.	Contrato de mútuo	–	–	–	512	–	–
Contourglobal Latam S.A.	Contrato de mútuo	–	–	–	–	7.121	15.964
		–	–	–	**512**	**27.663**	**15.964**
Asa Branca Holding S.A.	Dividendos	–	–	41	–	–	–
		–	–	**41**	–	–	–
ContourGlobal plc	Repasse de despesas	–	–	5.111	–	–	–
		–	–	**5.111**	–	–	–
Total		**4.522**	**195**	**8.044**	**512**	**29.860**	**15.964**

Movimento: Controladora

Movimentação	**Custo compartilhado**	**Dividendos a receber**	**Natureza: Repasse de despesas**	**Ativo circulante: Total**	**Natureza: Contrato de Mútuo**	**Ativo não circulante: Total**	**Natureza: Custo compartilhado**	**Natureza: Outras contas a pagar**	**Natureza: Contrato de Mútuo**	**Passivo circulante: Total**	**Natureza: Contrato de Mútuo**	**Passivo não circulante: Total**
Saldo em 01/01/2023	**5.816**	**2.545**	**5.111**	**13.472**	**490**	**490**	**12.861**	**–**	**11.459**	**24.320**	**74.607**	**74.607**
Ingresso	19.333	7.511	–	26.844	–	–	2.216	–	–	2.216	–	–
Resultado	2.493	–	–	2.493	–	–	132	–	–	132	–	–
Provisão de juros	–	–	–	–	22	22		–	(7.395)	(7.395)	227	227
Variação cambial	(112)	–	–	(112)	–	–	809	–	6.819	7.628	(17.786)	(17.786)
Liquidação principal	(24.638)	(10.015)	–	(34.653)	–	–	(13.821)	–	–	(13.821)		–
Liquidação juros	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(25.311)	(25.311)
Reclassificação imposto retido (i)	–	–	–	–	–	–	–	–	1.070	1.070	(63)	(63)
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	15.710	15.710	(15.710)	(15.710)
Saldo em 31/12/2023	**2.892**	**41**	**5.111**	**8.044**	**512**	**512**	**2.197**	**–**	**27.663**	**29.860**	**15.964**	**15.964**
Ingresso	16.757	–	–	16.757	–	–	607	–	–	607	–	–
Resultado	8.887	–	–	8.887	–	–	564	2.198	–	2.762	–	–
Provisão de juros	–	–	–	–	4	4		–	108	108	–	–
Variação cambial	–	–	–	–	–	–	18	–	830	848	460	460
Liquidação principal	(24.014)	(41)	(5.111)	(29.166)	(441)	(441)	(3.386)	(2.003)	–	(5.389)	(16.424)	(16.424)
Liquidação juros	–	–	–	–	(52)	(52)	–	–	(28.576)	(28.576)	–	–
Reclassificação imposto retido (i)	–	–	–	–	(23)	(23)	–	–	(25)	(25)	–	–
Saldo em 31/12/2024	**4.522**	**–**	**–**	**4.522**	**–**	**–**	**–**	**195**	**–**	**195**	**–**	**–**

(i) Reclassificação de imposto retido na fonte para a rubrica de tributos e obrigações trabalhistas a pagar.

		31/12/2024				Consolidado 31/12/2023	
Empresas	**Natureza**	**Ativo circulante**	**Passivo circulante**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**
Contour Global Desenvolvimento S.A.	Custo compartilhado	–	–	621	–	–	–
Contour Global Solutions Balsa LTDA.	Custo compartilhado	–	–	29	–	–	–
Contour Global Solutions Rio LTDA.	Custo compartilhado	–	–	21	–	–	–
Contour Global Solutions Mogi LTDA.	Custo compartilhado	–	–	51	–	–	–
ContourGlobal Management Europa GmbH	Custo compartilhado	–	–	–	–	2.197	–
Contourglobal Latam S.A.	Custo compartilhado	–	–	137	–	–	–
Invenergy Servicos Brasil Ltda	Custo compartilhado	8	–	–	–	–	–
		8	–	**859**	–	**2.197**	–
Invenergy Servicos Brasil Ltda	Fornecedores (i)	–	8.659	–	–	–	–
		–	**8.659**	–	–	–	–
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Outras contas a pagar	–	125	–	–	–	–
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A	Outras contas a pagar	–	62	–	–	–	–
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	Outras contas a pagar	–	8	–	–	–	–
		–	**195**	–	–	–	–
Contourglobal Terra Holdings S.á r.l	Contrato de mútuo	–	–	–	–	20.542	–
Contour Global Desenvolvimento S.A.	Contrato de mútuo	–	–	–	512	–	–
Contourglobal Latam S.A.	Contrato de mútuo	–	–	–	–	7.121	15.964
		–	–	–	**512**	**27.663**	**15.964**
ContourGlobal plc	Repasse de despesas	–	–	5.111	–	–	–
		–	–	**5.111**	–	–	–
Total		**8**	**8.854**	**5.970**	**512**	**29.860**	**15.964**

(i) O saldo referente a fornecedores é decorrente dos contratos de manutenção dos parques, os quais foram executados por empresas pertencentes ao grupo do acionista não controlador da Companhia. **Movimento:**

Movimentação	**Custo compartilhado**	**Natureza: Repasse de despesas**	**Ativo circulante: Total**	**Natureza: Contrato de Mútuo**	**Ativo não circulante: Total**	**Natureza: Custo compartilhado**	**Natureza: Fornecedores**	**Natureza: Outras contas a pagar**	**Natureza: Contrato de Mútuo**	**Passivo circulante: Total**	**Natureza: Contrato de Mútuo**	**Consolidado Passivo não circulante: Total**
Saldo em 01/01/2023	**4.667**	**5.111**	**9.778**	**490**	**490**	**15.773**	**–**	**–**	**11.459**	**27.232**	**74.607**	**74.607**
Ingresso	1.431	–	1.431	–	–	2.216	–	–	–	2.216	–	–
Resultado	(2.598)	–	(2.598)	–	–	(2.902)	–	–	–	(2.902)	–	–
Provisão de juros	–	–	–	22	22	–	–	–	(7.395)	(7.395)	227	227
Variação cambial	(112)	–	(112)	–	–	810	–	–	6.819	7.629	(17.786)	(17.786)
Liquidação principal	(2.529)	–	(2.529)	–	–	(13.700)	–	–	–	(13.700)	–	–
Liquidação juros	–	–	–	–	–	–	–	–		–	(25.311)	(25.311)
Reclassificação imposto retido (i)	–	–	–	–	–	–	–	–	1.070	1.070	(63)	(63)
Transferência	–	–	–	–	–	–	–	–	15.710	15.710	(15.710)	(15.710)
Saldo em 31/12/2023	**859**	**5.111**	**5.970**	**512**	**512**	**2.197**	**–**	**–**	**27.663**	**29.860**	**15.964**	**15.964**
Ingresso	76	–	76	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ativo imobilizado	–	–		–	–	–	1.867	–	–	1.867	–	–
Resultado	13	–	13	–	–	480	33.114	2.198	–	35.792	–	–
Provisão de juros	–	–	–	4	4	–	–	–	108	108	–	–
Variação cambial	–	–	–	–	–	18	–	–	830	848	460	460
Liquidação principal	(940)	(5.111)	(6.051)	(441)	(441)	(2.695)	(26.322)	(2.003)		(31.020)	(16.424)	(16.424)
Liquidação juros	–	–	–	(52)	(52)	–	–	–	(28.576)	(28.576)	–	–
Reclassificação imposto retido (i)	–	–	–	(23)	(23)	–	–	–	(25)	(25)	–	–
Saldo em 31/12/2024	**8**	**–**	**8**	**–**	**–**	**–**	**8.659**	**195**	**–**	**8.854**	**–**	**–**

(i) Reclassificação de imposto retido na fonte para a rubrica de tributos e obrigações trabalhistas a pagar.

Empresas	**Natureza**	**Controladora 31/12/2024 Resultado**	**Controladora 31/12/2023 Resultado**	**Consolidado 31/12/2024 Resultado**	**Consolidado 31/12/2023 Resultado**
Ventos de Santa Joana IX	Custo compartilhado	619	760	–	–
Ventos de Santa Joana X	Custo compartilhado	625	760	–	–
Ventos de Santa Joana XI	Custo compartilhado	623	760	–	–
Ventos de Santa Joana XII	Custo compartilhado	659	755	–	–
Ventos de Santa Joana XIII	Custo compartilhado	626	760	–	–
Ventos de Santa Joana XV	Custo compartilhado	664	755	–	–
Ventos de Santa Joana XVI	Custo compartilhado	664	755	–	–
Asa Branca IV	Custo compartilhado	1.131	1.206	–	–
Asa Branca V	Custo compartilhado	1.111	1.192	–	–
Asa Branca VI	Custo compartilhado	1.097	1.178	–	–
Asa Branca VII	Custo compartilhado	1.047	1.131	–	–
Asa Branca VIII	Custo compartilhado	1.088	1.168	–	–
Ventos de Santa Joana I	Custo compartilhado	672	747	–	–
Ventos de Santa Joana III	Custo compartilhado	658	752	–	–
Ventos de Santa Joana IV	Custo compartilhado	659	735	–	–
Ventos de Santa Joana V	Custo compartilhado	680	747	–	–
Ventos de Santa Joana VII	Custo compartilhado	681	747	–	–
Ventos de Santo Augusto IV	Custo compartilhado	682	747	–	–
Ventos de Santo Augusto III	Custo compartilhado	1.067	1.137	–	–
Ventos de Santo Augusto V	Custo compartilhado	1.021	1.111	–	–
Contour Global Solutions Balsa LTDA.	Custo compartilhado	–	415	–	415
Contour Global Solutions Rio LTDA.	Custo compartilhado	76	296	76	296
Contour Global Solutions Mogi LTDA.	Custo compartilhado	–	720	–	720
ContourGlobal Management Europa GmbH	Custo compartilhado	–	(2.217)	–	(2.216)
		16.150	**17.117**	**76**	**(785)**
Contour Global Desenvolvimento S.A.	Juros de contrato de mútuo	(4)	22	(4)	22
Contourglobal Latam S.A.	Juros de contrato de mútuo	108	(985)	108	(985)
Contourglobal Terra Holdings S.á r.l	Juros de contrato de mútuo	–	8.153	–	8.153
Contourglobal Terra 3 S.á r.l	Juros de contrato de mútuo	–	–	–	–
		104	**7.190**	**104**	**7.190**
Contourglobal Latam S.A.	Variação cambial	687	1.757	687	1.756
Contourglobal Terra Holdings S.á r.l	Variação cambial	1.344	9.212	1.344	9.212
Energia Eólica S.A	Variação cambial	–	(112)	–	(112)
ContourGlobal Management Europa GmbH	Variação cambial	62	(811)	62	(811)
		2.093	**10.046**	**2.093**	**10.045**
Total		**18.347**	**34.353**	**2.273**	**16.450**

Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos e despesas com partes relacionadas, a saber: **(a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas:** As subsidiárias das controladas da Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos e

continuação

continuação ☛

Chapada Branca Holding S.A.

despesas, os quais tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na administração, operação e manutenção das usinas, e que tragam benefícios para as partes envolvidas. **(b) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo – SP:** A Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com as suas subsidiárias, com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas, as quais são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes. **(c) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN:** Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias. O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas e Asa Branca, nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. **Remuneração do pessoal chave da administração:** Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal chave da Administração estava centralizada por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.) e totalizou R$ 4.271 (R$ 7.082 em 31 de dezembro de 2023). **10 Depósitos vinculados a debêntures e financiamentos:** Os Depósitos vinculados exigidos pelos contratos de financiamento e pela escritura das debêntures são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo: **(h)** "Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES": contas correntes de titularidade das Chapada I, Chapada II e Chapada III, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas. Em 31 de dezembro 2024 o saldo é de R$ 41.686 (R$ 40.211 em 31 de dezembro de 2023). **(i)** "Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures": conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável, constituída em benefício do Agente Fiduciário, para as quais são transferidos da conta centralizadora, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 (seis) meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e juros da dívida decorrentes do referido contrato. Em 31 de dezembro 2024 o saldo é de R$ 14.541 (R$ 10.659 em 31 de dezembro de 2023). **(j)** "Conta de Pagamento das Debêntures": conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o valor correspondente à 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura a ser preenchida mensalmente, com o valor equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima parcela de principal e juros. fiduciário. Em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 7.170 (R$ 5.280 em 31 de dezembro de 2023). **(k)** "Conta Reserva de O&M": contas correntes de titularidade da Chapada I, Chapada II e Chapada III, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a ¼ (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a ¼ (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R$ 15.836 (R$ 7.532 em 31 de dezembro de 2023). **(l)** "Conta Reserva de Complementação do ICSD – Debêntures": conta corrente de titularidade da Chapada I, não movimentável. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior à 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Chapada I poderá depositar na conta de complementação do ICSD, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da referida data de apuração. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R$ 11.851 (R$ 10.815 em 31 de dezembro de 2023). **(m)** "Conta Centralizadora": contas correntes de titularidade das Chapada I, Chapada II e das SPEs Chapada III, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis ou os recursos provenientes da venda de energia, conforme o caso, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs Chapada I e SPEs Chapada II às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 15.476. **(n)** "Conta Vinculada": conta corrente de titularidade da Asa Branca Holding, não movimentável, constituída em benefício dos debenturistas, na qual deverá ser depositada a totalidade dos montantes equivalentes aos direitos e rendimentos das ações alienadas no âmbito das debêntures da 1ª emissão, além de servir de conta de complementação do ICSD. Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior à 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a Asa Branca Holding poderá depositar na conta de vinculada, recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando os recursos ora depositados na conta vinculada, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos). Por fim, a conta vinculada é a conta por meio da qual os pagamentos relativos aos juros remuneratórios e às amortizações das debêntures são realizados. Em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 4. Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador. A posição do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 106.564 e R$ 74.497 em 31 de dezembro de 2023. **11 Tributos diferidos: Política contábil:** Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 19) das controladas do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia (nota 19). **Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	14.759	15.375
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	3.242	2.245
	18.001	**17.620**

Movimentação:

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Em 1° de janeiro	17.620	16.661
Compensação e reversão	1.261	(1.261)
Despesa da demonstração do resultado	(880)	2.220
	18.001	**17.620**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não reconheceu os ativos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R$ 260.279 (R$ 238.250 em 31 de dezembro de 2023), pois não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. **12. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Composição e movimentação do investimento:**

	Asa Branca	Chapada I	Chapada II	Chapada III	Total do investimento
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2023	**101.757**	**109.469**	**296.026**	**70.202**	**577.454**
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(14.911)	(25.232)	10.581	3.907	(25.655)
Redução de capital	(43.497)	–	–	–	(43.497)
Distribuição de dividendos	(7.511)	–	–	–	(7.511)
31 de dezembro de 2023	**35.838**	**84.237**	**306.607**	**74.109**	**500.791**
Total	**35.838**	**152.365**	**382.651**	**96.319**	**667.173**
Saldo contábil do investimento em controladas	**35.838**	**77.706**	**195.152**	**96.319**	**405.015**
Participação acionária em 31 de dezembro de 2023	**100%**	**51%**	**51%**	**100%**	–

	Asa Branca	Chapada I	Chapada II	Chapada III	Total do investimento
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024	**35.838**	**84.237**	**306.607**	**74.109**	**500.791**
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(38.290)	(42.417)	(6.405)	(562)	(87.674)
Integralização de capital (i)	–	162.000	80.000	45.250	287.250
31 de dezembro de 2024	**(2.452)**	**203.820**	**380.202**	**118.797**	**700.367**
Mais valia	–	65.162	58.515	20.360	144.037
Total	**(2.452)**	**268.982**	**438.717**	**139.157**	**844.404**
Participação acionária em 31 de dezembro de 2024	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	–

(i) O montante de R$8.820 do total da Integralização de capital foi realizado pelo minoritário em 07 de junho de 2024. **(b) Movimentação do investimento:**

	Asa Branca	Chapada I	Chapada II	Chapada III	Total do investimento
01 de janeiro de 2023	**101.757**	**93.552**	**192.989**	**94.263**	**482.561**
Equivalência patrimonial	(14.911)	(12.868)	5.396	3.907	(18.476)
Amortização mais valia	–	(2.978)	(3.233)	(1.851)	(8.062)
Redução de capital	(43.497)	–	–	–	(43.497)
Distribuição de dividendos	(7.511)	–	–	–	(7.511)
31 de dezembro de 2023	**35.838**	**77.706**	**195.152**	**96.319**	**405.015**
Equivalência patrimonial (i)	(38.290)	(28.618)	(1.831)	(562)	(69.301)
Amortização mais valia (i)	–	(4.409)	(4.785)	(1.850)	(11.044)
Integralização de capital	–	153.180	80.000	45.250	278.430
Aquisição de participação de minoritário	–	71.123	170.181	–	241.304
31 de dezembro de 2024 (i)	**(2.452)**	**268.982**	**438.717**	**139.157**	**844.404**

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a controlada Asa Branca apresentou um saldo negativo no patrimônio líquido, totalizando R$ 2.452. Devido a essa situação, o valor do investimento foi reclassificado para o passivo sob a rubrica "Provisão para perda de investimento".

c) Resumo das informações financeiras das controladas:

							31/12/2024
Controladas	**Participação em 31/12/2024**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Demonstração do resultado**
Asa Branca	100%	98.514	414.144	210.451	304.659	(2.452)	(38.290)
Chapada do Piauí I	100%	150.127	740.866	301.998	385.175	203.820	(42.417)
Chapada do Piauí II	100%	139.369	748.713	226.942	280.938	380.202	(6.405)
Chapada do Piauí III	100%	85.170	208.145	83.601	90.917	118.797	(562)
Total		**473.180**	**2.111.868**	**822.992**	**1.061.689**	**700.367**	**(87.674)**

							31/12/2023
Controladas	**Participação em 31/12/2023**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Demonstração do resultado**
Asa Branca	100%	131.437	434.957	205.909	324.647	35.838	(14.911)
Chapada do Piauí I	51%	81.967	703.375	681.554	19.551	84.237	(25.232)
Chapada do Piauí II	51%	109.997	727.962	517.785	13.567	306.607	10.581
Chapada do Piauí III	100%	58.735	204.938	184.971	4.593	74.109	3.907
Total		**382.136**	**2.071.232**	**1.590.219**	**362.358**	**500.791**	**(25.655)**

13. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação (nota 17 (a)) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, ajustado ao prazo de autorização. **Composição:**

			Controladora
	Imobilizado em andamento	**Máquinas, equipamentos e outros**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	**16**	**2.635**	**2.651**
Adições	263	–	263
Baixa imobilizado	–	(194)	(194)
Depreciação	–	(596)	(596)
Transferência (i)	(87)	76	(11)
Saldo contábil, líquido	**192**	**1.921**	**2.113**
Custo	192	4.307	4.499
Depreciação acumulada	–	(2.386)	(2.386)
Em 31 de dezembro de 2023	**192**	**1.921**	**2.113**
Adições	132	2	134
Depreciação	–	(484)	(484)
Transferência (i)	(221)	12	(209)
Saldo contábil, líquido	**103**	**1.451**	**1.554**
Custo	103	4.321	4.424
Depreciação acumulada	–	(2.870)	(2.870)
Em 31 de dezembro de 2024	**103**	**1.451**	**1.554**

						Consolidado
	Imobilizado em andamento	**Terrenos**	**Máquinas, equipamentos e outros**	**Edificações, obras civis e benfeitorias**	**Provisão de desmobilização**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	**4.724**	**449**	**1.962.537**	**25.513**	**2.644**	**1.995.867**
Adições	41.405	–	64.302	–	–	105.707
Remensuração	–	–	–	–	2.797	2.797
Baixa imobilizado	(1.189)	–	(42.727)	–	–	(43.916)
Depreciação	–	–	(108.182)	(1.182)	(180)	(109.544)
Baixa depreciação	–	–	12.440	–	–	12.440
Transferência (i)	(40.446)	–	40.401	34	–	(11)
Saldo contábil, líquido	**4.494**	**449**	**1.928.771**	**24.365**	**5.261**	**1.963.340**
Custo	4.494	449	2.797.904	36.872	8.089	2.847.808
Depreciação acumulada	–	–	(869.133)	(12.507)	(2.828)	(884.468)
Em 31 de dezembro de 2023	**4.494**	**449**	**1.928.771**	**24.365**	**5.261**	**1.963.340**
Adições	80.110	–	87.572	–	–	167.682
Baixa imobilizado	–	–	(64.336)	–	(2.511)	(66.847)
Depreciação	–	–	(110.669)	(1.197)	(293)	(112.159)
Baixa depreciação	–	–	19.476	–	–	19.476
Transferência (i)	(44.426)	–	43.807	410	–	(209)
Saldo contábil, líquido	**40.178**	**449**	**1.904.621**	**23.578**	**2.457**	**1.971.283**
Custo	40.178	449	2.864.947	37.282	5.578	2.948.434
Depreciação acumulada	–	–	(960.326)	(13.704)	(3.121)	(977.151)
Em 31 de dezembro de 2024	**40.178**	**449**	**1.904.621**	**23.578**	**2.457**	**1.971.283**

(i) As transferências referem-se à reclassificação entre imobilizado e intangível. **(a) Aquisições:** As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura. **(b) Bens em garantia:** Conforme contrato de financiamentos junto ao BNDES, o Grupo dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros. **14. Intangível: Política contábil: Direito de uso de servidão:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos. **Direito de autorização:** Os direitos de autorização registrados referem-se a ativos identificados durante a aquisição de controladas indiretas. Esses ativos intangíveis possuem vida útil definida, conforme estipulado nos prazos estabelecidos nas respectivas outorgas, e serão amortizados com base nesses prazos. ***Softwares*:** As licenças de *softwares são* capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida *útil estimada dos softwares*, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamentos incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **Composição:**

			Controladora
	Direito da autorização	**Software**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	**702**	**1.382**	**2.084**
Amortização	(58)	(413)	(471)
Transferência (i)	–	11	11
Saldo contábil, líquido	**644**	**980**	**1.624**
Custo	1.837	3.409	5.246
Amortização acumulada	(1.193)	(2.429)	(3.622)
Em 31 de dezembro de 2023	**644**	**980**	**1.624**
Adição	**Total**	471	471
Amortização	(58)	(397)	(455)
Transferência (i)	–	209	209
Saldo contábil, líquido	**586**	**1.263**	**1.849**
Custo	1.837	4.089	5.926
Amortização acumulada	(1.251)	(2.826)	(4.077)
Em 31 de dezembro de 2024	**586**	**1.263**	**1.849**

				Consolidado
	Direito da autorização	**Direito de uso de Servidão**	**Software**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	**191.824**	**3.360**	**1.459**	**196.643**
Amortização	(15.091)	(247)	(438)	(15.776)
Transferência (i)	–	–	11	11
Saldo contábil, líquido	**176.733**	**3.113**	**1.032**	**180.878**
Custo	301.291	4.960	3.852	310.103
Amortização acumulada	(124.558)	(1.847)	(2.820)	(129.225)
Em 31 de dezembro de 2023	**176.733**	**3.113**	**1.032**	**180.878**
Adição	–	–	471	471
Amortização	(15.091)	(245)	(410)	(15.746)
Baixa de intangível	(8.318)	–	–	(8.318)
Transferência (i)	–	–	209	209
Saldo contábil, líquido	**153.324**	**2.868**	**1.302**	**157.494**
Custo	292.973	4.960	4.532	302.465
Amortização acumulada	(139.649)	(2.092)	(3.230)	(144.971)
Em 31 de dezembro de 2024	**153.324**	**2.868**	**1.302**	**157.494**

(i) As transferências referem-se à reclassificação entre imobilizado e intangível **15. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Materiais e serviços	711	613	10.317	15.274
Aquisições de ativos imobilizados	–	–	28.602	27.999
Custo de transmissão	–	–	2.707	2.313
Taxa de fiscalização Aneel	–	–	188	203
	711	**613**	**41.814**	**45.789**

16. Debêntures, empréstimo e financiamentos: Política contábil: As debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. As debêntures, empréstimo e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures, empréstimo e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **Composição:**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Circulante		
Debêntures	129.733	144.645
Financiamentos	94.779	858.625
(–) Custo de Colocação	–	(4.239)
	224.512	**999.031**
Não circulante		
Debêntures	264.066	277.435
Financiamentos	681.527	–
(–) Custo de Colocação	(11.843)	(10.832)
	933.750	**266.603**
Total	**1.158.262**	**1.265.634**

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ←

Chapada Branca Holding S.A.

Movimentação de debêntures, empréstimo e financiamentos:

							Controladora e Consolidado	
			Natureza	Passivo circulante			Natureza	Passivo não circulante
Movimentação	**Financiamento**	**Debêntures**	**(–) Custo de colocação debêntures**	**Total**	**Financiamento**	**Debêntures**	**(–) Custo de colocação debêntures**	**Total**
Saldo em 01/01/2023	**935.194**	**148.139**	**(5.490)**	**1.077.843**	**–**	**298.305**	**(13.301)**	**285.004**
Provisão de juros	71.010	30.246	–	101.256	–	–	–	–
Atualização monetária	9.002	6.470	–	15.472	–	13.945	–	13.945
Amortização de custos de colocação	–	–	1.251	1.251	–	–	2.469	2.469
Liquidação do principal	(85.312)	(44.420)	–	(129.732)	–	–	–	–
Liquidação dos encargos	(71.269)	(30.605)	–	(101.874)	–	–	–	–
Transferência	–	34.815	–	34.815	–	(34.815)	–	(34.815)
Saldo em 31/12/2023	**858.625**	**144.645**	**(4.239)**	**999.031**	**–**	**277.435**	**(10.832)**	**266.603**
Provisão de juros	64.689	28.751	–	93.440	–	–	–	–
Atualização monetária	–	4.964	–	4.964	6.812	14.878	–	21.690
Amortização de custos de colocação	–	–	–	–	–	–	3.229	3.229
Liquidação do principal	(88.757)	(48.010)	–	(136.767)	–	–	–	–
Liquidação dos encargos	(65.064)	(28.864)	–	(93.928)	–	–	–	–
Transferência	(674.714)	28.247	4.239	(642.228)	674.715	(28.247)	(4.240)	642.228
Saldo em 31/12/2024	**94.779**	**129.733**	**–**	**224.512**	**681.527**	**264.066**	**(11.843)**	**933.750**

Composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
Vencimento	**31/12/2024**	**31/12/2023**
2024		1.003.270
2025	224.512	25.722
2026	95.545	–
2027	143.824	42.626
2028	150.375	45.198
2029	141.821	33.072
2030	119.345	7.349
2031	169.324	50.343
2032	105.504	54.201
2033	19.855	18.924
	1.170.105	**1.280.705**

Chapada I: BNDES: Em 09 de março de 2015, a Chapada I obteve financiamento junto ao BNDES mediante contrato no valor total de R$ 555.000, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de maio de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil sobre o valor principal de R$ 551.000 e apenas TJLP para parcela do financiamento no montante de R$ 4.000. O financiamento obtido está sujeito a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações. Para o fechamento de 31 de dezembro de 2023, a Chapada I realizou a medição conforme estabelecido no contrato com o BNDES e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20. Porém, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Chapada I não obteve o *waiver* do BNDES durante o ano. Sendo assim, em conformidade com o que é determinado nas normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo seguiu classificado no passivo circulante. Já para a mensuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Chapada I identificou o não atingimento do ICSD mínimo, porém, a Chapada I recebeu do BNDES em 30 de dezembro de 2024 a carta de anuência (*"waiver"*) quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20 em relação ao exercício de 2024. Portanto, a Chapada I reclassificou o montante de R$ 351.395 que estava classificado no passivo circulante para a rubrica de passivo não circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido *waiver* possui condições resolutivas. **Debêntures:** Em 15 de agosto de 2015, a Chapada I emitiu debêntures no valor total de R$ 70.630, com vencimento final em 15 de março de 2029, a ser pago em 20 parcelas, vencíveis entre 15 de setembro de 2019 até 15 de março de 2029, corrigidos pelo IPCA + juros de 9,233% a.a., e prazo de carência até 14 de setembro de 2019. Conforme previsto na cláusula 5.4. da Escritura de Emissão de Debêntures, caso não haja atingimento dos índices de *covenants*, deverá ser chamada a Assembleia de debenturistas, para decretar ou não o vencimento antecipado da dívida. Em 2023, a Chapada I realizou a primeira e segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas incluindo em sua pauta o não atingimento do ICSD em relação aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e de 2022, não tendo sido atingido o quórum mínimo de debenturistas presentes para instalação. Dessa forma, o Agente Fiduciário não declarou o vencimento antecipado das debêntures, de acordo com a cláusula 5.6 da Escritura de Emissão. Em 2024, a Chapada I realizou, novamente, a primeira e segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas incluindo em sua pauta o *waiver* prévio pelo não atingimento do ICSD em relação ao exercício de 2024, não tendo sido atingido o quórum mínimo de debenturistas presentes para instalação. Dessa forma, o Agente Fiduciário não declarou o vencimento antecipado das debêntures, de acordo com a cláusula 5.6 da Escritura de Emissão. Considerando que não está no controle da Chapada I determinar se a dívida será exigida nos próximos 12 meses, e que em 31 dezembro de 2024 o ICSD também não foi atingido, as debêntures vêm sendo mantidas contabilizadas no passivo circulante desde o exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2024 o montante equivalente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo, mas classificadas como passivo circulante é de R$ 81.276. Após a apuração e emissão do relatório demonstrativo do índice financeiro referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024, a Chapada I deverá convocar nova Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não atingimento do ICSD mínimo no exercício de 2024, além dos anos anteriores. **Chapada II:** Em 30 de novembro de 2015, a Chapada II obteve financiamento junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0428.1, no valor total de R$ 575.079, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil sobre o valor principal de R$ 571.079 e apenas TJLP para parcela do financiamento no montante de R$ 4.000. O financiamento obtido está sujeito a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a Chapada II realizou a medição para o fechamento de 31 de dezembro de 2023 e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Chapada II não obteve o *waiver* do BNDES durante o exercício. Sendo assim, em conformidade com o que é determinado nas normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo foi classificado no passivo circulante. Já para a mensuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi identificado o não atingimento do ICSD mínimo, porém, a Chapada II recebeu do BNDES em 30 de dezembro de 2024 a carta de anuência (*"waiver"*) quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20 em relação ao exercício de 2024. Portanto, a Chapada II reclassificou o montante de R$262.805 que estava classificado no passivo circulante para a rubrica de passivo não circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido *waiver* possui condições resolutivas. **Chapada III:** Financiamentos obtidos junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0607.1, no valor total de R$ 169.990, firmado em 17 de dezembro de 2015, a serem pagos em 192 parcelas mensais a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os financiamentos obtidos estão sujeitos a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a Chapada III realizou a medição para o fechamento de 31 de dezembro de 2024 e 2023 e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Chapada III não obteve o *waiver* do BNDES durante o ano. Sendo assim, em conformidade com o que é determinado nas normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo foi classificado no passivo circulante. Para a mensuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Chapada III identificou o não atingimento do ICSD mínimo, porém, a Chapada III recebeu do BNDES em 30 de dezembro de 2024 a carta de anuência (*"waiver"*) quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20 referente ao exercício de 2024. Portanto, a Chapada III reclassificou o montante de R$ 84.886 que estava classificado no passivo circulante para a rubrica de passivo não circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido *waiver* possui condições resolutivas. **Asa Branca: Debêntures emitidas:** Em 15 de junho de 2021, a Asa Branca emitiu debêntures no montante total de R$ 315.000, sendo série única com vencimento final em 15 de junho de 2033, a ser pago em 22 parcelas, com vencimento semestral e consecutivo, todo dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, excetuando as datas de 15 de junho de 2026 e 15 de dezembro de 2026, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2021, corrigidos pelo IPCA + juros de 6,25% a.a. **Condições restritivas financeiras (*"covenants"*):** As debêntures emitidas pela Asa Branca contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis individuais e consolidadas da Asa Branca. A Asa Branca está obrigada ao cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, as medições são realizadas semestralmente, em junho e dezembro referentes aos últimos 12 meses. Não será considerado descumprimento do índice, caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,10 e 1,20, inclusive em qualquer período de apuração até a quitação integral das debêntures. O Grupo realiza o cálculo semestral do ICSD, dessa forma, para exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados descumprimentos de *covenants*. **17. Provisões: Política contábil:** As provisões são compostas substancialmente por provisões de desmobilização, ressarcimento e causas judiciais (trabalhista, civil e ambientais) que são reconhecidas quando: 1. O Grupo tiver uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; 2. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3. O valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(a) Provisão para desmobilização de ativos:** A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas indiretas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas indiretas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2023 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas indiretas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,90% (3,50% em 2023) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto de 11,36% para Chapadas e 11,30% para Asa Branca (10,36% em 2023) ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico. **Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Não circulante		
Provisão de desmobilização	22.076	22.278
	22.076	**22.278**

Movimentação:

			Consolidado	
			31/12/2024	**31/12/2023**
	Desmobilização	**(–) Ajuste a valor presente**	**Total**	**Total**
Saldo inicial do exercício	265.787	(243.509)	22.278	17.290
Remensurações (i)	–	–	–	2.797
(–) reversão	29.799	(32.310)	(2.511)	
Atualização financeira	–	2.309	2.309	2.191
Saldo final do exercício	**295.586**	**(273.510)**	**22.076**	**22.278**

(b) Provisão de ressarcimento: As Contas Ressarcimentos (Nota 1.3) com a CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(c) Provisões liminar excludente de responsabilidade:** Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, o Grupo através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o período pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. A provisão está reconhecida no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Provisão de ressarcimento (i)	–	–	127.844	191.843
Provisão de despacho (ii)	–	–	351.355	308.122
Provisão de Liminar excludente	–	–	34.434	32.028
Outras contas a pagar (iii)	5.998	3.419	5.998	3.419
	5.998	**3.419**	**479.199**	**535.412**
Não circulante				
Provisão de ressarcimento (i)	–	–	105.239	72.856
Outras contas a pagar (iii)	71.465	76.838	71.465	76.838
	71.465	**76.838**	**176.704**	**149.694**
Total	**77.463**	**80.257**	**655.903**	**685.106**

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eolioelétricas. Sendo assim, o Grupo reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período. (ii) O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *Constrained-off*. O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas. Em 23 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *Constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data. No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e foram realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para performar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento. Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões de *Constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.5 (a). (iii) Corresponde ao montante a pagar referente a aquisição de participação acionária nas empresas Chapada I e Chapada II, sendo R$ 37.260 e R$ 40.202, respectivamente, os quais correspondem ao montante equivalente a 51% (cinquenta e um por cento) de 7% (sete por cento) do faturamento líquido de cada um dos complexos. Ambos são representados por fluxos de caixa do faturamento futuro trazidos a valor presente, os quais serão liquidados até o prazo final da vigência dos contratos, sendo agosto de 2035 para Chapada I e dezembro de 2035 para Chapada II.

Movimentação:

						Consolidado		
				Passivo circulante				Passivo não circulante
Movimentação	**Provisão de ressarcimento**	**Provisão de despacho**	**Provisão de Liminar excludente**	**Outras contas a pagar**	**Total**	**Provisão de ressarcimento**	**Outras contas a pagar**	**Total**
Saldo em 01/01/2023	**77.205**	**386.218**	**31.230**	**7.787**	**502.440**	**120.187**	**62.773**	**182.960**
Provisão	84.281	(42.214)	–	–	42.067	67.448	–	67.448
Atualização financeira	–	16.522	798	(4.368)	12.952	–	22.348	22.348
Pagamento	–	(136.826)	–	(8.283)	(145.109)	–	–	–
Transferência	30.357	84.422	–	8.283	123.062	(114.779)	(8.283)	(123.062)
Saldo em 31/12/2023	**191.843**	**308.122**	**32.028**	**3.419**	**535.412**	**72.856**	**76.838**	**149.694**
Provisão	86.856	40.181	–	–	127.037	88.349	–	88.349
Atualização financeira	–	14.251	2.406	2.578	19.235	–	4.010	4.010
Pagamento	–	(218.020)	–	(9.382)	(227.402)	–	–	–
Transferência	(150.855)	206.821	–	9.383	65.349	(55.966)	(9.383)	(65.349)
Saldo em 31/12/2024	**127.844**	**351.355**	**34.434**	**5.998**	**519.631**	**105.239**	**71.465**	**176.704**

(d) Provisão para contingências e depósitos judiciais: Política contábil: O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos ricos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. **Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. **Tributárias:** Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos. **(i) Contingências prováveis: Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2024**
Trabalhistas	2.097	1.701	2.098	1.702
Cíveis	470	433	967	906
Ambientais	–	–	126	–
(–) Depósitos judiciais – Trabalhista	(228)	(230)	(229)	(229)
	2.339	**1.904**	**2.962**	**2.379**

Movimentação:

				Controladora
Movimentação	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Ambientais**	**(–) Depósitos Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01/01/2023	**383**	**329**	**–**	**(57)**	**655**
Constituição	1.372	19	–	(110)	1.281
Pagamentos	(140)	–	–	–	(140)
(–) Reversões	(253)	–	–	–	(253)
Atualização monetária	339	85	–	(11)	413
Reclassificação	–	–	–	(52)	(52)
Saldo em 31/12/2023	**1.701**	**433**	**–**	**(230)**	**1.904**
Constituição	1.764	16	–	(337)	1.443
Pagamentos	–	–	–	411	411
(–) Reversões	(1.454)	(19)	(33)	–	(1.506)
Atualização monetária	71	73	–	(35)	109
Reclassificação	15	(33)	33	(37)	(22)
Saldo em 31/12/2024	**2.097**	**470**	**–**	**(228)**	**2.339**

				Consolidado
Movimentação	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Ambientais**	**(–) Depósitos Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01/01/2023	**384**	**754**	**–**	**(57)**	**1.081**
Constituição	1.372	19	–	(110)	1.281
Pagamentos	(140)	–	–	–	(140)
(–) Reversões	(253)	(1)	–	–	(254)
Atualização monetária	339	134	–	(10)	463
Reclassificação	–	–	–	(52)	(52)
Saldo em 31/12/2023	**1.702**	**906**	**–**	**(229)**	**2.379**
Constituição	1.765	16	126	(337)	1.570
Pagamentos	–	–	–	411	411
(–) Reversões	(1.455)	(19)	(33)	–	(1.507)
Atualização monetária	71	97	–	(35)	133
Reclassificação	15	(33)	33	(39)	(24)
Saldo em 31/12/2024	**2.098**	**967**	**126**	**(229)**	**2.962**

(ii) Composição causas possíveis:

									Consolidado
				2024					2023
	Ambientais	**Cíveis**	**Tributários**	**Total**	**Ambientais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Tributários**	**Total**
Asa Branca IV	–	–	230	230	–	–	174	187	361
Asa Branca V	–	–	230	230	–	–	–	187	187
Asa Branca VI	–	–	230	230	–	–	–	187	187
Asa Branca VII	10	–	230	240	–	–	–	187	187
Asa Branca VIII	–	–	230	230	10	–	–	187	197
Ventos de Santa Joana IX	–	–	919	919	–	–	1	260	261
Ventos de Santa Joana X	–	–	–	–	–	–	–	218	218

continuação ←

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Chapada Branca Holding S.A.

	2024				2023				Consolidado 2023
	Ambientais	Cíveis	Tributários	Total	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Ventos de Santa Joana XI	–	–	–	–	–	–	–	218	218
Ventos de Santa Joana XII	–	–	6.089	6.089	–	–	–	5.505	5.505
Ventos de Santa Joana XIII	–	–	–	–	–	–	–	218	218
Ventos de Santa Joana XV	11	1.290	95	1.396	–	–	1.222	92	1.314
Ventos de Santa Joana XVI	–	–	836	836	–	–	–	200	200
Ventos de Santa Joana I	–	4.356	32	4.388	–	–	4.503	218	4.721
Ventos de Santa Joana III	–	4.261	32	4.293	–	–	4.408	218	4.626
Ventos de Santa Joana IV	–	4.273	32	4.305	–	–	4.419	218	4.637
Ventos de Santa Joana V	9	4.347	32	4.388	–	–	4.500	–	4.500
Ventos de Santa Joana VII	–	4.345	32	4.377	–	–	4.483	–	4.483
Ventos de Santo Augusto IV	2.074	4.263	32	6.369	–	–	6.215	–	6.215
Ventos de Santo Augusto III	–	4.261	–	4.261	–	–	4.408	–	4.408
Ventos de Santo Augusto V	–	4.261	–	4.261	–	–	4.408	–	4.408
Chapada Branca	–	–	–	–	–	2.252	–	–	2.252
	2.104	**35.657**	**9.281**	**47.042**	**10**	**2.252**	**38.741**	**8.300**	**49.303**

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade. O montante de R$ 6.089 relativo a Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis refere-se substancialmente a uma ação judicial relacionada ao auto de infração expedido pela prefeitura de Simões – PI para cobrança de Impostos Sobre Serviços – ISS. Na referida ação, consta a alegação de suposta incidência de ISS sobre os serviços contratados pela entidade durante a fase de implementação do Parque Eólico Ventos de Santa Joana XII. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos do Grupo, a probabilidade de perda do referido processo é possível. **(iii) Depósitos judiciais:** O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Ambientais	–	–	5	–
Trabalhistas	68	92	69	92
Cíveis	–	6	652	666
Tributário	–	–	1.284	1.195
	68	**98**	**2.010**	**1.953**

18. Patrimônio líquido: (a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R$ 1.691.329 (R$ 1.087.265 em 31 de dezembro 2023), dividido em 1.691.329.454 (1.087.264.634 em 31 de dezembro 2023) ações, estando a quantia de R$ 1.669.218 (R$ 1.083.779 em 31 de dezembro 2023) correspondente a 1.669.218.000 (1.083.779.332 em 31 de dezembro 2023) ações totalmente subscritas e integralizadas e a quantia de R$ 22.111 (R$ 3.486 em 31 de dezembro 2023) correspondente a 22.111.000 (3.485.301 em 31 de dezembro 2023) ações a serem integralizadas.

		Controladora e Consolidado			
		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
Acionistas	%	Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado
ContourGlobal Terra III S.À.R.l	100%	–	–	1.083.779.331	1.083.778
ContourGlobal Desenvolvimento Ltda		–	–	1	1
Infraestrutura Brasil Holding XX S.A.	90%	1.502.296.200	1.502.296	–	–
Invenergy Wind South América LLC	10%	166.921.800	166.922	–	–
		1.669.218.000	**1.669.218**	**1.083.779.332**	**1.083.779**

(b) Aumentos de capital:

Data da aprovação	Ato societário	Valor
15/03/2024	38ª alteração contratual	52.242
06/06/2024	39ª alteração contratual	9.407
30/06/2024	40ª alteração contratual	241.304
30/06/2024	Assembleia geral extraordinária	301.111
Total		**604.064**

(c) Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(96.836)	(51.585)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	1.382.611	1.087.265
	(0,07)	**(0,05)**

19 Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue: **Composição:**

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita com energia	588.913	563.354
(–) Provisão de ressarcimento	(175.205)	(149.700)
Receita bruta	**413.708**	**413.654**
Receita bruta mercado livre	11.806	15.536
Total receita bruta	**425.514**	**429.190**
(–) Impostos sobre vendas	(15.531)	(15.540)
(–) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(2.444)	(2.271)
Receita líquida	**407.539**	**411.379**

20. Custo do serviço de energia elétrica:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Energia elétrica comprada para revenda (i)	(12.142)	(15.712)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(29.433)	(26.971)
Custo de operação (a)	(223.881)	(207.575)
	(265.456)	**(250.258)**

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (a) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; e (b) para a recomposição do lastro da média móvel de 12 meses. **(a) Custo de operação:**

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(8.773)	(9.146)
Manutenções	(9.358)	(3.915)
Materiais e serviços de terceiros	(93.468)	(70.900)
Seguros	(69)	–
Depreciações e amortizações – direito de uso	(280)	(366)
Depreciações e amortizações	(111.933)	(123.248)
	(223.881)	**(207.575)**

21. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(5.676)	(9.406)	(21.827)	(27.873)
Serviços de terceiros	(1.193)	(1.850)	(10.642)	(8.660)
Aluguéis	(7)	(9)	(86)	(59)
Seguros	(144)	(79)	(7.035)	(6.502)
Comunicações	(242)	(436)	(566)	(750)
Viagens	(58)	(658)	(644)	(1.342)
Despesas tributárias	(68)	(77)	(1.247)	(634)
Projetos sociais	–	–	–	(1.338)
Outras receitas (despesas) operacionais	32	(531)	(3.608)	(1.540)
Depreciações – direito de uso	(409)	(470)	(409)	(470)
Depreciações e amortizações	(939)	(1.067)	(15.972)	(2.072)
Despesas compartilhadas	–	(1.350)	76	(785)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	–	(8.822)	(39.001)	(33.930)
	(8.704)	**(24.755)**	**(100.961)**	**(85.955)**

(i) A rubrica "Outros ganhos (perdas), líquido" é composta principalmente pela baixa de ativos imobilizados, totalizando R$ 41.849 (R$ 31.476 em 31 de dezembro de 2023), e por outras receitas, que somam R$ 2.299. **22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras e fianças bancárias. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de aplicações financeiras	1.650	703	33.431	54.195
(–) PIS/COFINS sobre receita financeira (i)	(78)	(40)	(5.847)	(4.923)
Juros sobre mútuo (nota 9)	4	7.190	4	7.190
Variação cambial	–	11.883	–	11.883
Outras receitas financeiras	34	24	1.042	639
	1.610	**19.760**	**28.630**	**68.984**
Despesas financeiras				
Juros debêntures e financiamentos	–	–	(93.440)	(101.256)
Atualização monetária sobre debêntures e financiamentos	–	–	(26.654)	(29.417)
Amortização de custos de emissão de debêntures	–	–	(3.229)	(3.720)
Atualização financeira de passivo de arrendamento	76	(181)	30	(261)
Atualização financeira de liminar excludente	–	–	(2.406)	(798)
Atualização financeira de desmobilização	–	–	(2.309)	(2.191)
Atualização financeira de ressarcimento (ii)	–	–	(13.731)	(14.361)
Atualização financeira de outras contas a pagar	(6.588)	(17.980)	(6.588)	(17.980)
Fianças bancárias	–	–	(8.905)	(5.257)
Juros sobre mútuo (nota 9)	(108)	–	(108)	–
Multas, juros, tarifas e taxas	(14)	(1.535)	(114)	(2.676)
IOF	–	(166)	–	(170)
Variações cambiais líquidas	(2.093)	–	(522)	–
Outras despesas financeiras	(670)	(189)	(3.221)	(2.386)
	(9.397)	**(20.051)**	**(161.197)**	**(180.473)**
Resultado financeiro	**(7.787)**	**(291)**	**(132.567)**	**(111.489)**

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS. **23. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia e suas controladas diretas não possuí impostos diferidos ativos registrados no balanço dado a incerteza da recuperabilidade, pois não há uma previsão de lucros tributáveis futuros, e consequentemente, um "*valuation allowance*" é reconhecido para anular o efeito no balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora e controladas diretas são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas indiretas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(96.836)	(51.584)	(91.445)	(36.323)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	**32.924**	**17.539**	**31.091**	**12.350**
Despesas permanentes não dedutíveis	(58)	(3.346)	(101)	(3.598)
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(5.549)	(5.170)	(18.200)	(24.249)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.317)	(9.023)	–	
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	–	–	–	2.298
Redutor adicional de 10%	–	–	–	24
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	–	–	(39.537)	(15.232)
Encargo fiscal	**–**	**–**	**(26.747)**	**(28.407)**
Corrente	–	–	(25.867)	(30.765)
Diferido	–	–	(880)	2.358
Despesa de IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**(26.747)**	**(28.407)**

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não reconheceu os ativos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R$ 260.279 (R$ 238.250 em 31 de dezembro de 2023), pois não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. **24. Compromissos:**

			Consolidado	
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento (i)	5.597	41.973	190.373	237.943
Contrato de manutenção (ii)	78.827	401.530	30.140	510.497
Contrato de transmissão (iii)	30.140	176.505	218.095	424.740
	114.564	**620.008**	**438.608**	**1.173.180**

(i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados ao faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **(ii) Contrato de manutenção**: Contratos firmados com o fornecedor especializado em manutenção de aerogeradores de cada parque eólico para manutenção. **(iii) Contrato de transmissão**: São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **25. Atividade de investimento e financiamento não envolvendo caixa:** A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo. De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

	Consolidado	
Principal transação que não afeta o caixa	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Aquisições de bens do ativo imobilizado – a prazo	28.602	27.999
Em atividades de investimentos	**28.602**	**27.999**
Aumento de capital	241.304	–
Em atividades de financiamento	**241.304**	**–**

26. Cobertura de seguros:

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R$ 428.435 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R$ 70.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas entre as companhias controladora direta e indireta e pelas controladas diretas e indiretas da Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado). **27. Eventos subsequentes:** Até o momento não temos conhecimento de nenhum evento subsequente.

Diretor Presidente - *Gilberto Peixoto*

Contador - *Cristiano Pavane - CRC 1SP271178/O-8*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Quotistas da **Chapada Branca Holding S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada Branca Holding S.A. ("Companhia ") (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Holding Ltda.), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Notas 1.4 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 350.551 mil, no consolidado e R$ 735 mil, na controladora. Essa situação, entre outras descritas na Nota 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC
1SP291166/O-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.495.582/0001-07

Relatório da Administração

Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.110	9.719
Caixa restrito	5	835	756
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	150.916	60.143
Impostos a recuperar	7	4.337	7.152
Partes relacionadas-AC	20	172.268	37.209
Valor justo dos contratos de energia-AC	19	335.104	128.849
Outros ativos-AC	–	447	489
		689.017	**244.317**
Não circulante			
Valor justo dos contratos de energia – AÑC	19	104.999	97.227
Caixa restrito	5	3.417	–
Ativo Fiscal Diferido	–	–	–
Outros ativos – ANC	–	391	391
Partes relacionadas – AÑC	20	79.184	37.987
Imobilizado	8	2.819	2.232
Intangível	9	5.907	4.490
		196.717	**142.327**
Total do ativo		**885.734**	**386.644**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	11	150.111	67.792
Empréstimos e financiamentos	10	13.264	6.393
Obrigações tributárias	12	2.446	761
Obrigações trabalhistas	–	57	31
Valor justo dos contratos de energia – PC	19	312.975	126.922
Partes relacionadas – CP	20	162.195	19.872
Outros passivos – CP	13	14.139	7.264
		655.186	**229.035**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	11.223	
Tributo diferido – PÑC	14.b	772	7.001
Valor justo dos contratos de energia – PÑC	19	116.649	75.737
Partes relacionadas – LP	20	64.270	44.122
Outros passivos – LP	13	14.079	–
		206.993	**126.860**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		10.010	10.010
Reserva Legal		704	704
Reserva de lucros		12.841	20.036
		23.555	**30.750**
Total do passivo e patrimônio líquido		**885.734**	**386.644**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	1.555.107	763.591
Custo operacionais	18	(1.532.766)	(748.548)
Resultado do valor justo de contratos de energia	20	(12.939)	(4.126)
Lucro bruto		**9.402**	**10.917**
Receitas/(despesas)			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.946)	(11.664)
Outras receitas/(despesas)	18	490	9.666
Resultado antes do resultado financeiro		**(7.054)**	**8.919**
Receitas com financeiras	19	1.581	1.310
Despesas com financeiras	19	(5.182)	(3.155)
		(3.601)	**(1.845)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(10.655)**	**7.074**
Corrente	14.a	(2.722)	(2.657)
Diferido	14.b	6.229	2.364
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		**(7.148)**	**6.781**
Quantidade por ações (mil)		**10.010**	**10.010**
(Prejuízo)/Lucro por ações – R$		**(0,71)**	**0,68**

Demonstração do Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**(7.148)**	**6.781**
Ajustes que não afetam o caixa		
IR e CSLL diferido	(6.229)	(2.364)
Depreciações e amortizações	964	923
PECLD	(391)	264
Juros sobre empréstimos	2.397	1.152
Outras movimentações de capital	–	
Juros sobre empréstimos – CPC 20	–	(1.316)
Resultado do valor justo de contratos de energia	12.938	4.126
	2.531	**9.566**
Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo		
Clientes	(90.382)	(11.150)
Impostos a recuperar	2.815	3.128
Outros ativos	42	348
Partes relacionadas	(135.059)	(12.369)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo		
Fornecedores	82.318	13.675
Obrigações trabalhistas	26	(72)
Obrigações tributárias	1.685	(439)
Outros passivos	20.954	(1.105)
Partes relacionadas	142.324	5.032
Caixa gerado das (usado) nas atividades operacionais	**27.254**	**6.614**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	(41.197)	–
Adições ao imobilizado	(1.439)	(618)
Adições ao intangível	(1.529)	(3.028)
Caixa gerado/(usado) nas atividades de investimento	**(44.165)**	**(3.646)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(47)	(6.593)
Caixa restrito	(3.496)	(50)
Partes relacionadas	20.148	15.735
Captação de empréstimos	24.700	6.300
Pagamento de empréstimos	(9.003)	(13.877)
Caixa (usado nas) gerado das atividades de financiamento	**32.302**	**1.515**
Acréscimo líquido/(decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**15.391**	**4.483**
Caixa e equivalentes de no início do exercício	9.719	5.236
Caixa e equivalentes de no final do exercício	25.110	9.719
Décrescimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**15.391**	**4.483**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízo) dos periodos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.010**	**365**	**20.187**	**–**	**30.563**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.781	**6.781**
Distribuição de lucros	–	–	(6.593)	–	**(6.593)**
Reserva legal	–	339	–	(339)	**–**
Transferência para reserva de lucros	–	–	6.442	(6.442)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.010**	**704**	**20.036**	**- 0**	**30.750**
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	–	–	(7.148)	(7.148)	**(14.296)**
Distribuição de dividendos	–	–	(47)	–	**(47)**
Reserva legal	–	–	–	–	**–**
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	7.148	**7.148**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10.010**	**704**	**12.841**	**(0)**	**23.555**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(7.148)	6.781
Total do resultado abrangente do exercício	**(7.148)**	**6.781**

Demonstração do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	2023
Receitas	**1.694.953**	**903.331**
Comercialização de energia e prestação de serviços	1.695.272	907.137
Resultado do Valor Justo de Contratos de Energia	(14.258)	(4.546)
Provisão de PECLD	(390)	
Outras receitas	14.329	740
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.688.127)**	**(881.779)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.681.486)	(877.003)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.642)	(4.776)
Valor adicionado bruto	**6.825**	**21.552**
Depreciação e Amortização	(966)	(492)
Valor adicionado líquido produzido pela empresa	**5.859**	**21.060**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.658**	**2.842**
Resultado de equivalência patrimonial	–	–
Receitas financeiras	1.658	2.842
Valor adicionado total a distribuir	**7.517**	**23.903**
Pessoal	**7.613**	**5.245**
Remuneração direta	5.163	3.100
Benefícios	2.034	1.800
F.G.T.S	416	344
Impostos, taxas e contribuições	**2.062**	**10.278**
Federais	(578)	2.593
Estaduais	2.641	7.682
Municipais	–	4
Remuneração de capitais de terceiros	**4.989**	**1.599**
Despesas financeiras	4.989	1.577
Aluguéis	–	22
Remuneração de Capitais Próprios	**(7.148)**	**6.781**
Dividendos	–	–
Lucros/(prejuízos) retidos	(7.148)	6.781
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–
Valor adicionado distribuído	**7.517**	**23.903**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Safira Administração e Comercialização de Energia S.A., ou ("Companhia") é uma Sociedade Anônima, constituída em 31 de março de 2008, tendo por objetivo social o comércio atacadista de energia elétrica, sendo autorizado pela ANEEL no despacho nº 2.066, de 28 de maio de 2008, organizada e regida nos termos do presente contrato social e das demais disposições aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 12ºAndar, Bairro Alphaville Industrial. A Companhia tem por objeto: • Comercialização de energia elétrica, (atividade principal); • Intermediação de negócios em geral, relacionadas a comercialização de energia elétrica; • Prestação de serviços de consultoria relacionados a investimento, planejamentos e comercialização em geral de energia elétrica; • Participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. A principal atividade da empresa é a comercialização de energia, realizada por meio da negociação dos volumes de energia, totalizando:

Volume energético:

Venda de energia	**Total**
MWh 2024	8.801.758
MWh 2023	5.340.664
Compra de energia	**Total**
MWh 2024	9.463.001
MWh 2023	6.065.068

Considerando as exigências da REN 1.014/22, a Sociedade está classificada como tipo 1 (Sem limitação para o registro de montantes de venda no sistema de contabilização e liquidação da CCEE). Todas as exigências regulatórias foram cumpridas até a emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive o capital social integralizado e o valor de patrimônio líquido de referência. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria em **xx de xxxxx de xxxx.** Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como dados contratuais, volume de energia registrada na CCEE e seguros, não fazem parte do escopo de auditoria e consequentemente não foram auditados. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as informações financeiras divulgadas nas informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº6** – Contas a receber (Perda estimada para credores de liquidação duvidosa); • **Nota Explicativa nº 8** – Ativo Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para contingência (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • **Nota Explicativa nº 20 –** Valor justo dos contratos de energia **(**Estimativa de valor justo desses instrumentos financeiros). **3. Políticas contábeis materiais – 3.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: a) Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.2. Valor justo dos contratos de energia:** A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **3.3. Demais passivos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.4. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.6. Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. **3.7. Fornecedores de energia:** Refere-se à aquisição de energia elétrica, tanto faturada para a Companhia quanto a energia não faturada até a data de encerramento do balanço, contabilizada de acordo com o regime de competência. Essas obrigações são reconhecidas como passivos financeiros pelo valor de custo amortizado, sem a incidência de efeitos de juros. **3.8. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024:** De acordo com as novas normas emitidas, até a data de emissão das demonstrações contábeis, caso aplicável a Companhia, serão adotados conforme novos pronunciamentos e início de vigência, sendo consideradas a seguir:

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em maio de 2024 fornecem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características semelhantes, além de estabelecer diretrizes para a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento.	1º de janeiro de 2026
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em dezembro de 2024 têm o objetivo de aprimorar a transparência na comunicação dos impactos financeiros de contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, geralmente estruturados como Acordos de Compra de Energia (PPAs). As atualizações esclarecem a aplicação dos critérios de "uso próprio", viabilizando a contabilidade de hedge quando esses contratos forem utilizados como instrumentos de proteção, além de introduzir novos requisitos de divulgação para facilitar a compreensão dos investidores.	1º de janeiro de 2026
Alteração IFRS 18/ CPC 26	A norma IFRS 18, publicada em abril de 2024, substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece novos requisitos para aprimorar a transparência na divulgação do desempenho financeiro das empresas. Entre as principais mudanças, estão: a introdução de três categorias para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos –, além de novos subtotais, incluindo o lucro operacional; maior detalhamento sobre indicadores internos de desempenho, definidos pela administração; diretrizes mais claras sobre a organização das informações, especificando se devem constar nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas; mais transparência na apresentação das despesas operacionais; e regras específicas sobre a classificação de receitas e despesas operacionais.	1º de janeiro de 2027

4. Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Bancos conta movimento	2.656	540
Aplicações financeiras	22.451	9.179
	25.107	**9.719**

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se a operações de CDB ou debêntures com banco de primeira linha, ou investimentos e fundos conservadores que aplicam em títulos públicos e/ou títulos de crédito privado, com remunerações que variam entre 90% e 105% do CDI.

5. Caixa restrito	2024	2023
Circulante	835	756
Não circulante	3.417	–
	4.252	**756**

As aplicações financeiras totalizavam R$ 4.252 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 756 em 31 de dezembro de 2023, classificadas como "ativos financeiros restritos", devido à sua utilização como garantia de operações financeiras. Essas aplicações são mensuradas ao custo acrescido dos rendimentos. **Valores em garantia de empréstimos:** Para a liberação do empréstimo com o Banco do Brasil, foi exigida uma garantia equivalente a três parcelas do crédito concedido, além de parte dos recebíveis de energia. O valor aplicado em CDB para essa garantia é de R$ 3.417. **Valores em garantia de operações de energia:** Para operações específicas no setor de energia, são solicitadas garantias financeiras ou instrumentos equivalentes, que permanecem restritos até o término dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2024, o montante garantido totalizava R$ 835, sendo integralmente respaldado por carta-fiança.

6. Contas a receber – a) Composição	2024	2023
Faturados	1.500	1.512
Contratos de energia no âmbito do ACL **(1)**	151.065	59.889
(-) PECLD	(1.649)	(1.258)
	150.916	**60.143**

(1) Os saldos de "Contratos de energia no âmbito do ACL" são compostos por R$ 151.065 em 31 de dezembro de 2024, R$ 59.889 em 31 de dezembro de 2023 referentes a provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia ocorreu até o último dia de cada data-base e foi faturado no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente. **b) Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:**

	2024	2023
Vencidos:		
01 – 30 dias	185	192
31 – 60 dias	–	–
61 – 90 dias	–	–
Acima de 90 dias	1.649	1.258
Subtotal vencidos	**1.834**	**1.450**
A vencer:		
Até 45 dias	150.731	59.951
Subtotal a vencer	**150.731**	**59.951**
	152.565	**61.401**

c) Movimentação da provisão para perda de crédito esperada com clientes:

	2024
Saldo inicial	(1.258)
(-) Adições	(391)
(+) Exclusões	–
Saldo final	**(1.649)**

7. Impostos a recuperar	2024	2023
PIS e COFINS a recuperar	3.826	6.455
IRRF a recuperar	198	29
Csll retido na fonte	43	7
Saldo negativo IRPJ e CSLL	126	588
Outros	144	73
	4.337	7.152

8. Imobilizado

a) Composição

	Taxa a.a. depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2024 Valor líquido	2023
Imobilizado					
Veículos	20	1.299	(488)	812	1.279
Computadores e periféricos	20	870	(792)	78	195
Outros	10	675	(440)	235	291
Máquinas e equipamentos	10	44	(13)	31	35
Arrendamentos		1.239	(1.220)	19	431
Imobilizado em andamento					
		5.771	**(2.953)**	**2.819**	**2.232**

b) Movimentação

	2023	Adições	Depreciação	Baixas	2024
Veículos	1.279	–	(262)	(205)	812
Computadores e periféricos	195	–	(118)	–	78
Outros	291	–	(56)	–	235
Máquinas e equipamentos	35	–	(4)	–	31
Arrendamentos	431	–	(412)	–	19
Imobilizado em andamento	–	1.643	–	–	1.643
	2.232	**1.643**	**(852)**	**(205)**	**2.819**

9. Intangível

a) Composição

	Taxa amortização % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	2024 Valor líquido	2023
Intangível					
Direito de uso Software	20	576	(542)	34	146
Plataforma Safira Solar **(1)**		2.078	–	2.078	1.804
Varejista **(2)**		1.677	–	1.677	939
Prisma Middle **(3)**		1.306	–	1.306	213
Raison **(4)**		812	–	812	1.388
		6.449	**(542)**	**5.907**	**4.490**

(1) Plataforma criada para operacionalizar o produto Safira Solar; **(2)** Projeto em andamento para integrar o produto à plataforma de

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.

tecnologia; **(3)** Projeto com intuito de vender informações meteorológicas precisas à produtores rurais e comercializadoras de energia; **(4)** Projeto de dados do grupo focado em comercialização de energia.

b) Movimentação	2023	Adições	Amortização	Reclassificação	2024
Direito de uso software	146	–	(112)	–	34
Plataforma Safira Solar – em andamento (5)	1.804	274	–	–	2.078
Varejista – em andamento (5)	939	738	–	–	1.677
Prisma Middle – em andamento (5)	213	411	–	682	1.306
Raison – em andamento (5)	1.388	106	–	(682)	812
	4.490	**1.529**	**(112)**		**– 5.907**

(5) Conforme o CPC 20 (R1), os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis devem ser capitalizados como parte do custo do ativo. Com base nisso, foram alocados R$ 1,3 milhões em juros de empréstimos capitalizados entre os projetos em andamento.

10. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Finalidade	Prazo	2024	2023
Em moeda nacional					
CCB – Safra II	3,04% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	abr/24	–	1.048
CCB – Banco do Brasil	6,00% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/24	–	5.045
CCB – Banco do Brasil II (1)	3,30% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	fev/27	19.556	–
CCB – Banco do Brasil III	4,90% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	out/25	4.931	–
CC – Banco do Brasil – garantia	6,50 % a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/24	–	300
Total				**24.487**	**6.393**
Circulante				13.264	6.093
Não circulante				11.223	300
				24.487	**6.393**

2023	Captação	Custos	Juros	Pagamento principal + juros	2024
6.393	24.700	(577)	2.397	(8.426)	24.487

O vencimento do passivo não circulante	2024
2026	9.778
2027	1.445
	11.223

Garantias: As garantias vinculadas a empréstimos e financiamentos incluem: • **Aplicações financeiras:** Montante total de R$ 3.417 (vide Nota Explicativa nº 5); • As garantias vinculadas são revisadas periodicamente e ajustadas conforme as necessidades contratuais e as avaliações realizadas pela Administração. **Covenants:** Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem uma única condição restritiva relacionada a indicadores financeiros: • **Dívida líquida/EBITDA:** deve ser igual ou inferior a 2,0. **(1)** Em 30 de dezembro de 2024, recebemos a dispensa dessa cláusula financeira, em relação ao fechamento do ano corrente. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e elabora análises de sensibilidade para antecipar possíveis cenários de descumprimento. Não foram identificados eventos de não conformidade com as cláusulas financeiras ou não financeiras até o momento.

11. Fornecedores – a) Composição	2024	2023
Suprimento de energia	67.346	16.045
Contratos de energia no âmbito do ACL [1]	82.765	51.748
	150.111	**67.792**

(1) O saldo de "Contatos de energia no âmbito do ACL"" é composto por R$ 82.765 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 51.748 em 31 de dezembro de 2023 referente a compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data base e faturado pelo fornecedor de energia no mês subsequente. (Não existem operações de risco sacado).

12. Obrigações tributárias	2024	2023
ICMS a recolher	193	551
PIS, COFINS e CSLL retido na fonte	4	4
IRRF Terceiros	6	2
Provisão IR e Csll	2.243	204
	2.446	**761**

13. Outros passivos	2024	2023
Circulante		
Adiantamentos (1)	12.618	6.666
Passivo contingente judicial	1.195	–
Arrendamento	–	482
Outros passivos	326	116
	14.139	**7.264**
	2024	**2023**
Não circulante		
Adiantamentos (1)	14.079	–
	14.079	**–**

(1) Adiantamentos realizados no âmbito de operações de energia com o intuito de maximizar os retornos dos contratos de energia com outras comercializadoras. **14. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido:** A alíquota do Imposto de Renda é de 25% e a Contribuição Social é de 9%. O cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram:

	2024	2023
Valor justo dos contratos energia	10.479	23.417
Prejuízo fiscal	(8.207)	(2.827)
Diferenças temporárias	**2.272**	**20.590**
Imposto de Renda – 25%	568	5.148
Contribuição Social – 9%	204	1.853
Total do passivo fiscal diferido	**772**	**7.001**
Saldo diferido 2024	772	
Saldo diferido 2023	7.001	
Movimentação	**(6.229)**	

b) Composição Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente: O cálculo de Imposto de Renda e Contribuição social corrente referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram:

	2024	2023
(Prejuízo)/lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.584)	7.074
(+) Adições	**49.266**	**4.675**
(+) Resultado do valor justo de contratos de energia	49.263	4.126
(+) Outras adições	3	549
(-) Exclusões	**(196)**	**(497)**
(-) Outras exclusões	(196)	(497)
Base de cálculo antes da compensação	**11.486**	**11.252**
(-) Compensação de prejuízo	(3.446)	(3.376)
Base tributável	**8.040**	**7.876**
Alíquota de IR 15%	(1.206)	(1.181)
Adicional 10% (deduzido da base 240 mil)	(792)	(767)
CSLL 9%	(724)	(709)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	**(2.722)**	**(2.657)**

15. Contingências – A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui processos contingentes de natureza passiva que necessitem ser provisionados nas demonstrações contábeis, sendo certo que possui apenas um processo de natureza tributária com probabilidade de perda possível no montante de R$ 405. **Revisão da apuração de tributos:** De acordo com a legislação vigente, a operação da Companhia está sujeita à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos e encargos sociais/previdenciários (Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, PIS, COFINS, INSS e FGTS). Na ocorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados pelas autoridades fiscais. A Administração da Companhia considera que estes impostos foram devidamente recolhidos ou provisionados nas informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **16. Patrimônio líquido – a) Capital social (Expresso em Reais):** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 10.010.000 totalmente integralizado, representado por 10.010.000 quotas. A composição da Companhia pode ser assim demonstrada:

	Capital social	Ações ordinárias	%
Safira Holding Ltda.	10.009.850	10.009.850	99,99%
Mikio Kawai Junior	150	150	0,01%
	10.010.000	**10.010.000**	**100%**

b) Reserva legal: O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Resultado por ação	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(7.148)	6.781
Média ponderada de ações	10.010	10.010
Lucro líquido/(prejuízo) básico e dividido por ações	**(0,71)**	**0,68**

17. Receita de vendas	2024	2023
Revenda de energia elétrica	1.720.242	852.553
Outras receitas	12.523	800
Devoluções	(16.858)	–
Receita bruta	**1.715.907**	**853.353**
Impostos incidentes sobre as vendas e outras deduções	(160.800)	(89.762)
Receita líquida	**1.555.107**	**763.591**

18. Natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

Custos	2024	2023
Custo de energia revendida	(1.530.523)	(747.330)
Outros custos – CCEE	(2.242)	(1.218)
	(1.532.765)	**(748.548)**
Despesas		
Despesa com pessoal	(9.371)	(6.349)
Serviços de terceiros	(4.479)	(2.924)
Depreciações e amortizações	(964)	(923)
Mensalidades	(31)	(16)
Honorários advocatícios	(88)	(58)
Manutenção e outros	(779)	(67)
Propaganda e publicidade	(845)	(1.063)
Provisão de PECLD	(390)	(264)
Outras (despesas)/receitas	490	1.429
Cessão de recebíveis	–	8.237
	(16.457)	**(1.998)**
	(1.549.222)	**(750.546)**
Custo da energia comprada	(1.532.766)	(748.548)
Despesas gerais e administrativas	(16.946)	(11.664)
Outras receitas	490	9.666
	(1.549.222)	**(750.546)**

19. Resultado financeiro líquido	2024	2023
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(32)	(76)
Juros sobre empréstimos	(1.269)	(1.152)
Juros sobre empréstimos – sócios	(1.537)	(1.219)
Juros sobre empréstimos – CPC 20	–	1.316
Juros sobre empréstimos – garantida	(36)	–
Juros sobre arrendamento	(22)	(331)
Desconto antecipação de recebíveis	(1.656)	(277)
Juros de mora e multa	(440)	(143)
IOF	(190)	–
Descontos concedidos	–	(1.273)
	(5.182)	**(3.155)**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.499	1.192
Juros recebidos	82	116
Descontos obtidos	–	2
	1.581	**1.310**

20. Instrumentos financeiros – a) Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Fluxo de pagamento na data-base:

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Total
Fornecedores	150.111	–	–	**150.111**
Empréstimos e financiamentos	13.016	9.778	1.694	**24.487**
	163.530	**9.778**	**1.694**	**174.598**

Previsão de pagamento	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Total
Fornecedores	150.111	–	–	**150.111**
Empréstimos e financiamentos	13.419	10.000	1.667	**25.086**
	163.530	**10.000**	**1.667**	**175.197**

Risco de crédito: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise financeira criteriosa considerando o ambiente econômico atual, vínculo de liquidação na CCEE, reputação e conhecimento técnico dos sócios. **Risco de mercado:** Para comercializadoras de energia o risco de mercado está principalmente ligado as perdas financeiras, que podem ocorrer pela variação no preço da energia que irá valorar suas sobras e/ou déficits no mercado livre, as quais são marcadas a preço de mercado. Estas sobras e/ou déficits são referentes a posições de energia em aberto que não foram convertidas em contratos, logo, estas posições podem impactar a carteira de energia da companhia detentora. Tais flutuações geram impacto econômico para todos pertencentes ao mercado livre de energia e a administração da companhia monitora constantemente. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices, assim mitigando eventuais riscos decorrentes de inflação e quaisquer outros indexadores pós fixados. **Exposição energética em MWh:**

Período	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2025	8.038.684	(8.222.567)	(183.883)
2026 a 2035	6.437.287	(7.529.346)	(1.092.059)
	14.475.971	**(15.751.913)**	**(1.275.942)**

Análise de risco (operações de compra e venda de energia): Como métricas de risco, a Companhia utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e as perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 95% e horizonte de 1 dia e de 90 dias (3 meses) assim como o potencial de ganho da carteira para os mesmos 90 dias. O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Companhia, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços). Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Companhia, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia. O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado: • O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em (1-) % dos cenários. A Empresa utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado; • **P95 do VaR:** nesse caso p95 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de alta de preços; • **P05 do VaR:** nesse caso p05 do VaR indica a séria que representa. A metodologia de VaR histórico assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimado a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que a carteira está exposta. **Análise de sensibilidade sobre as operações com taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis da taxa de juros: **(i) Cenário I:** baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2024 (CDI em 12,79% a.a.); **(ii) Cenário II:** redução/elevação os índices em 25%; e **(iii) Cenário III:** redução/elevação os índices em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário I	Redução de Índice em 25%	Redução de Índice em 50%	Elevação de Índice em 25%	Elevação de Índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	22.454	2.872	2.154	1.436	3.590	4.308
Títulos de valore mobiliários	CDI	4.252	544	408	272	680	816
Empréstimos e financiamentos	CDI	(24.487)	(3.132)	(2.349)	(1.566)	(3.915)	(4.698)

b) Valor justo dos contratos de energia: Como descrito na Nota Explicativa nº 3.2, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão calculados a valor presente por uma da taxa média de desconto real de 8,99%, em 31 de dezembro de 2024, líquida dos impostos de PIS/COFINS (alíquota de 9,25%):

VJR (contratos futuros de energia)	2024	2023
Ganho temporário – circulante	335.104	128.849
Ganho temporário – não circulante	104.999	97.227
Perda temporária – circulante	(312.975)	(126.922)
Perda temporária – não circulante	(116.649)	(75.737)
Resultado líquido em aberto na data-base	**10.479**	**23.417**
Movimentação do resultado		
Reversão do exercício anterior	(23.417)	(27.542)
Provisão do exercício corrente	10.479	23.417
Valor justo do resultado:	**(12.938)**	**(4.126)**

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 03 anos	Total
Valor justo contratos de energia	22.129	(6.368)	(2.458)	(2.824)	**10.479**

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base de 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2035. **c) Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil**

	2024	2023
Ativos financeiros		
Mensurado a valor justo por meio do resultado		
Valor justo dos contratos de energia	440.103	226.076
Valor justo dos contratos de energia	4.252	–
	444.355	**226.076**
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	25.110	9.719
Clientes	150.916	60.143
Partes relacionadas	251.452	75.196
	427.478	**145.058**
Passivos financeiros		
Mensurado a valor justo por meio do resultado		
Valor justo dos contratos de energia	429.624	202.659
	429.624	**202.659**
Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos	24.487	6.393
Fornecedores	150.111	67.792
Partes relacionadas	226.465	64.606
	401.063	**138.792**

d) Mensuração do valor justo: A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos sub mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

31/12/2024	Nível 2	Total
Valor Justo dos contratos futuros em aberto	10.479	**10.479**
	10.479	**10.479**

21. Partes relacionadas	2024	2023
Ativo		
Venda de energia		
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	19.996	2.573
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	151.657	34.636
Safira Trading de Energia Ltda.	615	–
	172.268	**37.209**
Conta corrente (1)		
Safira Energia Chile S.A.	1.544	1.544
Safira Trading de Energia Ltda.	2.078	12.602
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	–	461
Safira Labs	57	57
Safira Capital Consult. e Ass. em Energia Ltda.	2.018	1.658
Safira Gestão e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	26.850	5.777
Raison Processamento de Dados Ltda.	33	18
Safira Holding	46.528	15.793
Safira Porteirinha	76	76
	79.184	**37.987**
Circulante	172.268	37.209
Não circulante	79.184	37.987
Valor a receber com contratos futuros de energia		
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	137.138	118.549
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	16.256	5.797
	153.394	**124.346**
	2024	**2023**
Passivo		
Compra de energia		
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	24.103	1.974
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	124.003	15.255
Safira Gestão e Prestação de Serviços em Energia Ltda.	14.090	2.642
	162.195	**19.872**
Conta corrente (1)		
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	47.125	29.095
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	867	868
Safira Geração Distribuída SPE Ltda.	3.449	3.449
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	580	–
Outros	12.248	11.322
	64.270	**44.734**
Circulante	162.195	19.872
Não circulante	64.270	44.734
Valor a pagar com contratos futuros de energia		
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	188.303	54.338
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	11.130	3.958
	199.434	**58.296**
	2024	**2023**
Resultado		
Vendas		
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	68.548	24.322
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	–	195
Safira Trading de Energia Ltda.	29	–
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	486.652	261.592
	555.228	**286.109**
Compras		
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	76.001	17.424
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	–	220
Safira Varejo Comercializadora de Energia Ltda.	391.983	134.908
	467.984	**152.552**

(1) Essas transações com partes relacionadas foram feitas nas condições de mútuos no qual tem características de transações de conta corrente entre as Companhias ligadas, cujos contratos e/ou acordos são por tempo indeterminado e sem incidência de juros, por se tratar de transação com característica de centralização de caixa. Estas relações existentes e a forma como são transacionadas possuem respaldo jurídico da Companhia, que avaliam que as transações e tem a finalidade de proteger os interesses dos acionistas. **Remunerações do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios de 2024 e 2023. **22. Seguros –** A Companhia possui cobertura de seguros de garantia financeira, por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em fianças bancárias é de R$ 3.169:

Bens segurados	Riscos	De	Até	Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	abr/25	255	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	jul/25	1.049	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	dez/25	336	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jul/25	jan/26	2.793	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	jan/26	2.621	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	fev/26	1.071	100

A Diretoria

Odimar Bezerra Morais Junior – Contador CRC 1SP 310.478/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Safira Administração e Comercialização de Energia S.A. –** Barueri-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Safira Administração e Comercialização de Energia: S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acimas referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação, na data de 03 de abril de 2024. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1
Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1SP 254.881/O-8

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Safira Holding S.A.

CNPJ/MF nº 13.522.948/0001-59

Relatório da Administração

Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Diretoria. As Demonstrações completas estão disponíveis no site: http://www.ri.gpsafira.com.br/

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados – Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	117	52	28.121	22.174
Caixa restrito	5	4.457	4.501	5.568	7.408
Clientes	6	–	–	194.612	91.678
Impostos a recuperar	7	172	90	6.389	9.884
Outros ativos	8	335	980	1.457	2.928
Valor justo dos contratos de energia	23	–	–	310.077	158.953
Partes relacionadas	24	–	–	26.710	3.550
		5.081	**5.623**	**572.934**	**296.575**
Não circulante					
Valor justo dos contratos de energia	23	–	–	102.395	132.090
Caixa restrito	5	–	–	7.247	1.872
Outros ativos	8	9.513	5.510	11.627	5.885
Partes relacionadas	24	8.091	26.217	2.441	6.013
Investimento	9	160.776	123.153	29.736	22.507
Imobilizado	10	–	–	59.850	39.510
Intangível	11	–	–	13.951	11.166
		178.380	**154.880**	**227.247**	**219.043**
Total do ativo		**183.461**	**160.503**	**800.181**	**515.618**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	–	–	29.776	19.896
Fornecedores	13	91	188	182.582	88.573
Obrigações tributárias	14	7	28	6.758	4.078
Obrigações trabalhistas	–	42	3	2.349	1.977
Valor justo dos contratos de energia	23	–	–	257.631	131.902
Outros passivos	15	10	2.541	14.349	10.128
Partes relacionadas	24	–	–	33.671	4.748
		150	**2.760**	**527.116**	**261.302**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	–	–	38.401	31.908
Tributos diferidos	16.a	3.632	2.513	22.063	29.506
Valor justo dos contratos de energia	23	–	–	91.822	76.566
Partes relacionadas	24	92.831	53.372	13.739	11.573
Outros passivos	15	1.062	590	19.102	6.564
Perda com investimento	9	5.140	7.358	–	–
		102.665	**63.833**	**185.127**	**156.117**
Patrimônio líquido	18				
Capital social	18	62.879	62.879	62.879	62.879
Transação de capital		(5.627)	–	(5.627)	–
Reserva legal		2.817	2.817	2.817	2.817
Reserva de investimentos		20.577	28.214	20.577	28.214
		80.646	**93.910**	**80.646**	**93.910**
Participação dos não controladores		–	–	7.292	4.289
		80.646	**93.910**	**87.938**	**98.199**
Total do passivo e patrimônio líquido		**183.461**	**160.503**	**800.181**	**515.618**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	**19**	**–**	**–**	**1.427.451**	**845.831**
Custo operacionais	20	**–**	–	**(1.380.608)**	(818.407)
Resultado do valor justo de contratos de energia	23	**–**	–	**(19.555)**	22.406
Lucro bruto		**–**	**–**	**27.288**	**49.830**
(Despesas)/receitas					
Despesas gerais e administrativas	20	(2.257)	(2.148)	(38.715)	(22.199)
Equivalência patrimonial	9.b	(8.404)	26.911	5.921	3.687
Outras receitas/(despesas)	20	5.453	(3.919)	6.251	3.594
Resultado antes do resultado financeiro		**(5.208)**	**20.844**	**745**	**34.912**
Receitas financeiras	21	479	476	2.817	2.233
Despesas financeiras	21	(218)	(66)	(12.453)	(3.854)
		261	**410**	**(9.636)**	**(1.621)**
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(4.947)**	**21.254**	**(8.891)**	**33.291**
Corrente	16.b	–	–	(5.952)	(3.692)
Diferido	16.a	(1.119)	–	7.443	(6.536)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercicio		**(6.066)**	**21.254**	**(7.400)**	**23.063**
Atribuído aos controladores		–	–	(6.066)	21.254
Atribuído aos não controladores		–	–	(1.334)	1.809
Quantidade por ações (mil)		11.010	11.010	–	–
(Prejuízo)/lucro líquido por ação (R$)		**(0,55)**	**1,93**	**–**	**–**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Transação de capital	Reserva de investimentos	Lucros/ (prejuízo) dos períodos	Patrimônio líquido atribuído ao controlador	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**11.010**	**985**	**–**	**74.920**	**–**	**86.915**	**2.962**	**89.877**
Transferência para Ad. referendum (AGE 13/03/2023) nº 14.c	51.869	769	–	(52.638)	–	–	–	**–**
Outras movimentações capital	–	–	–	–	–	–	(149)	**(149)**
Lucro líquido do exercicio	–	–	–	–	21.254	21.254	1.809	**23.063**
Reserva legal	–	1.063	–	–	(1.063)	–	–	**–**
Distribuição de dividendos	–	–	–	(9.168)	(5.091)	(14.259)	(333)	**(14.592)**
Transferência para reserva de investimentos	–	–	–	15.100	(15.100)	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**62.879**	**2.817**	**–**	**28.214**	**–**	**93.910**	**4.289**	**98.199**
Outras movimentações capital	–	–	–	–	–	–	(34)	**(34)**
Transação de capital	–	–	(5.627)	–	–	(5.627)	(545)	**(6.172)**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercicio	–	–	–	–	(6.066)	(6.066)	(1.334)	**(7.400)**
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	5.410	**5.410**
Distribuição de dividendos	–	–	–	(1.570)	–	(1.570)	(494)	**(2.064)**
Transferência para reserva de investimentos	–	–	–	(6.066)	6.066	**–**	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**62.879**	**2.817**	**(5.627)**	**20.578**	**–**	**80.646**	**7.292**	**87.938**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercicio	**(6.066)**	**21.254**	**(7.400)**	**23.063**
Total do resultado abrangente do exercicio	**(6.066)**	**21.254**	**(7.400)**	**23.063**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado Informação Suplementar – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas	**4.303**	**75**	**1.671.797**	**1.090.619**
Comercialização de energia e prestação de serviços	–	–	1.668.871	1.055.041
Resultado do Valor Justo de Contratos de Energia	–	–	(21.549)	24.424
Provisão de PECLD	–	–	(390)	264
Outras receitas	4.303	75	24.865	10.890
Insumos adquiridos de terceiros	**(503)**	**8.282**	**(1.612.738)**	**(990.278)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(1.591.984)	(988.300)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(503)	8.282	(20.754)	(1.978)
Valor adicionado bruto	**3.800**	**8.357**	**59.059**	**100.341**
Depreciação e amortização	–	–	(1.122)	(1.311)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	**3.800**	**8.357**	**57.937**	**99.030**
Valor adicionado recebido em transferência	**(7.926)**	**27.387**	**7.978**	**5.920**
Resultado de equivalência patrimonial	(8.405)	26.911	5.921	3.687
Receitas financeiras	479	476	2.057	2.233
Valor adicionado total a distribuir	**(4.126)**	**35.744**	**65.915**	**104.950**
Pessoal	**532**	**159**	**16.892**	**10.230**
Remuneração direta	364	33	11.880	6.015
Benefícios	168	126	3.996	3.552
F.G.T.S	–	–	1.016	663
Impostos, taxas e contribuições	**1.340**	**11**	**45.293**	**55.115**
Federais	1.340	11	3.526	15.469
Estaduais	–	–	41.700	39.586
Municipais	–	–	67	60
Remuneração de capitais de terceiros	**69**	**61**	**11.130**	**2.283**
Despesas financeiras	69	61	11.130	2.283
Remuneração de capitais próprios	**(6.067)**	**35.513**	**(7.400)**	**37.322**
Dividendos	–	14.259	–	14.259
Lucros retidos	(6.067)	21.254	(6.066)	21.254
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	–	(1.334)	1.809
Valor adicionado distribuído	**(4.126)**	**35.744**	**65.915**	**104.950**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**(6.066)**	**21.254**	**(7.400)**	**23.063**
Ajustes que não afetam o caixa				
IR e CSLL diferido	1.119	–	(7.443)	6.536
Depreciações e amortizações	–	–	3.205	1.311
PECLD	–	–	(657)	(264)
Juros sobre empréstimos	–	–	8.852	4.655
Equivalência patrimonial	8.405	(26.911)	(5.921)	(3.687)
Distribuição desproporcional e outros	1.419	3.463	(3.420)	976
Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–	19.556	(22.406)
	4.877	**(2.194)**	**6.772**	**10.184**
(Acréscimo)/decréscimo nas contas de ativo				
Clientes	–	–	(102.277)	(18.082)
Partes relacionadas	–	–	(23.160)	11.836
Impostos a recuperar	(82)	–	3.495	1.918
Outros ativos	(3.358)	2.502	(4.271)	4.485
(Decréscimo)/acréscimo nas contas de passivo				
Fornecedores	(97)	(175)	94.009	18.084
Obrigações trabalhistas	38	–	372	(400)
Partes relacionadas	–	–	28.923	(11.081)
Obrigações tributárias	(21)	(21)	2.680	(156)
Outros passivos	(2.059)	3.029	16.759	6.155
Caixa (usado nas)/gerado pelas atividades operacionais	**(702)**	**3.141**	**23.302**	**22.943**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte nos investimentos	–	(1.882)	–	(696)
Dividendos recebidos	4.117	8.744	2.112	2.150
Outras movimentações capital	–	–	(34)	(149)
Titulos de valores mobiliários	–	(5.577)	–	(1.154)
Partes relacionadas	18.126	–	8.982	(430)
Adições ao imobilizado	–	–	(22.897)	(8.836)
Adições ao intangível	–	–	(3.433)	(8.998)
Caixa gerado pelas/(usado nas) atividades de investimento	**22.243**	**1.285**	**(15.270)**	**(18.112)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(14.322)	10.172	2.166	3.753
Caixa restrito	44	(296)	(3.535)	–
Captação dos empréstimos	–	–	37.196	30.621
Amortização dos empréstimos	–	–	(29.675)	(19.206)
Transação de capital	(5.627)	–	(6.172)	–
Dividendos pagos	(1.570)	(14.259)	(2.064)	(14.592)
Caixa gerado pelas/(usado nas) atividades de financiamento	**(21.475)**	**(4.383)**	**(2.085)**	**576**
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**65**	**43**	**5.947**	**5.407**
Caixa e equivalentes de no início do exercício	52	9	22.174	16.767
Caixa e equivalentes de no final do exercício	117	52	28.121	22.174
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**65**	**43**	**5.947**	**5.407**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Safira Holding S.A. ("Companhia" ou "Grupo Safira"), foi constituída em 05 de abril de 2011 como uma sociedade limitada. Em 29 de outubro de 2021 tornou-se uma sociedade por ações de capital fechado e, em 15 de março de 2023, obteve registro de Companhia Aberta perante a CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A empresa atua no ramo de holding, com foco na participação no capital de outras sociedades, especialmente nas áreas de comercialização, geração e prestação de serviços de energia elétrica. A sede da Companhia está localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, 12º andar, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Safira" ou individualmente como "Companhia"). **a. Grupo Safira:** A Safira Holding S.A. tem participações em diversas empresas, cujas atividades são destinadas ao mercado de energia ou a negócios complementares, tais como fomento mercantil, inovação e prestação de serviços. A Companhia possui participação societária direta nas seguintes controladas ou *joint venture* (quando aplicável):

	Participação %	
Investida	**2024**	**2023**
Controladas		
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	99,99	99,99
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	88,75	88,75
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	99,99	99,99
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	99,99	99,99
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	99,00	99,00
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	99,00	99,00
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	89,73	92,00
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	77,50	77,50
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	100,00	100,00
Raison Processamento de Dados Ltda.	90,00	90,00
Safira 03 Serv Adm Rj Ltda	100,00	100,00
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda.	100,00	15,00
Safira Prisma Serviços e Tecnologia Ltda.	99,00	–
Safira 01Rj Administrativo Ltda.	100,00	100,00
Safira 02 Serv Adm Rj Ltda.	100,00	100,00
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 01 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 02 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 03 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 04 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 05 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 06 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 07 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 08 SPE Ltda.	100,00	–
Safira Talismã Paranaíba Geração de energia 09 SPE Ltda.	100,00	–
Coligadas		
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	50,00	50,00
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	23,45	23,45
Indra Comercial Administração e Comercialização de Energia Ltda.	23,45	–

Controladas: ▪ Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.: *trading* de energia e principal empresa do grupo. Detém a mesa proprietária e o portfólio voltado à captura de movimentos de preços mercado (natureza especulativa); **▪ Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.:** empresa desenvolvida para promover a venda de energia diretamente consumidores livres e especiais, não tomando risco de mercado; **▪ Safira Trading Geração de Energia Ltda**.: Empresa que detém fundo de investimento exclusivo do grupo e realiza a operação de usina de 60 kW, localizada em Pedralva-MG, destinada à geração distribuída; **▪ Safira Artemis Comercialização de Energia Ltda.:** empresa desenvolvida para a alocação de determinados contratos celebrados com consumidores livres e varejistas; **▪ Safira Venture Investimentos SPE Ltda.:** empresa desenvolvida para realização de investimento em startups do primeiro programa de aceleração da Safira, criado em 2018. A Safira Venture efetuou o investimento nas startups por meio de mútuo conversível em participação societária; **▪ Safira Gestão e Prestação de Serviços em Energia Ltda**.: empresa destinada à prestação de serviços de gestão de energia para consumidores livres. Além disso, é a empresa que concentra o conjunto dos custos e despesas do grupo para o financiamento de suas atividades, tais como pagamento de funcionários, contratação de serviços terceirizados etc.; **▪ Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.:** empresa criada em 2018, anteriormente denominada como Safira Capital Consultoria e Assessoria em Energia Ltda., para a prestação de serviços de consultoria em Energia; **▪ Safira Geração Distribuída SPE Ltda.:** veículo que centraliza os investimentos do grupo em projetos de geração distribuída; **▪ Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.:** empresa voltada a prestação de serviços intermediando arrendamento de placas solares para consumidores cativos de MG; **▪ Raison Processamento de Dados Ltda.**: empresa desenvolvida para a prestação de serviços de automatizações nos processamentos de dados e gerenciamento de riscos; **▪ Safira Porteirinha 1 Geração de Energia Spe Ltda.:** empresa desenvolvida para a gestão de usinas e geração de energia elétrica; **▪ Safira Prisma Serviços e Tecnologia Ltda.:** empresa desenvolvida para prestação de serviço de meteorologia; **▪ Safira RJ01:** empresa voltada para a administração de usinas e geração de energia elétrica. **Coligadas: ▪ Safira VMF MC 01 Assessoria e Consultoria Ltda.:** *joint venture* criada com a VMF Gerenciamento e Participações Ltda. para a construção e operação da usina fotovoltaica Safira VMF MC 01, localizada em Montes Claros (GD) e destinada a clientes residenciais no modelo de geração distribuída; **▪ Indra Comercial Administração e Comercialização de Energia Ltda.:** a empresa coligada, tem por objeto: comércio atacadista de energia elétrica – representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação; **▪ Indra Comercializadora de Energias Ltda.:** a empresa coligada, tem por objeto: comércio atacadista de energia elétrica – representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, outorgado pela ANEEL no despacho nº3.291 de 26 de novembro de 2019, organizada e regida nos termos do seu contrato social e das demais disposições aplicáveis. As demais empresas com participação e sem descrição da atividade estão até o presente momento em fase pré-operacional. **Volumes de compra e venda:** A principal atividade da empresa é a comercialização de energia, realizada por meio da negociação dos volumes de energia, totalizando:

MWh	**2024**	**2023**
Venda de energia	11.530.156	7.316.792
Compra de energia	11.872.976	7.282.526

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas – a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi apreciada pelo Conselho de Administração e autorizada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, em 28 de fevereiro de 2025. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como dados contratuais, volume de energia registrada na CCEE e seguros, não fazem parte do escopo de auditoria e consequentemente não foram auditados. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Estas informações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo Safira. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as informações financeiras divulgadas nas informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **▪ Nota Explicativa nº6**: clientes (Perda estimada para credores de liquidação duvidosa); **▪ Nota Explicativa nº10**: ativo Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis); **▪ Nota Explicativa nº 17**: provisão para contingência (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); **▪ Nota Explicativa nº23:** valor justo dos contratos de energia **(**Estimativa de valor justo desses instrumentos financeiros, análise de VaR e sensibilidade. **e) Consolidação:** Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações da controlada encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas nessas notas explicativas. Devido à irrelevância dos montantes referentes à participação dos acionistas não controladores, os respectivos valores não se encontram destacados nas demonstrações contábeis consolidadas. A consolidação de controladas incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com as Companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução do valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais – 3.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: a) Classificação ativo financeiro: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Safira Holding S.A.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. **Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **3.2. Valor justo dos contratos de energia:** A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **3.3. Demais passivos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **3.4. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **3.6. Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. **3.7. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às Companhias reguladas pela CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.8. Resultado por ações:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33. **3.9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024**

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em maio de 2024 fornecem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características semelhantes, além de estabelecer diretrizes para a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento.	1º de janeiro de 2026
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em dezembro de 2024 têm o objetivo de aprimorar a transparência na comunicação dos impactos financeiros de contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, geralmente estruturados como Acordos de Compra de Energia (PPAs). As atualizações esclarecem a aplicação dos critérios de "uso próprio", viabilizando a contabilidade de hedge quando esses contratos forem utilizados como instrumentos de proteção, além de introduzir novos requisitos de divulgação para facilitar a compreensão dos investidores.	1º de janeiro de 2026
Alteração IFRS 18/ CPC 26	A norma IFRS 18, publicada em abril de 2024, substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece novos requisitos para aprimorar a transparência na divulgação do desempenho financeiro das empresas. Entre as principais mudanças, estão: a introdução de três categorias para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos –, além de novos subtotais, incluindo o lucro operacional; maior detalhamento sobre indicadores internos de desempenho, definidos pela administração; diretrizes mais claras sobre a organização das informações, especificando se devem constar nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas; mais transparência na apresentação das despesas operacionais; e regras específicas sobre a classificação de receitas e despesas operacionais.	1º de janeiro de 2027

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 2024	2023
Bancos conta movimento	4.749	1.146
Aplicações financeiras	23.372	21.028
	28.121	**22.174**

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se a operações de "CDB" com banco de primeira linha, ou investimentos em fundos conservadores que aplicam em títulos públicos e/ou títulos de crédito privado, com remunerações que variam entre 90% e 105% do CDI.

5. Caixa restrito

	Consolidado 2024	2023
Circulante	5.568	7.408
Não circulante	7.247	1.872
	12.815	**9.280**

As aplicações financeiras totalizavam R$ 12.815 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 9.280 em 31 de dezembro de 2023, classificadas como "ativos financeiros restritos", devido à sua utilização como garantia de operações financeiras. Essas aplicações são mensuradas ao custo acrescido dos rendimentos. **Valores em garantia de empréstimos:** O montante de R$ 6.512 foi utilizado como garantia junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) (vide Nota Explicativa nº 12) para financiamento das usinas Rio do Prado I e Rio do Prado III. A aplicação financeira inicial foi realizada em 2022, por meio da aquisição de um Certificado de Depósito Bancário (CDB) do próprio banco, e renovada em abril de 2023, substituindo o CDB por uma Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). A LCA, com vencimento em 20 de abril de 2025 e liquidez de 90 dias a partir da aplicação, é remunerada a 100% da taxa CDI. Esse valor será liberado de forma antecipada em 29 de janeiro de 2025, momento em que a garantia será substituída pelos recebíveis da Safira Geração e por uma nova aplicação em CDB no banco Sicoob, também remunerada a 100% da taxa CDI. Para a liberação do empréstimo com o Banco do Brasil, foi exigida uma garantia equivalente a três parcelas do crédito concedido, além de parte dos recebíveis de energia. O valor aplicado em CDB para essa garantia é de R$ 3.417. **Valores em garantia de operações de energia:** Para operações específicas no setor de energia, são solicitadas garantias financeiras ou instrumentos equivalentes, que permanecem restritos até o término dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2024, o montante garantido totalizava R$ 1.111, sendo integralmente respaldado por carta-fiança. **Garantias para clientes varejistas:** Para assegurar o cumprimento de obrigações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e com o objetivo de manter a resiliência do mercado em cenários de flutuação, foi aportado o valor de R$ 1.775. Esse montante está vinculado a contratos específicos, revisados periodicamente para adequação às exigências regulatórias.

6. Clientes – a) Composição

	Consolidado 2024	2023
Faturados	4.511	3.215
Contratos de energia no âmbito do ACL **(1)**	192.219	89.924
(-) PECLD	(2.118)	(1.461)
	194.612	**91.678**

(1) Os saldos de "Contratos de energia no âmbito do ACL" são compostos por R$ 192.219 em 31 de dezembro de 2024, R$ 89.924 em 31 de dezembro de 2023 referentes a provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de venda e o consumo de energia ocorreu até o último dia de cada data-base e foi faturado no mês subsequente com recebimento até o 9º dia útil do mês subsequente.

b) Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer

	Consolidado 2024	2023
Vencidos		
01 – 30 dias	924	1.951
31 – 60 dias	144	–
61 – 90 dias	368	–
Acima de 120 dias	2.118	808
Subtotal vencidos	**3.554**	**2.759**
A vencer		
Até 45 dias	193.176	90.380
Subtotal a vencer	**193.176**	**90.380**
	196.730	**93.139**

c) Movimentação da provisão para perda de crédito esperada com clientes

	2024
Saldo inicial	**(1.461)**
(-) Adições	(657)
(+) Exclusões	–
Saldo final	**(2.118)**

7. Impostos a recuperar

	Consolidado 2024	2023
PIS e COFINS a recuperar	4.981	8.417
IRRF a recuperar	691	1.011
CSLL retido na fonte	112	29
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	343	186
Outros	262	241
	6.389	**9.884**

8. Outros ativos

	Consolidado 2024	2023
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	566	1.900
Outros ativos	891	1.028
	1.457	**2.928**
Não circulante		
Adiantamento operação com CTX S.A. (1)	3.960	3.610
Crédito de energia – consumo futuro (2)	1.725	–
Projetos e investimentos iniciais em Usinas	5.040	1.898
Outros ativos	902	377
	11.627	**5.885**

(1) Em fevereiro de 2024, a Safira Holding notificou a CTX sobre a resolução do Acordo de Investimento devido à má gestão da Kikai pela CTX. A CTX entrou com uma ação judicial contestando a rescisão unilateral, mas as decisões até agora têm sido desfavoráveis a ela, com baixas chances de sucesso;

(2) O saldo é formado pelo excedente de energia gerada por usinas fotovoltaicas (UFV) de terceiros, registrado na Safira Solar. Temos um acordo para adquirir toda a energia produzida por essas usinas enquanto não utilizarmos a capacidade total, os créditos energéticos têm validade de 60 meses.

9. Investimentos – a) Posição

	2024	2023
Controladas		
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	23.551	30.745
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	30.150	38.518
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	25.526	26.188
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	(182)	159
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	19.514	2.192
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	892	893
Safira 01Rj Administrativo Ltda	14.153	(20)
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	(4.217)	(2.118)
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	12.861	(1.482)
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	(741)	(1.856)
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	4.107	–
Raison Processamento de Dados Ltda.	55	70
Safira Prisma Serviços e Tecnologia Ltda	231	–
	125.899	**93.289**
Coligadas		
BBCE Balcão Brasileiro de Com. de Energia	13.916	10.625
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	8.749	7.429
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	6.499	4.393
Indra Comercial Administração e Comercialização de Energia Ltda.	573	–
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	–	59
	29.737	**22.506**
Ativo	160.776	123.153
Passivo	(5.140)	(7.358)
	155.636	**115.795**

b) Movimentação

	2023	Integralização	Distribuição desproporcional	Outros	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	2024
Controladas							
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	30.745	–	(47)	–	(7.147)		23.551
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	38.518	–	(2.037)	–	(6.331)	–	30.150
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	26.188	–	–	–	(662)	–	25.526
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	159	–	(261)	–	(80)	–	(182)
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	2.192	9.900	–	–	7.422	–	19.514
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	893	–	–	–	(1)	–	892
Safira 01Rj Administrativo Ltda	(20)	14.443	–	–	(270)	–	14.153
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	(2.118)	–	(2.154)	67	(12)	–	(4.217)
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	(1.482)	18.283	–	(20)	(2.215)	(1.705)	12.861
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	(1.856)	6.629	–	270	(5.784)	–	(741)
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	–	3.832	–	391	184	(300)	4.107
Raison Processamento de Dados Ltda.	70	–	(347)	–	332	–	55
Safira Prisma Serviços e Tecnologia Ltda	–	178	(215)	29	238	–	230
	93.289	**53.265**	**(5.061)**	**737**	**(14.326)**	**(2.005)**	**125.899**
Coligadas							
BBCE Balcão Brasileiro de Com. de Energia	10.625	–	–	3.291	–	–	13.916
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	7.429	–	–	–	3.432	(2.112)	8.749
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	4.393	–	(566)	179	2.493	–	6.499
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	59	–	–	(59)	–	–	–
Indra Comercial Administração e Comercialização de Energia Ltda.	–	516	–	60	(3)	–	573
	22.506	**516**	**(566)**	**3.471**	**5.922**	**(2.112)**	**29.737**
Ativo	123.153						160.776
Passivo	(7.358)						(5.140)
	115.795	**53.781**	**(5.627)**	**4.208**	**(8.404)**	**(4.117)**	**155.636**

c) Composição dos investimentos e controladas em conjunto

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	2024 Resultado
Controladas				
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	901.566	878.011	23.555	(7.148)
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	513.333	479.362	33.971	(7.133)
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	38.409	12.881	25.528	(662)
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	1.837	2.020	(183)	(80)
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	23.929	4.218	19.711	7.497
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	899	–	899	(1)
Safira 01Rj Administrativo Ltda	16.366	2.214	14.152	(270)
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	24.246	28.945	(4.700)	(13)
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	41.011	24.417	16.594	(2.858)
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	6.280	8.902	(2.623)	(5.784)
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	5.032	925	4.106	184
Raison Processamento de Dados Ltda.	110	48	62	369
Safira Prisma Serviços e Tecnologia Ltda	275	41	234	240
Coligadas				
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	20.578	3.076	17.502	6.863
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	358.853	331.137	27.716	10.632
Indra Comercial Administração e Comercialização de Energia Ltda.	2.456	15	2.441	(18)
	1.955.180	**1.776.212**	**168.965**	**1.818**

10. Imobilizado – a) Composição do imobilizado (consolidado):

	Taxa a.a. depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2024 Valor líquido	2023
Imobilizado					
Veículos	20	1.299	(487)	812	1.278
Computadores e periféricos	20	941	(816)	125	237
Outros	10	675	(440)	235	291
Máquinas e equipamentos	10	404	(226)	178	218
Usinas (1)	4	36.894	(1.652)	35.242	32.497
Arrendamentos		5.359	(1.458)	3.901	1.592
Imobilizado em andamento (2)		17.480	–	17.480	–
Adiantamento a fornecedor (3)		1.877	–	1.877	3.397
		64.929	**(5.079)**	**59.850**	**39.510**

(1) Atualmente, temos três usinas em operação em Minas Gerais: Rio do Prado I e Rio do Prado III, ambas com capacidade instalada de 2,5 MW. A usina de Porteirinha é composta por dez microgerações, totalizando uma capacidade de 0,75 MW;

(2) Safira 01RJ Administrativo Ltda. iniciou a construção da UFV Portugal. Sua capacidade instalada é 2,5 MW e fica localizada no Rio de Janeiro, atualmente sua construção está em fase de término;

(3) Adiantamento a fornecedores no montante de R$ 3.397 foram para os Projetos Rio do Prado I e Rio do Prado III. Fomos reembolsados pela Cemig no valor de R$ 1.600, referente aos custos incorridos anteriormente com a conexão das redes de distribuição da RDP I e RDP III.

b) Movimentação

	2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	Baixas	2024
Veículos	1.278	–	(260)	–	(206)	812
Computadores e periféricos	237	20	(132)	–	–	125
Benfeitorias	–	–	–	–	–	–
Outros	291	–	(56)	–	–	235
Máquinas e equipamentos	218	–	(40)	–	–	178
Usinas	32.497	–	(1.434)	4.179	–	35.242
Arrendamentos	1.592	2.944	(635)		–	3.901
Imobilizado em andamento	–	21.659	–	(4.179)	–	17.480
Adiantamento a fornecedor	3.397	158	–	–	(1.678)	1.877
	39.510	**24.781**	**(2.557)**	**–**	**(1.884)**	**59.850**

11. Intangível – a) Composição do imobilizado (consolidado)

	Taxa amortização % a.a.	Custo	Amortização Acumulada	2024 Valor líquido	2023
Intangível					
Direito de uso Software	20	704	(634)	70	224
Plataforma Safira Solar (1)		4.221	–	4.221	2.760
Varejista (2)		3.446	–	3.446	4.644
Safira Simples (3)	20	2.468	(494)	1.974	–
Prisma Middle (4)		1.547	–	1.547	950
Raison (5)		811	–	811	706
Ágio na compra de controlada		1.882	–	1.882	1.882
		15.079	**(1.128)**	**13.951**	**11.166**

(1) Plataforma criada para operacionalizar o produto Safira Solar;

(2) Projeto em andamento para integrar o produto à plataforma de tecnologia;

(3) Gastos relacionados ao produto Safira Simples, que em 2023 foram classificados como pré-operacionais, pois estávamos desenvolvendo o produto. A comercialização começou em 01/2024, e a partir dessa data, iniciamos a amortização;

(4) Projeto com intuito de vender informações meteorológicas precisas à produtores rurais e comercializadoras de energia;

(5) Projeto de dados do grupo focado em comercialização de energia.

b) Movimentação

	2023	Adições	Amortização	Reclassificação	2024
Direito de uso software	224	–	(154)	–	70
Plataforma Safira Solar – em andamento (6)	2.760	1.461	–	–	4.221
Varejista – em andamento (6)	4.644	1.270	–	(2.468)	3.446
Safira Simples	–	–	(494)	2.468	1.974
Prisma Middle – em andamento (6)	950	597	–	–	1.547
Raison – em andamento (6)	706	105	–	–	811
Ágio na compra de controlada	1.882	–	–	–	1.882
	11.166	**3.433**	**(648)**	**–**	**13.951**

(6) Conforme o CPC 20 (R1), os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis devem ser capitalizados como parte do custo do ativo. Com base nisso, foram alocados R$ 2,2 milhões em juros de empréstimos capitalizados entre os projetos em andamento.

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	Finalidade	Prazo	2024	2023
Em moeda nacional					
CCB – Safra II	3,04% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	abr/24	–	1.048
CCB – Banco do Brasil	6,00% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/24	–	5.045
CCB – Banco do Brasil II (3)	3,30% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	fev/27	19.556	–
CCB – Banco do Brasil III	4,90% a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	out/25	4.931	–
CC – Banco do Brasil – garantia	6,50 % a.a. + 100% CDI	Fluxo de caixa	jun/24	–	300
CCB – BDMG I	3,75% a.a. +100% CDI	Investimento em usinas	dez/32	9.196	10.409
CCB – BDMG II	3,75% a.a. +100% CDI	Investimento em usinas	set/33	9.984	11.202
CCB – Sofisa	5,50% a.a. +100% TR	Investimento em inovação	dez/28	8.979	9.893
CCB – MB Mercado Bitcoin (1)	2,50% a.a. +100% CDI	Fluxo de caixa	out/25	7.550	13.907
CCB – MB Mercado Bitcoin II (2)	9,00% a.a. +100% IPCA	Fluxo de caixa	mai/26	3.876	–
CCB – Banco Paulista	6.00% a.a. +100% CDI	Fluxo de caixa	abr/25	4.105	–
Total				**68.177**	**51.804**
Circulante				29.776	19.896
Não circulante				38.401	31.908
				68.177	**51.804**

(1) Tokenização: Contrato assinado em 24 de outubro de 2023, com lastro em tokens que representam frações dos recebíveis de vendas de energia elétrica convencional pertencentes à Empresa. Até a presente data, duas parcelas foram liquidadas. As próximas estão previstas para 30 de abril de 2025 e 27 de outubro de 2025;

(2) Securitização (Certificados de Recebíveis): Em 3 de maio de 2024, foram emitidas

continua ...

... continuação

Safira Holding S.A.

notas comerciais vinculadas a direitos creditórios de recebíveis. Os certificados serão liquidados em quatro parcelas. A primeira foi quitada, e as próximas estão programadas para 5 de maio de 2025, 29 de outubro de 2025 e 4 de maio de 2026. As operações de empréstimos e financiamentos estão em conformidade com a Resolução CVM nº 88, de 2022, e seguem os critérios estabelecidos para operações com valores mobiliários.

Consolidado

2023	Captação	Custos	Juros	Pagamento principal + juros	2024
51.804	37.196	(1.695)	8.852	(27.980)	68.177

O vencimento do passivo não circulante	2024
2026	16.223
2027	7.197
2028	5.749
2029	2.546
2030	2.546
2031	2.546
2032	1.594
	38.401

Garantias: As garantias vinculadas a empréstimos e financiamentos incluem: ▪ **Aplicações financeiras:** Montante total de R$ 12.815 (vide Nota Explicativa nº 5); ▪ **Equipamentos da usina:** Após a conclusão da obra da UFV, os equipamentos da usina foram avaliados em R$ 12.987 e vinculados como garantia; ▪ **Recebíveis:** Parte do fluxo de recebimentos da Safira Geração Distribuída SPE Ltda.; ▪ As garantias vinculadas são revisadas periodicamente e ajustadas conforme as necessidades contratuais e as avaliações realizadas pela Administração. **Covenants:** Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem uma única condição restritiva relacionada a indicadores financeiros: ▪ **Dívida líquida/Patrimônio líquido:** deve ser inferior a 1,0. (1) ▪ **Dívida líquida/EBITDA:** deve ser igual ou inferior a 2,0. (3)

(3) Em 30 de dezembro de 2024, recebemos a dispensa dessa cláusula financeira, em relação ao fechamento do ano corrente. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e elabora análises de sensibilidade para antecipar possíveis cenários de descumprimento. Não foram identificados eventos de não conformidade com as cláusulas financeiras ou não financeiras até o momento.

13. Fornecedores – a) Composição

	Consolidado 2024	2023
Suprimento de energia	20.328	26.536
Contas a pagar consumo	153	200
Contratos de energia no âmbito do ACL (1)	162.101	61.837
	182.582	**88.573**

O saldo de "Contatos de energia no âmbito do ACL" é composto por R$ 162.101 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 61.837 em 31 de dezembro de 2023 referente a compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até o último dia de cada data base e faturado pelo fornecedor de energia no mês subsequente. (Não existem operações de risco sacado).

14. Obrigações tributárias

	Consolidado 2024	2023
ICMS a recolher	4.020	3.477
PIS, COFINS e CSLL retido na fonte	33	26
IRRF Terceiros	215	167
PIS e COFINS a recolher	30	9
ISS a recolher	10	2
Provisão IR e CSLL	2.450	397
	6.758	**4.078**

15. Outros passivos

	Consolidado 2024	2023
Circulante		
Adiantamentos (1)	12.618	6.666
Passivo contingente judicial	1.195	–
Arrendamento – CP	77	502
Outros passivos – CP	459	2.960
	14.349	**10.128**
Não circulante		
Arrendamento – LP	3.965	1.195
Outros passivos – LP	1.058	5.369
Adiantamentos (1)	14.079	–
	19.102	**6.564**

(1) Adiantamentos realizados no âmbito de operações de energia com o intuito de maximizar os retornos dos contratos de energia com outras comercializadoras.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social – a) Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido: A alíquota do Imposto de Renda é de 25% e a Contribuição Social é de 9%. O cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram:

	Consolidado 2024	2023
Ganho valor justo	10.683	7.392
Prejuízo fiscal	(8.812)	(3.187)
Valor justo dos contratos energia	63.020	82.575
Diferenças temporárias	**64.891**	**86.780**
Imposto de Renda – 25%	16.223	21.695
Contribuição Social – 9%	5.840	7.811
Total do passivo fiscal diferido	**22.063**	**29.506**
Saldo diferido 2024	22.063	
Saldo diferido 2023	29.506	
Movimentação	**(7.443)**	

b) Composição Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente: O cálculo de Imposto de Renda e Contribuição social corrente referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram:

	Consolidado 2024	2023
Empresas lucro real		
(Prejuízo)/lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.153)	3.924
(+) Adições	**34.538**	**10.825**
(+) Resultado do valor justo de contratos de energia	34.505	10.490
(+) Outras adições	33	335
(-) Exclusões	**(1.226)**	**(946)**
(-) Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–
(-) Outras exclusões	(1.226)	(946)
Base de cálculo antes da compensação	**19.159**	**13.802**
(-) Compensação de prejuízo	(3.851)	(3.545)
Base tributável	**15.309**	**10.258**
Alíquota de IR 15%	(2.296)	(1.539)
Adicional 10% (deduzido da base 240 mil)	(1.497)	(965)
CSLL 9%	(1.378)	(923)
IR e CSLL corrente Lucro Real	**(5.171)**	**(3.426)**
Efeito IR e CSLL (Lucro presumido)	(781)	(266)
	(5.952)	**(3.692)**

17. Contingências – A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Safira não possui processos contingentes de natureza passiva que necessitem ser provisionados nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, sendo certo que possui apenas um processo de natureza tributária com probabilidade de perda possível no montante de R$ 483. **Revisão da apuração de tributos:** De acordo com a legislação vigente, a operação da Companhia está sujeita à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos e encargos sociais/previdenciários (Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, PIS, COFINS, INSS e FGTS). Na ocorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados pelas autoridades fiscais. A Administração da Companhia considera que estes impostos foram devidamente recolhidos ou provisionados nas informações contábeis, individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

18. Patrimônio líquido – a) Capital social (expresso em Reais): O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 62.879.277 totalmente integralizado, representado por 11.010.000 quotas. A composição da Companhia pode ser assim demonstrada:

	Capital social	Ações ordinárias	%
Mikio Kawai Junior	47.159.458	8.257.500	75
Marcelo Queiroz Davanzo	15.719.819	2.752.500	25
	62.879.277	**11.010.000**	**100**

b) Reserva Legal: O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Distribuição de lucros:** A Companhia realizou distribuições de dividendos durante o ano de 2024, no montante de R$ 1.570, utilizando recursos da reserva de investimentos. **d) Transação de capital:** Dividendos distribuídos a sócios de maneira desproporcional no ano de 2024 no montante de R$ 5.627.

e) Resultado por ação	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do período atribuível aos controladores	**(6.066)**	**21.254**
Média ponderada de quotas	11.010	11.010
Lucro líquido básico e diluído por ações	**(0,55)**	**1,93**

19. Receita de vendas	2024	2023
Revenda de energia elétrica	1.678.810	1.005.849
Outras receitas	19.588	1.508
Receita de serviços prestados	3.027	2.846
Receita bruta	**1.701.425**	**1.010.203**
Impostos incidentes sobre as vendas e outras deduções	(273.974)	(164.372)
Receita líquida	**1.427.451**	**845.831**

20. Natureza dos custos e das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Consolidado 2024	2023
Custos		
Custo de energia revendida	(1.367.753)	(814.587)
Custo dos serviços prestados	(3.303)	(2.040)
Custo – depreciações e amortizações	(2.152)	–
Outros custos – CCEE	(7.400)	(1.781)
	(1.380.608)	**(818.408)**
Despesas		
Despesa com pessoal	(17.717)	(10.365)
Serviços de terceiros	(13.656)	(5.697)
Depreciações e amortizações	(1.053)	(1.311)
Mensalidades	(195)	(234)
Honorários advocatícios	(756)	(600)
Manutenção e outros	(2.812)	(2.868)
Propaganda e publicidade	(1.686)	(1.115)
Despesas com veículos	(68)	(9)
Provisão de PECLD	(772)	(264)
Outras (despesas)/receitas	6.251	3.858
	(32.463)	**(18.605)**
	(1.399.274)	**(837.013)**
Custo da energia comprada	(1.380.608)	(818.407)

	Consolidado 2024	2023
Despesas gerais e administrativas	(38.715)	(22.199)
Outras receitas	6.251	3.594
	(1.413.072)	**(837.012)**

21. Resultado financeiro líquido	2024	2023
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(1.674)	(115)
Juros sobre empréstimos	(6.521)	(693)
Juros sobre empréstimos – sócios	(1.537)	(567)
Juros sobre empréstimos – garantida	(36)	(1.267)
Juros sobre arrendamento	(367)	–
Desconto antecipação de recebíveis	(1.652)	–
Juros de mora e multa	(315)	(753)
IOF	(351)	(307)
Descontos concedidos	–	(152)
	(12.453)	**(3.854)**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.517	1.932
Juros recebidos	226	299
Descontos obtidos	74	2
	2.817	**2.233**

22. Informação por segmento

	Comercialização 2024	2023	Geração 2024	2023	Prestação de serviço 2024	2023	Total 2024	2023
Receita operacional líquida	1.419.125	842.855	5.493	301	2.832	2.675	**1.427.451**	**845.831**
Custo operacional	(1.375.523)	(816.264)	(1.752)	(104)	(3.333)	(2.039)	**(1.380.608)**	**(818.407)**
Valor justo de contratos de energia	(19.555)	22.406	–	–	–	–	**(19.555)**	**22.406**
Lucro bruto	**24.047**	**48.997**	**3.741**	**197**	**(501)**	**636**	**27.287**	**49.830**
Receitas financeiras	2.531	2.113	284	120	2	–	**2.817**	**2.233**
Despesas financeiras	(8.968)	(3.796)	(3.437)	(2)	(48)	(56)	**(12.453)**	**(3.854)**
Despesa e receitas operacionais	(31.174)	(18.804)	(2.891)	(379)	(4.650)	(3.016)	**(38.715)**	**(22.199)**
Ativos dos segmentos reportáveis	704.126	463.793	62.409	42.916	33.646	8.909	**800.181**	**515.618**
Passivos e patrimônio líquido dos segmentos reportáveis	704.126	463.793	62.409	42.916	33.646	8.909	**800.181**	**515.618**

23. Instrumentos financeiros – a. Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Fluxo de pagamento na data-base:

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 03 anos	Total
Fornecedores	182.582	–	–	–	**182.582**
Empréstimos e financiamentos	22.579	16.223	7.197	22.178	**68.177**
	205.161	**16.223**	**7.197**	**22.178**	**250.759**

Previsão de pagamento

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 03 anos	Total
Fornecedores	182.582	–	–	–	**182.582**
Empréstimos e financiamentos	30.792	17.130	7.546	15.113	**70.581**
	213.374	**17.130**	**7.546**	**15.113**	**253.163**

Risco de crédito: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise financeira criteriosa considerando o ambiente econômico atual, vínculo de liquidação na CCEE, reputação e conhecimento técnico dos sócios. **Risco de mercado:** Para comercializadoras de energia o risco de mercado está principalmente ligado as perdas financeiras, que podem ocorrer pela variação no preço da energia que irá valorar suas sobras e/ou déficits no mercado livre, as quais são marcadas a preço de mercado. Estas sobras e/ou déficits são referentes a posições de energia em aberto que não foram convertidas em contratos, logo, estas posições podem impactar a carteira de energia da companhia detentora. Tais flutuações geram impacto econômico para todos pertencentes ao mercado livre de energia e a administração da companhia monitora constantemente. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices, assim mitigando eventuais riscos decorrentes de inflação e quaisquer outros indexadores pós fixados.

Exposição energética em MWh:

Período	Compra	Venda	Exposição (short)/long
2025	12.414.568	(12.817.427)	(402.858)
2026 a 2035	12.438.504	(13.836.764)	(1.398.260)
	24.853.072	**(26.654.191)**	**(1.801.119)**

Análise de risco (operações de compra e venda de energia): Como métricas de risco, o Grupo Safira utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e as perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 95% e horizonte de 1 dia e de 90 dias (3 meses) assim como o potencial de ganho da carteira para os mesmos 90 dias. O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Companhia, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços). Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Empresa, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia. O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (a é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado: ▪ O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em (1-a) % dos cenários. A Empresa utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado; ▪ **P95 do VaR:** nesse caso p95 do VaR indica a séria que representa a máxima perda das sérias geradas no caso de alta de preços; ▪ **P05 do VaR:** nesse caso p05 do VaR indica a séria que representa. A metodologia de VaR histórico assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimado a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que a carteira está exposta. Sendo assim, os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico a um nível de 95% de confiança. Apresentamos o VaR e potencial ganho da carteira para 90 dias (três meses) para os usuários das demonstrações contábeis poder entender qual é o potencial de ganho e de perdas até o próximo relatório. No entanto, usamos o VaR de 1 dia para gerenciamento da carteira no curto prazo. Assim, as perdas de fato podem ser bem menores que as apontadas pelo VaR de 90 dias em um potencial evento adverso de volatilidade de mercado já que as posições seriam fechadas muito antes dos 90 dias com o gerenciamento de curto prazo:

Período	2024 Perda	Ganho
VaR (1dia, 95%)	(5.988)	5.629
VaR (365dias, 95%)	(46.385)	43.602

Análise de sensibilidade sobre as operações com taxa de juros: A Companhia realizou uma análise com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis da taxa de juros: **(i) Cenário I:** baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2024 (CDI em 12,79% a.a.); **(ii) Cenário II:** redução/elevação os índices em 25%; e **(iii) Cenário III:** redução/elevação os índices em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de Índice em 25%	Redução de Índice em 50%	Elevação de Índice em 25%	Elevação de Índice em 50%
Aplicações financeiras	CDI	23.372	2.989	2.242	1.495	3.737	4.484
Título de valores mobiliários	CDI	12.815	1.639	1.229	820	2.049	2.459
Empréstimos e financiamentos	CDI	(68.177)	(8.720)	(6.540)	(4.360)	(10.900)	(13.080)

b. Valor Justo dos contratos de energia: Como descrito na Nota Explicativa nº 3.2, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo. O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O valor justo dos contratos de energia, já estão calculados a valor presente por uma da taxa média de desconto real de 8,99%, em 31 de dezembro de 2024, líquida dos impostos de PIS/COFINS (alíquota de 9,25%):

VJR (contratos futuros de energia)	2024	2023
Ganho temporário – circulante	310.077	158.953
Ganho temporário – não circulante	102.395	132.090
Perda temporária – circulante	(257.631)	(131.902)
Perda temporária – não circulante	(91.822)	(76.566)
Resultado líquido em aberto na data-base	**63.019**	**82.575**
Movimentação do resultado		
Reversão do exercício anterior	(82.575)	(60.169)
Provisão do exercício corrente	63.019	82.575
Valor justo do resultado:	**(19.555)**	**22.406**

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 03 anos	Total
Valor justo contratos de energia	52.446	5.477	6.455	(1.359)	**63.019**

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base de 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2035.

c. Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil

	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Ativos financeiros				
Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Valor justo dos contratos de energia	–	–	412.472	291.043
Caixa restrito	4.457	4.501	12.815	7.408
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	117	52	28.121	22.174
Clientes	–	–	194.612	91.678
Partes relacionadas	8.091	26.217	29.151	9.563
	12.665	**30.770**	**677.171**	**421.866**
Passivos financeiros				
Mensurado a valor justo por meio do resultado				
Valor justo dos contratos de energia	–	–	349.453	208.468
Custo amortizado				
Empréstimos e Financiamentos	–	–	68.177	51.804
Fornecedores	91	188	182.582	88.573
Partes relacionadas	92.831	53.372	47.410	16.321
	92.922	**53.560**	**647.622**	**365.166**

d. Mensuração do valor justo: A Companhia tem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preço futuros dos sub mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste) (v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: ▪ **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; ▪ **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; ▪ **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

31/12/2024	Nível 2	Total
Valor Justo dos contratos futuros em aberto	63.019	**63.019**
	63.019	**63.019**

24. Partes relacionadas

Ativo	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Venda de energia				
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	–	–	26.710	3.550
	–	**–**	**26.710**	**3.550**
Conta corrente				
Safira Energia Chile S.A.	–	–	1.544	1.544
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	–	1	–	–
Safira Labs	–	–	57	57
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	–	–	357	357
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	3.245	17.183	–	–
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	70			
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda	3.975	4.443	–	–
Raison Processamento de Dados Ltda.	–	–	–	3
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia SPE Ltda.	6	3.965	–	4.040
Safira RJ 01	795	625	–	–
Outros	–	–	484	12
	8.091	**26.217**	**2.441**	**6.013**
Circulante	–	–	26.710	3.550
Não circulante	8.091	26.217	2.441	6.013
Valor a receber com contratos futuros de energia				
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	–	–	17.863	6.600
	–	**–**	**17.863**	**6.600**

Passivo	Controladora 2024	2023	Consolidado 2024	2023
Compra de energia				
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	–	–	33.671	4.748
	–	**–**	**33.671**	**4.748**
Conta corrente				
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	1.416	806	1.416	787
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	9.900	1.150	–	–
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	34.729	35.229	–	–
Safira Capital Consult. e Ass. em Energia Ltda.	110	110	–	–
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	75	75	75	75
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	46.526	15.793	–	–
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	42	42	–	–
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	33	33	–	–
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia SPE Ltda.	–	134	–	–
Sócios	–	–	12.248	10.711
	92.831	**53.372**	**13.739**	**11.573**
Circulante	–	–	33.671	4.748
Não circulante	92.831	53.372	13.739	11.573
Valor a pagar com contratos futuros de energia				
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	–	–	11.130	5.881
	–	**–**	**11.130**	**5.881**

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

Safira Holding S.A.

	Controladora		Consolidado	
Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Vendas				
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	–	–	80.716	35.812
	–	**–**	**80.716**	**35.812**
Compras				
Indra Comercializadora de Energia Ltda.	–		92.815	50.105
	–	**–**	**92.815**	**50.105**

(1) Essas transações com partes relacionadas foram feitas nas condições de mútuos no qual tem características de transações de conta corrente entre as Companhias ligadas, cujos contratos e/ou acordos são por tempo indeterminado e sem incidência de juros, por se tratar de transação com característica de centralização de caixa. Estas relações existentes e a forma como são transacionadas possuem respaldo jurídico da Companhia, que avaliam que as transações e tem a finalidade de proteger os interesses dos acionistas.

Remunerações do pessoal-chave da Administração: A remuneração do pessoal-chave da Administração de 2024 e 2023, foram de R$ 717 e R$ 231, respectivamente. **Benefícios pós-emprego:** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia.

25. Seguros – A Companhia possui cobertura de seguros de garantia financeira, por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em fianças bancárias é de R$ 3.169:

Bens segurados	Riscos	De	Até	Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jul/24	jun/25	158	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	abr/25	255	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	jul/25	1.049	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	dez/25	3.019	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jul/25	dez/25	573	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	jan/26	6.232	100
Contratos de energia de compra	Inadimplência	jan/25	fev/26	1.071	100

26. Transações que não afetam o caixa – demonstração dos fluxos de caixa – No exercício de 2024, a Companhia efetuou um aumento de capital nas suas investidas no montante de R$ 43 milhões. Essa transação não envolveu fluxo de caixa, pois os valores já existiam no ativo com partes relacionadas foram avaliados internamente e concluiu-se que não seriam devolvidos. Dessa forma, esses valores foram capitalizados, resultando em um aumento proporcional da participação acionária da Companhia nas investidas. O objetivo desse aumento de capital foi equalizar o patrimônio líquido com o valor de investimento nas investidas, refletindo a realidade financeira dessas participações.

27. Eventos subsequentes – Em janeiro de 2025, a Companhia solicitou o cancelamento de seu registro de Companhia Aberta junto à CVM, bem como sua deslistagem do segmento Bovespa Mais Nível 2 da B3, o pedido foi deferido pela CVM em 13 de fevereiro.

Diretoria

Marcelo Queiroz Davanzo – Diretor Financeiro

Contador

Odimar Bezerra Morais Junior – CRC 1SP 310.478/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Safira Holding S.A. | Barueri-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Safira Holding S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Safira Holding S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas, portanto, não existem principais assuntos de auditoria para as demonstrações contábeis individuais. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Reconhecimento da receita e do custo** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 6 e 13, em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional provisionada e não faturada no mês de dezembro consolidada perfaz o montante de R$ 192.219 mil e o custo provisionado da energia comprada consolidado, perfaz o montante de (R$ 162.101 mil), respectivamente. As receitas e os custos das transações com comercialização de energia elétrica da Companhia provêm de fornecimento e compra de energia, respectivamente, para os agentes do mercado de energia livre e regulado. O processo de reconhecimento da receita e do custo é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data-base das demonstrações contábeis, o que de forma inerente adiciona componentes de risco de erro e fraude. Tendo em vista o risco associado sobre o processo de reconhecimento da receita e custo e os potenciais efeitos sobre o registro contábil no "Contas a receber" e "Fornecedor", consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: **(i)** Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas e custos de comercialização de energia; **(ii)** Extração dos relatórios de volume de energia contabilizados pelos agentes no site da Câmera de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e confronto com os relatórios internos da Companhia utilizados com o objetivo de assegurar o volume energético transacionado; **(iii)** Realização de testes amostrais de documentos para validação da base de dados utilizados para a mensuração da receita e custo; **(iv)** Análise das conciliações das receitas e custos operacionais extraídas do sistema fiscal, com os saldos contábeis e relatórios internos ("posição energética"); **(v)** Realização de procedimentos de teste de corte, para receita e custo, avaliando a competência dos registros contábeis; **(vi)** Avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas e o efetivo reconhecimento de receitas e custos são apropriados no contexto das demonstrações contábeis consolidadas. **Valor justo dos contratos de energia:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 23.b, a Companhia possui registrado saldos no ativo e passivo, circulante e não circulante, de valor justo dos contratos de energia decorrentes de diversos contratos futuros de venda ou compra energia que foram firmados com outras contrapartes, que perfaz o resultado líquido em aberto de R$ 63.019 mil em 31 de dezembro de 2024. A Administração avalia o valor justo destes ativos e passivos financeiros, baseado nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidada, cuja hierarquia utilizada está vinculada ao Nível 2, ou seja, baseado em informações disponíveis que são observáveis diretamente ou indiretamente no mercado ativo, tais como preço estabelecidos nas operações de compras ou vendas recentes, preço projetado pelos agentes do setor elétrico para o período de disponibilidade, informações corroboradas pelo mercado, entre outros. Devido à existência de estimativas significativas utilizadas na mensuração do valor justo dos contratos futuros de energia, bem como eventuais mudanças nas premissas e estimativas usadas poderiam ter nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse como principal assunto para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: **(i)** Testes amostrais de documentos realizados para validação da base de cálculo do valor justo dos contratos de energia e procedimentos de confirmações externas de volume energético descritos nos contratos firmados com as contrapartes; **(ii)** Com o auxílio de especialistas em formação do preço *forward* de energia, realizada avaliação de adequação do preço futuro de energia e outras premissas que foram utilizadas pela Companhia para determinar o valor justo dos contratos de energia nas respectivas datas-bases, taxa de desconto e fatores de risco de crédito; **(iii)** Recálculo das transações que estavam em aberto nas respectivas datas-bases; **(iv)** Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que a base de avaliação e a metodologia utilizada estão adequadas, bem como as divulgações realizadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado – informação suplementar:** As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico – CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossas opiniões, essas Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador
CRC 1SP 125.4881/O-8

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

Uni.Co S.A.

CNPJ/MF nº 15.825.887/0001-24

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	45	48	25.181	19.185
Contas a receber de clientes	**7**	–	–	104.255	101.334
Estoques	**8**	–	–	36.118	36.469
Impostos a recuperar	**9**	31	35	2.173	4.273
Adiantamentos	**11**	13	–	1.738	2.794
Outras contas a receber		–	–	–	111
Dividendos a receber		2.667	2.445	–	.
Total do ativo circulante		**2.756**	**2.528**	**169.465**	**164.166**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	**7**	–	–	317	884
Outras contas a receber		–	–	21	21
Adiantamentos	**11**	–	–	309	294
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**12**	–	–	7.809	8.591
Depósitos judiciais	**10**	–	–	1.882	5.717
Ativo de direito de uso	**16**	–	–	14.095	15.742
Investimentos	**13**	56.106	34.873	–	–
Imobilizado	**14**	–	–	4.467	5.226
Intangível	**15**	–	–	27.686	29.096
Total do ativo não circulante		**56.106**	**34.873**	**56.586**	**65.571**
Total do ativo		**58.862**	**37.401**	**226.051**	**229.737**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	**18**	–	–	16.458	13.225
Empréstimos e financiamentos	**17**	–	–	62.958	28.247
Passivo de arrendamento	**16**	–	–	2.710	3.446
Obrigações sociais e trabalhistas	**19**	–	–	11.742	11.813
Obrigações tributárias	**20**	–	–	6.761	12.212
Imposto de renda e contribuição social	**21**	–	–	3.667	3.790
Investimentos a pagar	**22**	–	–	1.103	2.064
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	–	111
Obrigações tributárias diferidos		–	–	–	59
Outras contas a pagar	**24**	–	–	6.633	7.576
Total do passivo circulante		**–**	**–**	**112.032**	**82.543**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	**17**	–	–	16.949	62.616
Obrigações sociais e trabalhistas	**19**	–	–	–	899
Obrigações tributárias	**20**	–	–	1.787	2.798
Imposto de renda e contribuição social	**21**	–	–	–	580
Provisão para contingências	**23**	–	–	23.155	26.900
Passivo de arrendamento	**16**	–	–	13.093	15.192
Investimentos a pagar	**22**	–	–	–	536
Outras contas a pagar	**24**	–	–	173	272
Total do passivo não circulante		**–**	**–**	**55.157**	**109.793**
Patrimônio líquido					
Capital social		117.946	117.946	117.946	117.946
Prejuízo acumulado		(58.676)	(78.900)	(58.676)	(78.900)
Ajustes acumulados de conversão		(408)	(1.645)	(408)	(1.645)
Total do patrimônio líquido	**25**	**58.862**	**37.401**	**58.862**	**37.401**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**58.862**	**37.401**	**226.051**	**229.737**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	**26**	–	–	235.660	239.383
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	**27**	–	–	(102.127)	(106.887)
Lucro bruto		**–**	**–**	**133.533**	**132.496**
Despesa de vendas	**27**	–	–	(42.824)	(48.922)
Despesas gerais e administrativas	**27**	(143)	(105)	(51.946)	(52.909)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos		–	–	2.050	637
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**28**	1	–	(363)	(432)
Resultado equivalência patrimonial		20.362	1.149	–	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**20.220**	**1.044**	**40.450**	**30.870**
Despesas financeiras	**29**	(1)	(2)	(20.894)	(25.779)
Receitas financeiras		5	2	9.903	5.586
Resultado financeiro líquido		**4**	**–**	**(10.991)**	**(20.193)**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		**20.224**	**1.044**	**29.459**	**10.677**
IRPJ e CSLL correntes		–	–	(8.564)	(8.759)
IRPJ e CSLL diferidos		–	–	(671)	(874)
Total do IRPJ e CSLL	**21**	**–**	**–**	**(9.235)**	**(9.633)**
Lucro líquido do exercício		**20.224**	**1.044**	**20.224**	**1.044**
Resultado por ação ordinária básico e diluído (em R$)		0,242	0,012		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Prejuizos acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Controladora e Consolidado Total
Saldos em 01/12/2023	**25**	**117.946**	**(79.944)**	**(1.368)**	**36.634**
Ajustes acumulados de conversão		–	–	(277)	(277)
Resultado líquido do exercício		–	1.044	–	1.044
Saldos em 31/12/2023	**25**	**117.946**	**(78.900)**	**(1.645)**	**37.401**
Ajustes acumulados de conversão		–	–	1.237	1.237
Resultado líquido do exercício		–	20.224	–	20.224
Saldos em 31/12/2024		**117.946**	**(58.676)**	**(408)**	**58.862**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Uni.co S.A. (ou "Companhia") é uma sociedade anônima nacional sediada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, número 1855, na cidade de São Paulo, constituída em 11 de junho de 2012 conforme ata de constituição registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passou de "Butler Rj Participações S.A." para "Uni.co S.A.". O Grupo está envolvido primariamente na participação em outras sociedades empresária e não empresária, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). As entidades operacionais do Grupo atuam no varejo, por meio de franquias das marcas Imaginarium, referência em inovação e diversão, com 73 franquias; Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear*, e possui 195 franquias, entre elas, 2 são fora do Brasil e 9 Outlets; Lovebrands que atua no ramo de multimarcas com 32 franquias (Imaginarium, Puket e marcas convidadas), esse modelo foi desenvolvido pensando na expansão das marcas para cidades com até 200 mil habitantes; e Mind, que comercializa objetos de decoração para casa, com atuação 100% via *e-commerce*. **2. Entidades do Grupo:** Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

	País	Participação 2024	Participação 2023
Controladas diretas			
Uni.co Comércio S.A	Brasil	100%	100%
Imaginarium Franchising Ltda	Brasil	100%	100%
Controladas indiretas			
Uni.co Hong Kong Limited	Hong Kong	100%	100%
Uni.co Development (Shenzhen) Co.,LTD.	China	100%	100%
IMB Têxtil S.A.	Brasil	100%	100%
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	Brasil	100%	100%

Controladas diretas: ***Uni.Co Comércio S.A.***: A Uni.Co Comércio S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, número 1855, Vila Olimpia, São Paulo – SP, tem por objeto social, o comércio atacadista, importação e exportação de artigos para decoração, presentes em madeira, metal, couro, vidro, ferro, cerâmica, plásticos e utilidades do lar, comercio de artigos do vestuário e seus acessórios, aparelhos eletrônicos, exploração de atividade de franchising de artigos para presentes e objetos de decoração. ***Imaginarium Franchising Ltda.*** : A Imaginarium Franchising Ltda, é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, número 1855, Vila Olimpia, São Paulo – SP, tem por objeto social, a exploração da atividade de franchising de artigos para presentes, objetos de decoração para o lar e seus acessórios. **Controladas indiretas (subsidiárias da Uni.Co Comércio S.A): *Uni.Co Hong Kong Limited***: A Uni.co Hong Kong Limited, situada em Hong Kong, possui como atividade principal a comercialização de mercadoria com a controladora no Brasil, Uni.co Comércio S.A. e a IMB Têxtil S.A. ***Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.*** : A Uni.co Development (Shenzhen) Co.,LTD., situada na China, possui como principais atividades a inspeção, o controle de qualidade, suprimentos, aquisições e serviços de logística para a Hong Kong, no que se refere ao comércio de bens originários da República Popular da China. As atividades da controlada foram encerradas em 11/06/2024. ***IMB Têxtil S.A.*** : A IMB Têxtil S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Andar 1, Conjunto 11 e 12, Edifício Francisco Lopes - Vila Olímpia - São Paulo - SP, possui como atividades predominantes o comércio, importação e exportação de meias, confecção de roupas intimas, artigos de vestuário e têxteis em geral, além de beneficiamento, tingimento e estampagem de produtos têxteis. ***Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.*** : A Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda, é uma empresa individual de responsabilidade limitada, situada na Avenida Mofarrej, 348 - Conjunto 1503, Andar 15, Sala A - Vila Leopoldina - São Paulo - SP, tem como atividade principal a exploração de concessão e gestão de franquias da marca Puket. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo internacional *Accouting Standards Board* (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 28 de fevereiro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: • **Nota explicativa 4 (a)** - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida. • **Nota explicativa 16** - Prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação. (ii) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 4 k (i) e 7** - Contas a receber: mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda; • **Nota explicativa 8** - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. • **Nota explicativa 12** - Análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro. • **Nota explicativa 13 -** principais premissas em relação aos valores recuperáveis. A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios do Grupo para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. • **Nota explicativa 23 -** Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **(iii) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 5 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros. **4. Políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: *Combinação de negócios***: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a - ou tem direito sobre os - retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Descrição dos principais procedimentos de consolidação:** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas; Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Empresas controladas; Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. **b. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada

continua ➔

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	20.224	**1.044**	20.224	**1.044**
Ajustes acumulados de conversão	1.237	(277)	1.237	(277)
Resultado abrangente do exercício	**21.461**	**767**	**21.461**	**767**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	–	–	278.657	283.378
Outras receitas	–	–	251	(492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	–	–	2.050	637
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(120.387)	(126.577)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(141)	(98)	(38.530)	(39.640)
Perda e recuperação de valores ativos	–	–	1.848	2.558
Valor adicionado bruto	**(141)**	**(98)**	**123.889**	**119.864**
Depreciação e amortização	–	–	(4.989)	(6.427)
Valor adicionado líquido gerado	**(141)**	**(98)**	**118.900**	**113.437**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	20.362	1.149	(861)	–
Receitas financeiras	5	2	9.903	5.586
Resultado em operações descontinuadas	–	–	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**20.226**	**1.053**	**127.942**	**119.023**
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	–	–	29.590	33.181
Benefícios	–	–	6.228	5.478
FGTS	–	–	1.935	2.198
Valor distribuído – Empregados	**–**	**–**	**37.753**	**40.857**
Tributos				
Federais	–	5	31.279	31.410
Estaduais	2	2	9.813	12.266
Municipais	–	0	1.514	1.539
Valor distribuído – Tributos	**2**	**7**	**42.606**	**45.215**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	–	2	20.894	25.779
Aluguéis	–	–	4.576	4.839
Royalties	–	–	2.137	1.279
Outros	–	–	(248)	10
Valor distribuído – Remuneração de capitais de terceiros	**–**	**2**	**27.359**	**31.907**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício	20.224	1.044	20.224	1.044
Valor distribuído – Remuneração de capitais próprios	**20.224**	**1.044**	**20.224**	**1.044**
Distribuição do valor adicionado	**20.226**	**1.053**	**127.942**	**119.023**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	**20.224**	**1.044**	**20.224**	**1.044**
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(20.362)	(1.149)	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	(2.050)	(637)
Provisão para contingências	–	–	(3.745)	(203)
Provisão para perda de estoques	–	–	(87)	(113)
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	–	–	39	928
Baixa de passivo de arrendamento	–	–	(1.264)	–
Impostos diferidos	–	–	782	905
Imposto de renda e contribuição social	–	–	8.453	8.728
Juros sobre aquisições	–	–	647	706
Juros sobre arrendamentos	–	–	1.328	1.549
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	10.631	15.206
Depreciação e amortização	–	–	6.253	6.427
Outros	–	1	(1.222)	3.338
	(138)	**(104)**	**39.989**	**37.878**
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	–	–	2.354	1.147
Estoques	–	–	(332)	16.366
Impostos a recuperar	4	5	1.432	7.905
Adiantamentos	(13)	–	4.876	2.306
Outras contas a receber	–	–	111	361
	(9)	**5**	**8.441**	**28.085**
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	–	–	3.233	(5.174)
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	(969)	189
Obrigações tributárias	–	–	(6.633)	1.438
Outras contas a pagar	–	–	194	(3.134)
	–	**–**	**4.175**	**(6.681)**
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(147)**	**(99)**	**44.255**	**59.282**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	–	–	(7.658)	(12.598)
Pagamento de encargos de arrendamentos	–	–	(1.328)	(1.549)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	(9.156)	(9.256)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	**(147)**	**(99)**	**(26.113)**	**35.879**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Recebimento de dividendos	144	140	–	–
Aquisição de investimento	–	–	(2.144)	(5.994)
Adições ao imobilizado	–	–	(480)	(411)
Adições ao intangível	–	–	(98)	(560)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento	**144**	**140**	**(2.722)**	**(6.965)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	14.000	–
Pagamento de passivos com arrendamentos	–	–	(3.467)	(3.202)
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	(27.928)	(23.285)
Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento		**–**	**(17.395)**	**(26.487)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3)**	**41**	**5.998**	**2.427**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48	7	19.185	16.758
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	45	48	25.181	19.185
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3)**	**41**	**5.996**	**2.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Uni.Co S.A.

para o resultado. **c. Reconhecimento de receitas:** O Grupo segue os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: • Identificar o contrato com o cliente; • Identificar as obrigações de performance no contrato; • Determinar o preço das transações; • Alocar o preço da transação às obrigações de performance; • Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de performance. **Venda de produtos**: Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia cumpriu ao franqueado e lojista todas as obrigações de performance relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • Nas operações do e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 4%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que o valor da contraprestação a receber associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **Receita de royalties e serviços**: • A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência. **d. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial***: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente***: **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento***: ***Ativos financeiros***: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros***: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação***: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras. **f. Investimentos:** Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. **g. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Equipamentos de processamento de dados	05 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Intangíveis: Reconhecimento e Mensuração: Softwares:** Os softwares são reconhecidos pelo custo, através do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Marcas e patentes	12 anos
Carteira de clientes	05 anos
Softwares	02 a 05 anos

i. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: ***(i) Arrendamentos***: Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) o Grupo tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) o Grupo tem o direto de direcionar o uso do ativo. Significa que o Grupo tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **j. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: 1) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que reflitam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira. **k. Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)* : (i) Ativos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). Baseado no modelo da metodologia CPC 48 / IFRS 9, o Grupo avalia o comportamento de toda a carteira de crédito, tanto na recuperação quanto na concessão do crédito, e presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. Operações em dia e até 30 dias de atraso, perdas não são esperadas para os próximos 6 meses. Operações de 31 a 179 dias de atraso, ou renegociação inadimplente, o limite de crédito é atingido e novas trativas com o cliente para cumprir suas obrigações. Operações 180 dias de atraso ou renegociações inadimplentes, uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***Baixa***: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e imposto de renda diferido) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **m. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. As controladas Imaginarium Franchising Ltda. e Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tributam seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas: • 15% de imposto de renda sobre a receita financeira apurada no período; • 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R$ 20 pelo número de meses do período de apuração; • 9% de contribuição social sobre a receita financeira apurada no período. (ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto de renda não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **o. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. **p. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva do Grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. As atividades do Grupo estão concentradas no segmento de varejo. **q. Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS. **r. Novas normas contábeis e interpretações vigentes e não vigentes:** Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 e uma série de novas normas contábeis que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. **Normas Vigentes**: • **Emenda IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante**: Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. Avaliamos os impactos da emenda, e a classificação e a liquidação dos empréstimos e financiamentos atuais refletem as condições contratuais, não havendo impacto na data base da demonstração financeira. • **Emenda IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamentos de fornecedores**: Visa acrescentar requisitos de divulgação e "sinalizações" dentro dos requisitos de divulgações existentes, solicitando às entidades que forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento de fornecedores. Avaliamos a norma e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza. • **Emendas IFRS 16 – Arrendamentos**: A emenda visa esclarecer como um arrendatário mensura e realoca transações de venda do imóvel, de modo que satisfaça os requisitos de contabilização previstos na IFRS 15. Avaliamos a norma e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza. • **Preço de transferência**: A Controladora e suas Controladas realizam operações com partes relacionadas situadas no exterior, e também com empresas independentes situadas em países ou dependências relacionadas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n° 1.037/2010. As operações são realizadas levando em consideração as novas regras de preço de transferência regulamentadas através da Lei n° 14.596 de 2023, vigentes a partir de janeiro de 2024. Em 2024 não tivemos impactos relevantes. **Normas Não Vigentes**: • **Norma CBPS 1/IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade**: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma. • **Norma CBPS 2/IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima**: Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. • **Emenda CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**: As modificações implementadas exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas. As alterações entrarão em vigor a partir de 1° de janeiro de 2025 e estamos avaliando os impactos da emenda. • **Emenda CPC nº 18 (R3)/IAS 28 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto**: A Resolução CVM nº 211 incorporou ao texto do CPC 18 (R3) /IAS 28 a utilização do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas Demonstrações Individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6404/76 e, por ter relação com as Demonstrações Individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, não haverá impactos para Companhia, pois atualmente aplicamos o método MEP na mensuração dos investimentos da Companhia. • **ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial**: A Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não haverá impactos para Companhia. • **Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**: As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas. • **Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras**: Visa promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: i) Novas categorias e subtotais no DRE: operacional, investimento e financiamento; ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A norma tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2027 e estamos avaliando os impactos da norma. • **Norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**: A norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidades com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando os impactos da norma. Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **5. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a. Gerenciamento de riscos** O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: — Risco de crédito (veja (ii)); — Risco de liquidez (veja (iii)); — Risco de mercado (veja (iv)); e — Risco de taxa de juros (veja (v)). **(i) Estrutura de gerenciamento de riscos:** O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **(ii) Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, o Grupo monitora o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstrados a seguir:

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025
ICP Brasil
Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Uni.Co S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	45	48	25.181	19.185
Contas a receber de clientes	–	–	104.572	102.218
Outras contas a receber	–	–	21	132
Adiantamentos	13	–	2.047	3.088
	58	**48**	**131.821**	**124.623**

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber são divulgadas nas notas explicativas 7 e 4 k (i), respectivamente. **(iii) Risco de liquidez:** É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, o Grupo mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Os equivalentes de caixa mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2024, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. ***Exposição ao risco de liquidez***: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

						Consolidado
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo em 31/12/24**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	1.103	1.103	–	–	–	1.103
Fornecedores e outras contas a pagar	23.264	23.091	115	58	–	23.264
Passivos de arrendamentos	15.803	3.859	3.763	10.976	627	19.225
Empréstimos e financiamentos	79.907	62.958	16.949	–	–	79.907
	120.077	**91.011**	**20.827**	**11.034**	**627**	**123.499**

						Consolidado
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo em 31/12/23**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	2.600	2.064	536	–	–	2.600
Fornecedores e outras contas a pagar	21.073	20.801	272	–	–	21.073
Passivos de arrendamentos	18.638	4.754	3.396	10.800	4.200	23.150
Empréstimos e financiamentos	90.863	28.247	45.667	16.949	–	90.863
	133.174	**55.866**	**49.871**	**27.749**	**4.200**	**137.686**

(iv) Risco de mercado: É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **(v) Risco cambial:** O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. A exposição cambial está assim representada:

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber – exterior	186	768
Fornecedores – exterior	(8.035)	(5.962)
Exposição líquida	**(7.849)**	**(5.194)**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira – dólar (USD) – no balanço de 31 de dezembro de 2024 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

				Consolidado
	Base de cálculo	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
DÓLAR				
Taxa de câmbio em 31/12/2024		6,1923	6,1923	6,1923
Taxa câmbio estimada para exercício de 2024 (a)		6,0000	7,5000	9,0000
Contas a receber – exterior	186	(6)	39	84
Fornecedores estrangeiros	(8.035)	250	(1.697)	(3.643)
Despesa de variação cambial no resultado	**(7.849)**	**244**	**(1.658)**	**(3.559)**

(a) Fonte: Estimativa de cotação do dólar para o exercício 2025 de R$ 6,00, divulgado pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus emitido em 03/01/2025. **(vi) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos. O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado do Grupo. A exposição ao risco de taxa de juros está assim representada:

	Consolidado	
	2024	2023
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós–fixada		
Aplicações financeiras – caixa e equivalentes de caixa	20.183	15.392
Empréstimos e financiamentos	(79.907)	(90.863)
Investimentos a pagar	(1.103)	(2.600)
Exposição líquida	**(60.827)**	**(78.071)**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos do Grupo são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 13,75%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses. A análise pressupõe que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

					Provável		Possível		Remoto	Consolidado
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**
Aplicações financeiras	20.183	Baixa CDI	12,25%	2.472	9,19%	1.854	6,13%	1.236
Empréstimos e financiamentos	(79.907)	Alta CDI	12,25%	(9.789)	15,31%	(12.236)	18,38%	(14.683)
Investimentos a pagar	(1.103)	Alta CDI	12,25%	(135)	15,31%	169	18,38%	(203)
Efeito líquido				**(7.452)**		**(10.213)**		**(13.650)**

(vii) Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **b. Instrumentos financeiros – Valor justo:** Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa 3 d.(iii): **Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar –** Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. **Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, investimentos a pagar –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	–	–	1	1
Depósitos bancários	45	48	4.997	3.792
Aplicações financeiras (i)	–	–	20.183	15.392
	45	**48**	**25.181**	**19.185**

(i) As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7. Contas a receber de clientes:

	Consolidado	
	2024	2023
Duplicatas a receber	100.249	101.641
Duplicatas a receber – exterior	186	768
Royalties a faturar	–	1.041
Valores a receber de operadora de cartão de crédito	7.464	3.804
	107.899	**107.254**
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.986)	(5.036)
(–) Ajuste a valor presente de duplicatas a receber	(341)	–
Total	**104.572**	**102.218**
Ativo Circulante	**104.255**	**101.334**
Ativo Não circulante	**317**	**884**

Valores a receber de operadora de cartão de crédito – as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos. O risco de crédito com o consumidor final nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. O Ajuste a valor presente de duplicatas a receber refere-se operações de valores a receber de vendas com a controladora Americanas S.A., e o vencimento será em 2059. Duplicatas a receber – o Grupo oferece a seus clientes pessoas jurídicas parcelamentos por meio de duplicatas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia. O valor da provisão para perdas estimadas é baseado na análise da administração sobre perdas esperadas nos créditos vencidos e a vencer. A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	**(5.036)**	**(5.673)**
Adições	(2.693)	(7.286)
Reversões	4.743	7.923
Saldo final	**(2.986)**	**(5.036)**

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	102.124	99.698
Vencidos até 30 dias	2.835	1.971
Vencidos de 31 a 60 dias	94	273
Vencidos de 61 a 90 dias	34	91
Vencidos de 91 a 120 dias	13	81
Vencidos de 121 a 180 dias	58	104
Vencidos a mais de 180 dias	2.741	5.036
	107.899	**107.254**

8. Estoques:

	Consolidado	
	2024	2023
Mercadorias para revenda	27.071	29.849
Produtos acabados	2.000	3.579
Matérias–primas	974	942
Produtos em elaboração	6.578	2.739
Estoque em poder de terceiros para beneficiários	133	28
Estoque em trânsito	285	340
Materiais	18	18
(–) Ajuste ao valor realizável líquido	(940)	(1.026)
	36.119	**36.469**

Os saldos de produtos acabados, em elaboração, e estoques em poder de terceiros para beneficiários correspondem a produção de faccionados (ateliês) de linhas de lingerie e banho, da controlada IMB Têxtil S.A. **a. Ajuste ao valor realizável líquido**: O saldo de ajuste ao valor realizável líquido estão apresentados pelos valores líquidos da provisão para perdas por inventários, obsolescência de itens de coleções antigas ou de baixa rotatividade ou classificados como não vendáveis, por defeitos diversos.

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	**(1.026)**	**(1.139)**
Adições	–	–
Reversões	86	113
Saldo final	**(940)**	**(1.026)**

9. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IPI a recuperar	–	–	16	–
ICMS a recuperar	–	–	753	687
PIS/COFINS a recuperar	–	–	615	1.277
Exclusão de ICMS da base de PIS e Cofins	–	–	–	2.204
IRPJ e CSLL a recuperar	31	35	717	101
Outros	–	–	72	4
	31	**35**	**2.173**	**4.273**

O saldo de exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, refere-se ao trânsito em julgado, em 5 de setembro de 2019, do processo onde a controlada IMB **Têxtil S.A.**, de acordo com os assessores jurídicos o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal de saída. O Grupo avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação. **10. Depósitos judiciais:**

	Consolidado	
	2024	2023
Depósito judicial	1.882	5.717
	1.882	**5.717**

Do montante de R$ 1.882, o valor de R$ 1.686 corresponde ao DIFAL/ICMS, tendo em vista Lei 190 prevê que sejam respeitados os princípios de anterioridade tributária. A ação judicial de polo ativo está classificada como probabilidade de perda possível, e a execução fiscal contabilizado em passivo tributário.

11. Adiantamentos:

	Consolidado	
	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	1.911	2.719
Outros adiantamentos	136	369
	2.047	**3.088**

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	7.809	8.591
Imposto diferido	**7.809**	**8.591**

Abaixo segue a movimentação ocorrida na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2022	**9.496**
Compensação de prejuízo fiscal pela controlada IMB Têxtil S.A.	(905)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2023	**8.591**
Compensação de prejuízo fiscal pela controlada IMB Têxtil S.A.	(782)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2024	**7.809**

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não reconheceu novos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social no montante de R$ 1.443, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pelo Grupo. Baseada nas projeções de resultados tributáveis, o Grupo estima recuperar parte do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa nos próximos exercícios. A seguir a expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos:

Exercícios	**2024**	**2023**
2024	–	1.120
2025	1.347	1.356
2026	2.003	1.582
2027	3.118	1.768
2028	1.341	1.944
2029	–	821
	7.809	**8.591**

13. Investimentos - Controladora:

	2024	2023
Uni.co Comércio S.A. – participação societária	55.836	33.714
Imaginarium Franchising Ltda.– participação societária	271	1.159
	56.107	**34.873**

Movimentação dos saldos:

			Controladora
	Uni.co Comércio	**Imaginarium Franchising**	**Total**
	100%	100%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**33.208**	**2.846**	**36.054**
Equivalência patrimonial	783	366	1.149
Dividendos	–	(2.053)	(2.053)
Ajuste acumulado de conversão	(277)	–	(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**33.714**	**1.159**	**34.873**
Equivalência patrimonial	20.886	(524)	20.362
Dividendos	–	(366)	(366)
Ajuste acumulado de conversão	1.237	–	1.237
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**55.837**	**269**	**56.106**

(a) Informações sobre investimentos em controladas diretas: O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas diretas durante o exercício:

			31 de dezembro de 2023	
	Participação	**Capital Social**	**Patrimônio líquido**	**Lucro ou prejuízo**
Uni.co Comércio S.A	100,00%	172.109	33.713	783
Imaginarium Franchising Ltda	100,00%	662	1.159	366

			31 de dezembro de 2024	
	Participação	**Capital Social**	**Patrimônio líquido**	**Lucro ou prejuízo**
Uni.co Comércio S.A	100,00%	172.109	55.836	20.886
Imaginarium Franchising Ltda	100,00%	662	271	(524)

(b) Informações sobre investimentos em controladas indiretas: O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas indiretas durante o exercício:

			31 de dezembro de 2023	
	Participação	**Capital Social**	**Patrimônio líquido**	**Lucro ou prejuízo**
Uni.co Hong Kong Limited	100,00%	13.562	(2.603)	(1.579)
Uni.co Development (Shenzhen)	100,00%	2.409	2.066	710
IMB Têxtil S.A.	100,00%	29.653	60.490	26.540
Mone Gestão de Franquias e Part.	100,00%	11.363	22.144	23.781

			31 de dezembro de 2024	
	Participação	**Capital Social**	**Patrimônio líquido**	**Lucro ou prejuízo**
Uni.co Hong Kong Limited (ii)	100,00%	13.562	3	(4.602)
Uni.co Development (Shenzhen) (i)	100,00%	–	–	(1.868)
IMB Têxtil S.A.	100,00%	29.653	67.208	36.830
Mone Gestão de Franquias e Part.	100,00%	11.363	29.844	30.481

(ii) Em 11 de junho de 2024 a administração do Grupo Uni.co decidiu por encerrar as operações da controlada indireta Uni.co Development (Shenzhen). (iii) Em 10 de janeiro de 2025 a administração do Grupo Uni.co entregou o formulário de encerramento as operações da controlada indireta Uni.co Hong Kong Limited. **14. Imobilizado:** O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações do Grupo.

(a) Composição do imobilizado:

			2024			Consolidado 2023
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Valor contábil**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Valor contábil**
Equipamentos de processamento de dados	4.871	(3.849)	1.022	4.583	(3.287)	1.296
Instalações	4.584	(2.489)	2.095	4.552	(2.093)	2.459
Máquinas e equipamentos	1.837	(1.237)	600	1.841	(1.131)	710
Móveis e utensílios	1.370	(620)	750	1.263	(502)	761
Total	**12.662**	**(8.195)**	**4.467**	**12.239**	**(7.013)**	**5.226**

(b) Movimentação do imobilizado:

						Consolidado
	Taxa média de depreciação a.a.	**Saldo em 31/12/23**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/24**
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.296	295	(7)	(562)	1.022
Instalações	10%	2.459	33	–	(395)	2.097
Máquinas e equipamentos	10%	710	47	(32)	(125)	600
Móveis e utensílios	10%	761	106	–	(119)	748
Total		**5.226**	**481**	**(39)**	**(1.201)**	**4.467**

						Consolidado
	Taxa média de depreciação a.a.	**Saldo em 31/12/22**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/23**
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.813	124	–	(641)	1.296
Instalações	10%	2.868	1	–	(410)	2.459
Máquinas e equipamentos	10%	789	79	(6)	(152)	710
Móveis e utensílios	10%	686	207	(12)	(120)	761
Total		**6.156**	**411**	**(18)**	**(1.323)**	**5.226**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. **15. Intangível: (a) Composição do intangível**:

			2024			Consolidado 2023
	Custo	**Amortização acumulada**	**Valor contábil**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil**
Softwares	4.133	(3.284)	849	4.034	(2.716)	1.318
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a)	11.292	(6.587)	4.705	11.292	(5.646)	5.646
Carteira de clientes (b)	16.947	(16.633)	314	16.947	(16.633)	314
Ágio aquisição IMB Têxtil S.A. (a)	21.818	–	21.818	21.818	–	21.818
Total	**54.190**	**(26.504)**	**27.686**	**54.091**	**(24.995)**	**29.096**

(b) Movimentação do intangível:

					Consolidado
	Saldo em 31/12/23	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/24**
Softwares	1.318	99	–	(568)	849
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a)	5.646	–	–	(941)	4.705
Carteira de clientes (b)	314	–	–	–	314
Ágio aquisição IMB Têxtil S.A. (a)	21.818	–	–	–	21.818
Total	**29.096**	**99**	**–**	**(1.509)**	**27.686**

					Consolidado
	Saldo em 31/12/22	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/23**
Softwares	1.727	560	(317)	(652)	1.318
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a)	7.180	–	(593)	(941)	5.646
Carteira de clientes (b)	314	–	–	–	314
Ágio aquisição IMB Têxtil S.A. (a)	21.818	–	–	–	21.818
Total	**31.039**	**560**	**(910)**	**(1.593)**	**29.096**

(a) Na aquisição da controlada indireta IMB Têxtil S.A. pela controlada direta Uni.co Comércio S.A, foram identificados por meio de um laudo de avaliação. Marcas e patentes que possuem vida útil de 12 anos. (b) Refere-se principalmente a carteira de clientes, referente a aquisição da IMB Têxtil S.A. mencionada na nota (a). Possui vida útil de 5 anos. **Testes de recuperabilidade do ágio e intangíveis com vida útil indefinida**: O ágio e ativos intangíveis com vida indefinida foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024. As premissas para o ano de 2024 são provenientes do Orçamento Anual aprovado pelo Conselho Administrativo da Companhia. As premissas para 2025 em diante foram definidas em conjunto com a diretoria da Companhia e baseadas em premissas macroeconômicas. **16. Operações de arrendamentos:** Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuía contratos classificados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme mencionado na nota 3. A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculada sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de im**óveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato**. Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

Uni.Co S.A.

a. Composição do ativo de direito de uso - Arrendamentos:

			Consolidado					
			2024			2023		
Empresa	Imóveis	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Uni.co Comércio	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	11.443	(4.432)	7.011	13.005	(6.239)	6.766
IMB	EscritórioVila Olímpia	Até janeiro/2025	4.017	(3.944)	73	4.016	(3.070)	946
IMB	CD Biguaçu	Até janeiro/2030	11.442	(4.431)	7.011	11.127	(3.097)	8.030
			26.902	**(12.807)**	**14.095**	**28.148**	**(12.406)**	**15.742**

b. Movimentação do direito de uso de arrendamentos:

Empresa	Imóveis	Prazo médio em anos	Saldo inicial em 01/01/2023	Adições	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo								
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	13.005	–	13.005	317	(1.877)	11.445
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	5	3.938	78	4.016	–	–	4.016
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	11	11.127	–	11.127	–	–	11.127
Uni.co Hong Kong	Escritório HK	3	–	–	–	315	–	315
			28.070	**78**	**28.148**	**632**	**(1.877)**	**26.903**
Depreciação:								
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	(4.919)	(1.320)	(6.239)	(1.335)	3.142	(4.432)
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	5	(2.200)	(870)	(3.070)	(874)	–	(3.944)
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	11	(1.777)	(1.320)	(3.097)	(1.335)	–	(4.432)
Uni.co Hong Kong	Escritório HK	3	–	–	–	–	–	–
			(8.896)	**(3.510)**	**(12.406)**	**(3.544)**	**3.142**	**(12.808)**
			19.174	**(3.432)**	**15.742**	**(2.912)**	**1.265**	**14.095**

(a) As baixas referem-se aos encerramentos de contratos. **c. Arrendamentos a pagar**

	Consolidado	
	2024	2023
Arrendamentos a pagar	19.225	23.151
Juros sobre arrendamento	(3.422)	(4.513)
	15.803	**18.638**
Parcela do circulante	**2.710**	**3.446**
Parcela do não circulante	**13.093**	**15.192**

d. Movimentação dos arrendamentos:

Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/24	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/24
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	8.716	317	(1.820)	641	–	7.854
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	1.206	–	(1.154)	44	–	96
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	8.716	315	(1.820)	642	–	7.853
		18.638	**632**	**(4.794)**	**1.327**	**–**	**15.803**

Empresa	Imóvel	Saldo inicial em 01/01/23	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	Saldo em 31/12/23
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	9.797	–	(1.800)	719	–	8.716
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	2.166	79	(1.151)	112	–	1.206
IMB TÊXTIL	CD Biguaçu	9.797	–	(1.800)	719	–	8.716
		21.760	**79**	**(4.751)**	**1.550**	**–**	**18.638**

As adições representam a contração de novos contratos de arrendamentos, ou a atualização anual dos contratos de arrendamentos. **e. Estimativa de realização do passivo de arrendamento:**

	Consolidado		
	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente do passivo de arrendamento
2025	3.859	(1.149)	2.710
2026	3.763	(936)	2.827
2027	3.763	(703)	3.060
2028	3.763	(452)	3.311
2029 em diante	4.077	(182)	3.895
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**19.225**	**(3.422)**	**15.803**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente foram de 8% e 13% para o CD Biguaçu e a Sede São Paulo, e representam a taxa incremental de financiamento.

17. Empréstimos e financiamentos:

					Consolidado			
					2024		2023	
Controlada		Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Uni.Co Comércio	Brasil	CCB	CDI + 3,00% a.a.	Out/2024	–	–	5.062	–
Uni.Co Comércio	Brasil	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	Ago/2026	25.635	16.949	8.720	42.373
Uni.Co Comércio	Brasil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	Set/2025	2.546	–	–	2.233
IMB Têxtil	Brasil	Debêntures	128% CDI	Out/2025	14.243	–	–	–
IMB Têxtil	Brasil	Capital de giro	CDI + 2,20% a.a.	Out/2024	–	–	14.465	
IMB Têxtil	Brasil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	Set/2025	20.534	–	–	18.010
					62.958	**16.949**	**28.247**	**62.616**

Os empréstimos de CCB do Banco do Brasil estão garantidos por recebíveis, conforme nota explicativa 6. O Grupo Uni.co possui contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras em que a acionista controladora Americanas S.A. (Em recuperação judicial) é avalista de todos os contratos vigentes. Em 22 de outubro de 2024, a administração aprovou a emissão de 14.000 debentures (quatorze mil) pelo valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), não conversíveis em ações, por meio de operação privada entre partes relacionadas, a controlada IMB Têxtil S.A. e subscritor Digital Finance Promotora Ltda. controlada da Americanas S.A. A movimentação dos empréstimos e financiamento no exercício deu-se da seguinte forma:

Movimentação	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	**90.863**	**111.540**
(+) Captações	14.000	–
(+) Juros acumulados	10.631	15.206
(–) Amortização de principal	(27.928)	(23.285)
(–) Amortização de juros	(7.659)	(12.598)
Saldo final	**79.907**	**90.863**

18. Fornecedores:

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores nacionais	8.423	7.263
Fornecedores estrangeiros (US$)	8.035	5.962
	16.458	**13.225**

As contas a pagar aos fornecedores são registradas conforme definidos em contratos firmados, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas e pelo valor montante líquido. **19. Obrigações sociais e trabalhistas:**

	Consolidado	
	2024	2023
Salários a pagar	6.236	5.576
Férias e rescisões	2.818	3.252
INSS a recolher	1.897	2.901
FGTS a recolher	199	200
IRRF sobre salários	592	783
	11.742	**12.712**
Passivo Circulante	**11.742**	**11.813**
Passivo Não circulante	**–**	**899**

20. Obrigações tributárias:

	Consolidado	
	2024	2023
ISS a recolher	3.726	6.221
ICMS a recolher	1.977	4.645
PIS/COFINS a recolher	2.158	2.751
IPI a recolher	612	1.219
INSS retido a recolher	9	9
CSRF a recolher	14	34
IRRF a recolher	6	12
Outros	46	119
	8.548	**15.010**
Passivo Circulante	**6.761**	**12.212**
Passivo Não circulante	**1.787**	**2.798**

21. Imposto de renda e contribuição social: (a) Composição IR e CSLL a pagar:

	Consolidado	
	2024	2023
IRPJ a recolher	2.644	3.184
CSLL a recolher	1.023	1.186
	3.667	**4.370**
Passivo Circulante	**3.667**	**3.790**
Passivo Não circulante	**–**	**580**

(b) Reconciliação do resultado: *i. Controladora*:

	2024	2023
Resultado antes dos impostos	20.224	1.044
Alíquota básica	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	(6.852)	(331)
Exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	6.923	390
Outras adições / exclusões	(25)	(24)
Imposto de renda e contribuição social	**46**	**36**
Alíquota efetiva	**0,23%**	**3,42%**
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(46)	(36)
Imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**

ii. Consolidado:

	2024	2023
Resultado antes dos impostos	29.459	10.677
Alíquota básica	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	(9.992)	(3.606)
Adições/exclusões permanentes:		
Despesa indedutíveis	(31)	(513)
Preço transferência	(4.019)	(591)
Outras adições/exclusões permanentes	(1.671)	(2.905)
Imposto de renda e contribuição social	**(15.713)**	**(7.615)**
Aliquota efetiva	**(53,34%)**	**(71,33%)**
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(1.443)	(8.197)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias não reconhecido	1.158	(492)
Imposto presumido controladas	6.763	6.671
Imposto de renda e contribuição social	**(9.235)**	**(9.633)**
Imposto de renda e contribuição social correntes – Presumido	(6.763)	(6.671)
Imposto de renda e contribuição social correntes – Real	(1.801)	(2.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(671)	(874)
Imposto de renda e contribuição social	**(9.235)**	**(9.633)**

22. Investimentos a pagar:

	Consolidado	
	2024	2023
Aquisição IMB Têxtil S.A. (a)	1.103	2.600
	1.103	**2.600**
Passivo Circulante	**1.103**	**2.064**
Passivo Não circulante	**–**	**536**

Em 2018 a controlada direta Uni.co Comércio adquiriu 100% da participação societária da controlada indireta IMB Têxtil S.A., o saldo remanescente a pagar aos antigos acionistas oriundo da aquisição é de R$ 1.103 (R$ 2.600 em 31 de dezembro de 2023), e são atualizados por 100% da CDI e previsão para liquidação em 2025. **23. Provisão para contingências:**

	Consolidado	
	2024	2023
Cíveis	–	–
Tributárias	22.415	26.900
Trabalhistas	740	–
	23.155	**26.900**

As controladas são partes em processos civis, trabalhistas e tributários que estão sendo discutidos judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R$ 23.155 (R$ 26.900 em 31 de dezembro de 2023) para os processos que o risco de perda foi classificado como provável. Segue movimentação da provisão:

	Consolidado			
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**193**	**27.074**	**432**	**27.699**
Adições	–	10.292	1.884	12.176
Reversões (a)	(73)	(10.466)	(1.840)	(12.379)
Pagamentos	(120)	–	(476)	(596)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**26.900**	**–**	**26.900**
Adições	–	2.489	792	3.281
Reversões (a)	–	(6.974)	(52)	(7.026)
Pagamentos	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**–**	**22.415**	**740**	**23.155**

(a) Referente ao processo do IPI nº 5005932-14.2010.4.04.7200 os valores relativos ao período de janeiro a dezembro de 2018 no montante de R$ 6.974 ocorrida em 31 de janeiro de 2024 (R$ 10.466 em 2023), estão fulminados pela decadência. Existem outros processos judiciais os quais foram classificados com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. Abaixo apresentamos os saldos classificados com risco de perda possível:

	Consolidado	
	2024	2023
Cíveis	1.254	2.195
Tributárias	1.411	134
Trabalhistas	3.322	2.066
	5.987	**4.395**

24. Outras contas a pagar:

	Consolidado	
	2024	2023
Aluguéis a pagar	415	404
Adiantamento de clientes	1.938	2.701
Fretes a pagar	333	302
Royalties a pagar	980	447
Energia elétrica a pagar	13	14
Telefone e internet a pagar	0	–
Propaganda e publicidade	1.680	1.465
Sistemas de Informática/internet	428	961
Serviços logísticos	173	114
Embalagens	196	182
Serviços de assessoria e consultoria	44	118
Outras contas a pagar	606	1.140
	6.806	**7.848**
Passivo Circulante	**6.633**	**7.576**
Passivo Não circulante	**173**	**272**

25. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social totalmente integralizado é de R$ 117.946, representado por 83.613.247 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi constituída reserva legal. **c. Destinação do resultado:** O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. Em função do prejuízo do exercício não foi constituída reserva legal, nem realizada a distribuição de dividendos. **d. Lucros a disposição da assembleia:** Refere-se aos lucros acumulados auferidos pela Companhia a serem destinados nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76. **26. Receita operacional líquida:**

	Consolidado	
	2024	2023
Receita operacional bruta – Mercado interno	227.540	231.655
Receita operacional bruta – Mercado externo	765	1.756
Receita operacional bruta – Royalties	60.655	58.927
Receita bruta	**288.960**	**292.338**
Impostos sobre vendas	(42.997)	(43.995)
Devoluções de vendas	(10.303)	(8.960)
Total	**235.660**	**239.383**

O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente e no momento da prestação do serviço. **27. Despesas por natureza:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo das mercadorias vendidas	–	–	(102.127)	(106.887)
Salários e encargos	–	–	(39.870)	(45.550)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	–	–	(3.603)	(3.407)
Comissões	–	–	(1.663)	(1.856)
Depreciação/amortização	–	–	(4.975)	(6.679)
Publicidade e propaganda	–	–	(7.897)	(8.442)
Viagens e representações	–	–	(1.213)	(1.411)
Provisão para contingências	–	–	–	193
Fretes e carretos	–	–	(8.858)	(9.418)
Tributos e taxas	(2)	(7)	(3.059)	(2.966)
Aluguéis e manutenção	–	–	(5.028)	(5.004)
Informática	–	–	(5.043)	(5.994)
Consultoria	(1)	–	(1.021)	(1.744)
Participação nos lucros	–	–	(2.968)	(2.624)
Outras despesas	(140)	(8)	(9.572)	(6.929)
Total	**(143)**	**(15)**	**(196.897)**	**(208.718)**
Custo dos serviços e produtos vendidos	–	–	(102.127)	(106.887)
Despesas com vendas	–	–	(42.824)	(48.922)
Despesas gerais e administrativas	(143)	(15)	(51.946)	(52.909)
	(143)	**(15)**	**(196.897)**	**(208.718)**

28. Outras receitas e despesas operacionais:

	Consolidado	
	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Reembolso de despesas tributárias	–	72
Resultado com venda de imobilizado	247	(593)
Variação cambial	251	–
Outras receitas operacionais	–	89
	498	**(432)**
Outras despesas operacionais		
Perda com investimentos	(861)	–
	(861)	**–**
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	**(363)**	**–**

29. Resultado financeiro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	–	–	126	69
Juros recebidos	1	1	5.397	1.831
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4	1	3.009	1.860
Recuperação de despesas	–	–	350	1.250
Variação cambial ativa	–	–	119	75
Outras receitas financeiras	–	–	902	501
Total de receitas financeiras	**5**	**2**	**9.903**	**5.586**
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	–	–	(1.967)	(493)
Despesas bancárias	(1)	–	(483)	(615)
IOF	–	–	(108)	(56)
Encargos com empréstimos e financiamentos	–	–	(10.631)	(15.207)
Encargos sobre investimentos	–	–	(647)	(706)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	–	–	(5.769)	(1.549)
Juros passivos	–	(2)	(704)	(7.063)
Variação cambial passiva	–	–	(447)	(53)
Outras despesas financeiras	–	–	(138)	(37)
Total de despesas financeiras	**(1)**	**(2)**	**(20.894)**	**(25.779)**
Resultado financeiro líquido	**4**	**–**	**(10.991)**	**(20.193)**

30. Partes relacionadas: a. Controlada indireta Uni.co Hong Kong Limited (transações eliminadas no consolidado):

	2024	2023
Ativo circulante		
Contas a receber	–	1.056
Adiantamentos a fornecedores	–	1.095
	–	**2.151**

As transações classificadas como contas a receber e fornecedores são mercantis e referem-se à aquisição/venda de produtos diretamente relacionados com as suas atividades operacionais, entre as controladas Uni.co Comércio S.A, IMB Têxtil S.A. e Uni.co Hong Kong Limited, as quais foram realizadas em condições aplicáveis em um contexto de grupo de empresas onde é aplicada uma margem reduzida na operação apenas para fins de remuneração da estrutura da controlada, na China.

	2024	2023
Resultado		
Receita operacional líquida	10.099	46.786
	10.099	**46.786**

b. A controlada Uni.co Comércio S.A. possui saldo de mútuos financeiros entre partes relacionadas no montante de R$ 15.887 com a controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. e de prazo de pagamento de 5 anos.

	2024	2023
Ativo não circulante		
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	15.800	15.887
	15.800	**15.887**

c. Operações com partes relacionadas da controladora do grupo Americanas S.A.

	2024	2023
Duplicatas a receber (Nota 07)		
Americanas S.A.	343	343
Ame Digital Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.	13	–
Bit Services Inovação e Tecnologia Ltda.	24	–
	380	**343**

	2024	2023
Debêntures a pagar		
Digital Finance Promotora Ltda. (Nota 17)	14.243	–
	14.243	**–**

	2024	2023
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Americanas S.A.	–	343
Ame Digital Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.	99	–
Bit Services Inovação e Tecnologia Ltda.	144	–
	243	**343**

d. Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo possui contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras em que a acionista Americanas S.A. é avalista de todos os contratos vigentes, os saldos e prazos são apresentados na nota explicativa 17. **e.** Em 2024 foi pago a título de remuneração aos Administradores do Grupo o montante de R$ 4.189 (R$ 5.480 em 2023). Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo. **31. Resultado por ação: Básico e diluído**: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Não há diferença entre o resultado por ação básico e o resultado por ação diluído pois não há ações potenciais diluidores:

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas	**20.224**	**1.044**
Média ponderada de ações ordinárias	83.613.247	83.613.247
Resultado por ação básico e diluído – em reais (R$)	0,242	0,0125

32. Cobertura de seguros: O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas foram contratas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

continuação

continuação

Uni.Co S.A.

Empresa	Bens Segurados	Riscos Cobertos	Cobertura
Imaginarium Franchising Ltda	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	10.000
Imb Têxtil S.A	Seguro patrimonial	Danos materiais – armazen	59.000
Imb Têxtil S.A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	10.000
Imb Têxtil S.A	Seguro patrimonial	Danos materiais – armazen	500
Imb Têxtil S.A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	4.000
Imb Têxtil S.A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	1.000
Imb Têxtil S.A	Seguro patrimonial	Danos materiais – escritório	10.585
Imb Têxtil S.A	Seguro patrimonial	Danos materiais – armazen	2.800
Mone Gestão de Franquias Ltda	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	5.000
Uni.co Comércio S.A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	20.000
Uni.co Comércio S.A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	4.000
Uni.co S.A	Seguro responsabilidade civil	Responsabilidade civil – geral	20.000

33. Eventos Subsequentes: Uni.co Hong Kong Limited. – Encerramento das operações da controlada na China: Em 10 de janeiro de 2025 a administração do Grupo Uni.co entregou o formulário de encerramento as operações da controlada indireta Uni.co Hong Kong Limited. O processo deverá ser concluído ainda em 2025.

DIRETORIA
Pablo Zettermann da Fontoura - Diretor Presidente
Davit do Couto Cordeiro - Contador - CRC RJ-102.878/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Uni.Co S.A.,** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Uni.Co S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Uni.Co S.A**. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).* **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Uni.Co S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Uni.Co S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Uni.Co S.A.** e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Uni.Co S.A.** e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Uni.Co S.A.** e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Uni.Co S.A.** e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 05 de março de 2025.

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador
CRC 1 RS 078817/O-2 – S - SP

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

IMB Têxtil S.A.

CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora (Não auditado) 2024	Controladora (Não auditado) 2023	Consolidado (Não auditado) 2024	Consolidado (Não auditado) 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.768	9.768	21.285	14.721
Contas a receber de clientes	6	67.618	60.286	88.344	79.142
Estoques	7	21.611	21.138	21.611	21.138
Impostos a recuperar	8	640	3.191	673	3.308
Adiantamentos	9	922	2.042	952	2.075
Dividendos a receber		7.310	8.830	–	–
Total do ativo circulante		**110.869**	**105.255**	**132.865**	**120.384**
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	168	–	168	–
Outras contas a receber		20	21	20	21
Adiantamentos	9	230	240	230	240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	7.809	8.591	7.809	8.591
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	23	–	–	15.800	15.887
Depósitos judiciais		926	926	926	926
Ativo de direito de uso	22	7.083	8.976	7.083	8.976
Investimentos	11	29.844	22.144	–	–
Imobilizado		2.238	2.424	2.288	2.464
Intangível		530	759	530	759
Total do ativo não circulante		**48.848**	**44.081**	**34.854**	**37.864**
Total do ativo		**159.717**	**149.336**	**167.719**	**158.248**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora (Não auditado) 2024	Controladora (Não auditado) 2023	Consolidado (Não auditado) 2024	Consolidado (Não auditado) 2023
Circulante					
Fornecedores	13	14.965	8.210	14.965	8.210
Empréstimos e financiamentos	12	34.777	14.465	34.777	14.465
Passivo de arrendamento	22	1.402	2.278	1.402	2.278
Obrigações sociais e trabalhistas	14	6.105	5.090	8.469	7.529
Obrigações tributárias	15	4.558	5.081	5.242	5.770
Imposto de renda e contribuição social	17	154	536	2.721	2.753
Dividendos a pagar		19.581	22.888	19.581	22.888
Outras contas a pagar		4.248	3.670	5.060	5.017
Total do passivo circulante		**85.790**	**62.218**	**92.217**	**68.910**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	–	18.010	–	18.010
Obrigações sociais e trabalhistas	14	–	400	–	443
Obrigações tributárias	15	–	352	1.575	2.292
Imposto de renda e contribuição social	17	–	–	–	237
Provisão para contingências	16	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	22	6.546	7.644	6.546	7.644
Outras contas a pagar		173	222	173	222
Total do passivo não circulante		**6.719**	**26.628**	**8.294**	**28.848**
Patrimônio líquido					
Capital social		29.653	29.653	29.653	29.653
Reserva de lucros		20.101	13.383	20.101	13.383
Reserva de capital		17.454	17.454	17.454	17.454
Total do patrimônio líquido	18	**67.208**	**60.490**	**67.208**	**60.490**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**159.717**	**149.336**	**167.719**	**158.248**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	Nota	Controladora (Não auditado) 2024	Controladora (Não auditado) 2023	Consolidado (Não auditado) 2024	Consolidado (Não auditado) 2023
Receita operacional líquida	19	151.353	147.092	192.172	182.170
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	20	(81.492)	(81.426)	(81.492)	(81.426)
Lucro bruto		**69.861**	**65.666**	**110.680**	**100.744**
Despesa de vendas	20	(26.854)	(23.764)	(30.803)	(28.375)
Despesas gerais e administrativas	20	(27.553)	(29.282)	(30.196)	(31.744)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		1.116	(774)	1.337	(1.052)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		422	(497)	422	(593)
Resultado equivalência patrimonial		30.481	23.781	–	–
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**47.473**	**35.130**	**51.440**	**38.980**
Despesas financeiras	21	(10.116)	(7.765)	(10.742)	(8.029)
Receitas financeiras	21	2.056	2.168	3.846	3.143
Resultado financeiro líquido		**(8.060)**	**(5.597)**	**(6.896)**	**(4.886)**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		**39.413**	**29.533**	**44.543**	**34.094**
IRPJ e CSLL correntes		(1.801)	(2.088)	(6.931)	(6.649)
IRPJ e CSLL diferidos		(782)	(905)	(782)	(905)
Total do IRPJ e CSLL	17	**(2.583)**	**(2.993)**	**(7.713)**	**(7.554)**
Lucro líquido do exercício		**36.830**	**26.540**	**36.830**	**26.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Lucros à destinar	Lucro / (Prejuizos) acumulados	Controladora e Consolidado (Não auditado) Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023		**29.653**	**17.454**	**2.478**	**18.923**	**–**	**68.508**
Dividendos mínimos obrigatórios – 2022		–	–	–	(18.923)	–	(18.923)
Dividendos adicionais propostos – 2022		–	–	–	(9.000)	–	(9.000)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	26.540	26.540
Constituição da reserva legal		–	–	–	26.540	(26.540)	–
Dividendos mínimos obrigatórios – 2023		–	–	–	(6.635)	–	(6.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	28	**29.653**	**17.454**	**2.478**	**10.905**	**–**	**60.490**
Dividendos adicionais propostos – 2023		–	–	–	(10.905)	–	(10.905)
Dividendos intermediarios – 2024		–	–	–	(10.000)	–	(10.000)
Resultado líquido do exercício		–	–	–	–	36.830	36.830
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	36.830	(36.830)	–
Dividendos mínimos obrigatórios – 2024		–	–	–	(9.207)	–	(9.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	28	**29.653**	**17.454**	**2.478**	**17.623**	**–**	**67.208**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora (Não auditado) 2024	Controladora (Não auditado) 2023	Consolidado (Não auditado) 2024	Consolidado (Não auditado) 2023
Lucro líquido do exercício	36.830	26.540	36.830	26.540
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**36.830**	**26.540**	**36.830**	**26.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora (Não auditado) 2024	Controladora (Não auditado) 2023	Consolidado (Não auditado) 2024	Consolidado (Não auditado) 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	**36.830**	**26.540**	**36.830**	**26.540**
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(30.481)	(23.781)	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.116)	774	(1.337)	1.052
Provisão para contingências	–	(148)	–	(148)
Provisão para perda de estoques	118	212	118	212
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	7	497	7	593
Impostos diferidos	782	905	782	905
IRPJ e CSLL	1.801	2.088	6.931	6.649
Juros sobre arrendamentos	686	830	686	830
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.676	6.182	3.676	6.182
Depreciação e amortização	2.986	2.921	2.998	2.932
Outros	(963)	1.354	(878)	3.160
	14.326	**18.374**	**49.813**	**48.907**
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(4.257)	(4.553)	(5.906)	(8.291)
Estoques	(1.316)	9.583	(1.316)	9.583
Impostos a recuperar	2.113	7.860	2.113	7.860
Adiantamentos	1.131	156	1.134	187
	(2.329)	**13.046**	**(3.975)**	**9.339**
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	6.754	(1.437)	6.754	(1.437)
Obrigações sociais e trabalhistas	615	19	497	790
Obrigações tributárias	(875)	2.191	(1.244)	1.977
Outras contas a pagar	530	(1.343)	(6)	(1.666)
	7.024	**(570)**	**6.001**	**(336)**
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**19.021**	**30.850**	**51.839**	**57.910**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(974)	(3.815)	(974)	(3.815)
Pagamento de encargos de arrendamentos	(686)	(830)	(686)	(830)
Pagamento de IRPJ e CSLL	(2.184)	(1.950)	(7.200)	(6.539)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	**15.177**	**24.255**	**42.979**	**46.726**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Recebimento de dividendos	24.301	18.922	–	–
Pagamento de dividendos	(33.420)	(18.428)	(33.420)	(18.428)
Adições ao imobilizado	(322)	(215)	(344)	(215)
Adições ao intangível	(48)	(402)	(48)	(402)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento	**(9.489)**	**(123)**	**(33.813)**	**(19.045)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Mútuo com partes relacionadas	–	–	87	163
Captação de empréstimos e financiamentos	14.000	–	14.000	–
Pagamento de passivos com arrendamentos	(2.288)	(2.121)	(2.289)	(2.121)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.400)	(20.718)	(14.400)	(20.718)
Fluxo de caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento	**(2.688)**	**(22.839)**	**(2.602)**	**(22.676)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.000**	**1.293**	**6.564**	**5.005**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.768	8.475	14.721	9.716
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.768	9.768	21.285	14.721
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.000**	**1.293**	**6.564**	**5.005**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Controladora (Não auditado) 2024	Controladora (Não auditado) 2023	Consolidado (Não auditado) 2024	Consolidado (Não auditado) 2023
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	182.985	176.273	226.249	213.452
Outras receitas	243	(496)	243	(593)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	1.116	(774)	1.337	(1.052)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(96.325)	(96.939)	(96.325)	(96.939)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.186)	(23.777)	(24.295)	(24.922)
Perda e recuperação de valores ativos	(563)	(349)	(646)	(349)
Valor adicionado bruto	**64.270**	**53.938**	**106.563**	**89.597**
Depreciação e amortização	(2.986)	(2.921)	(2.998)	(2.932)
Valor adicionado líquido gerado	**61.284**	**51.017**	**103.565**	**86.665**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	30.481	23.781	–	–
Receitas financeiras	2.055	2.168	3.846	3.143
Valor adicionado total a distribuir	**93.820**	**76.966**	**107.411**	**89.808**
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	15.069	12.880	18.860	17.258
Benefícios	2.709	2.064	3.246	2.448
FGTS	1.005	976	1.168	1.187
Valor distribuído – Empregados	**18.783**	**15.920**	**23.274**	**20.893**
Tributos				
Federais	16.611	15.645	24.235	22.447
Estaduais	6.938	7.110	6.938	7.110
Municipais	373	337	1.210	1.120
Valor distribuído – Tributos	**23.922**	**23.092**	**32.383**	**30.677**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	10.116	7.765	10.742	8.029
Aluguéis	2.792	2.785	2.805	2.805
Royalties	1.557	864	1.557	864
Outros	(180)		(180)	
Valor distribuído – Remuneração de capitais de terceiros	**14.285**	**11.414**	**14.924**	**11.698**
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício	36.830	26.540	36.830	26.540
Valor distribuído – Remuneração de capitais próprios	**36.830**	**26.540**	**36.830**	**26.540**
Distribuição do valor adicionado	**93.820**	**76.966**	**107.411**	**89.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A IMB Têxtil S.A., fundada em janeiro de 1988, é uma sociedade anônima, localizada na cidade de São Paulo. Em conjunto com as suas controladas, atuam no varejo, por meio de franquias da marca Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear,* e possui 195 franquias. **Controladas:** A Companhia é controladora da seguinte empresa: ***Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. – 100%***: Empresa responsável pela concessão e gestão das franquias da marca Puket. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo internacional *Accouting Standards Board* (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 31 de Janeiro de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas: **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 3 m (i) - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) - Ativos Financeiro e 6 - Contas a receber:** Mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda; **Nota explicativa 7 - Estoques:** Critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques. **Nota explicativa 10 - Impostos diferidos:** A análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro. **Nota explicativa 16 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. (iii) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 4 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação: Combinação de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia e suas controladas. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia e suas controladas elegeram mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia e suas controladas em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas desreconhecem os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e suas controladas na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas; - Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Empresas controladas; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **b. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **(ii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia e suas controladas baixarem parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia e suas controladas baixarem apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **c. Reconhecimento de receitas:** As receitas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem. A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: - Identificar o contrato com o cliente; - Identificar as obrigações de performance no contrato; - Determinar o preço das transações; - Alocar o preço da transação às obrigações de performance; - Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de performance. **Receita venda de produtos:** Os critérios utilizados pela Companhia e suas controladas no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia cumpriu ao franqueado e lojista todas as obrigações de performance relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • Nas operações do e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 4%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que o valor da contraprestação a receber associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. **Receita de royalties e serviços:** • A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma

continua ☛

continuação ☛

IMB Têxtil S.A.

parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência. d. Instrumentos financeiros: **(i)** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5 - Caixa e equivalentes de caixa). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento***: ***Ativos financeiros***: A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros***: A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação***: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras. **f. Investimentos:** Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. **g. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil (Não auditado)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Intangíveis: Reconhecimento e Mensuração: Softwares** Os softwares são reconhecidos pelo custo, através do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Outros ativos intangíveis**: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil (Não auditado)
Softwares	2 a 5 anos

i. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: **(i) Arrendamentos:** Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas têm o direto de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. **j. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: 1) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que reflitam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira. **k. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) : (i) Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***Baixa***: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. m. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **n. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tributa seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas: - 15% de imposto de renda sobre a receita financeira apurada no período; -10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R$ 20 pelo número de meses do período de apuração; - 9% de contribuição social sobre a receita financeira apurada no período. **(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto de renda não é reconhecido para: - diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; - diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que a Companhia e suas controladas sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e - diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **o. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. **p. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 e uma série de novas normas contábeis que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. **i. Classificação e mensuraçãode instrumentos financeiros (alterações ao CPC 26 - IAS 1)** : Essas mudanças visam melhorar a qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras das empresas, especialmente em situações onde uma moeda não pode ser facilmente trocada por outra. Essas mudanças entrarão em vigor a partir dos relatórios anuais que começarem em ou após 1º de janeiro de 2025. No entanto, a adoção antecipada das novas regras é permitida. Não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **ii. Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (Alterações ao ICPC 09 – (R3))** : Essas mudanças visam maior consistência e alinhamento com as normas internacionais. Essas mudanças entrarão em vigor a partir dos relatórios anuais que começarem em ou após 1º de janeiro de 2025. No entanto, a adoção antecipada das novas regras é permitida. Não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **iii. Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações ao CPC 18 (R3) – IAS 28)** : A última revisão da CPC 18 foi aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e publicada em setembro de 2024. As principais mudanças: • Combinação de Negócios: A NBC TG 15 (R4) foi revisada para incluir explicitamente os custos diretamente relacionados à aquisição. • Ativo Imobilizado: A NBC TG 27 (R4) esclarece que o custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. • Custos de Empréstimos: A NBC TG 20 (R2) foi modificada para incluir encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, conforme descrito na NBC TG 48. • Resultado por Ação: A NBC TG 41 (R2) apresenta o resultado por ação e foi revisada para refletir essas mudanças. Essas mudanças entrarão em vigor a partir dos relatórios anuais que começarem em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **iv. Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras – (IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1) e a IAS 1)** : Esta nova norma substitui a IAS 1 e tem como objetivo principal melhorar a apresentação e a divulgação das demonstrações financeiras. As principais mudanças: • Novas categorias e subtotais: A IFRS 18 define dois subtotais obrigatórios na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): lucro operacional e lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda. • Apresentação de despesas: A norma exige que as despesas sejam apresentadas tanto por função quanto por natureza. • Medidas de desempenho da gestão (MPMs): As empresas devem divulgar medidas de desempenho alternativas, como o EBITDA ajustado. • Impactos no fluxo de caixa: A norma também aborda a apresentação detalhada das receitas e despesas, impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). • Associadas integrais e joint ventures: A IFRS 18 inclui novas regras para a apresentação de informações sobre associadas integrais e joint ventures Essas mudanças entrarão em vigor a partir dos relatórios anuais que começarem em ou após 1º de janeiro de 2027. No entanto, a adoção antecipada das novas regras é permitida. Não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **v. Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras – (IFRS 19 substitui o CPC 26 (R1) e a IAS 1)** : Esta nova norma substitui a IAS 1 e tem como objetivo principal melhorar a apresentação e a divulgação das demonstrações financeiras. As principais mudanças: • Escopo de aplicação: Uma subsidiária qualificada pode aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. • Requisitos de divulgação simplificados: Entre outras coisas, o IFRS 19 exige que as subsidiárias elegíveis que fornecem financiamento a clientes como sua atividade principal divulguem algumas das informações sobre risco de crédito exigidas pelo IFRS 7 sobre divulgações relacionadas a instrumentos financeiros. • Princípios para reduzir as exigências de divulgação: O IASB aplicou os mesmos princípios que utilizou para reduzir as exigências de divulgação do padrão contábil IFRS para pequenas e médias empresas (SMEs). Esses princípios incluem liquidez e solvência, fluxos de caixa de curto prazo, obrigações, compromissos e contingências, incerteza de mensuração, divulgação de valores e escolhas de políticas contábeis. Essas mudanças entrarão em vigor a partir dos relatórios anuais que começarem em ou após 1º de janeiro de 2027. No entanto, a adoção antecipada das novas regras é permitida. Não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **vi. Reforma tributária (PEC 45/2019)** : A reforma tributária visa simplificar o sistema tributário nacional, substituindo cinco impostos sobre o consumo (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA): a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de gestão compartilhada entre estados e municípios. A reforma tributária entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024, com um período de transição de até dez anos, a reforma começará a ser implementada em janeiro de 2026 o qual os impostos antigos serão gradualmente substituídos pelos novos IVAs. Não há outras normas CPC/IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: a. Gerenciamento de riscos:** A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: — Risco de crédito (veja (ii)); — Risco de liquidez (veja (iii); e — Risco de mercado (veja (iv). **(i) Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **(ii) Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia a suas controladas monitoram o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	12.768	9.768	21.285	14.721
Contas a receber de clientes	67.786	60.286	88.512	79.142
Outras contas a receber	21	21	21	21
Adiantamentos	1.182	2.282	1.182	2.315
	81.727	**72.357**	**110.999**	**96.199**

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber são divulgadas nas notas explicativas 6 e 3 k (i), respectivamente. **(iii) Risco de liquidez:** É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. ***Exposição ao risco de liquidez***: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Controladora (Não auditado)					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo em 31/12/24**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Fluxo total financeiro**
Fornecedores e outras contas a pagar	19.385	19.212	115	58	–	19.385
Passivos de arrendamentos	7.948	1.978	1.882	5.487	314	9.661
Empréstimos e financiamentos	34.777	34.777	–	–	–	34.777
	57.690	**55.967**	**1.997**	**5.545**	**314**	**63.823**

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

IMB Têxtil S.A.

			Consolidado (Não auditado)			
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo em 31/12/24**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Fluxo total financeiro**
Fornecedores e outras contas a pagar	20.197	20.024	115	58	–	20.197
Passivos de arrendamentos	7.948	1.978	1.882	5.487	314	9.661
Empréstimos e financiamentos	34.777	34.777	–	–	–	34.777
	64.635	**56.779**	**1.997**	**5.545**	**314**	**64.635**

(iv) Risco de mercado: É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. ***Risco cambial***: A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados. A exposição cambial está assim representada:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**
Contas a receber – exterior	186	768
Fornecedores – exterior	(6.781)	(1.034)
Exposição líquida	**(6.595)**	**(266)**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio: A Companhia e suas controladas possuem ativos atrelados à moeda estrangeira – dólar (USD) – no balanço de 31 de dezembro de 2024 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

		Controladora e Consolidado (Não auditado)		
	Base de cálculo R$	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
Dólar				
Taxa de câmbio em 31/12/2024		6,1923	6,1923	6,1923
Taxa câmbio estimada para exercício de 2025 (a)		6,0000	7,5000	9,0000
Contas a receber – exterior	186	(6)	39	84
Fornecedores estrangeiros	(6.781)	211	(1.432)	(3.075)
Receita (Despesa) de variação cambial no resultado	**(6.595)**	**205**	**(1.393)**	**(2.990)**

(a) Fonte: Estimativa de cotação do dólar para o exercício 2025 de R$ 6,00, divulgado pelo Banco Central do Brasil por meio do relatório Focus emitido em 03/01/2025. **(v) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos. A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e suas controladas não designam derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia e suas controladas. A exposição ao risco de taxa de juros está assim representada:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós–fixada				
Aplicações financeiras – caixa e equivalentes de caixa	12.404	9.458	18.751	13.253
Empréstimos e financiamentos	(34.777)	(32.475)	(34.777)	(32.475)
Exposição líquida	**(22.373)**	**(23.017)**	**(16.026)**	**(19.222)**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia e suas controladas são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 13,75%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses. A análise pressupõe que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

				Controladora (Não auditado)				
				Provável		**Possível**		**Remoto**
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**
Aplicações financeiras	12.404	Baixa CDI	12,25%	1.519	9,19%	1.140	6,13%	760
Empréstimos e financiamentos	(34.777)	Alta CDI	12,25%	(4.260)	15,31%	(5.325)	18,38%	(6.390)
Efeito líquido				**(2.741)**		**(4.185)**		**(5.630)**

				Consolidado (Não auditado)				
				Provável		**Possível**		**Remoto**
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**
Aplicações financeiras	18.751	Baixa CDI	12,25%	2.297	9,19%	1.723	6,13%	1.148
Empréstimos e financiamentos	(34.777)	Alta CDI	12,25%	(4.260)	15,31%	(5.325)	18,38%	(6.390)
Efeito líquido				**(1.963)**		**(3.602)**		**(5.242)**

(vi) Risco operacional: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **b. Instrumentos financeiros – valor justo:** Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa **3 d. - Instrumentos financeiros: Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar –** Decorrem diretamente das operações da Companhia e suas controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. **Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, investimentos a pagar –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Depósitos bancários	364	310	2.534	1.468
Aplicações financeiras	12.404	9.458	18.751	13.253
	12.768	**9.768**	**21.285**	**14.721**

As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Duplicatas a receber	64.598	60.465	85.419	79.637
Duplicatas a receber – exterior	186	768	186	768
Valores a receber de operadoras de cartão de crédito	6.015	2.842	6.015	2.842
	70.799	**64.075**	**91.620**	**83.247**
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.673)	(3.789)	(2.768)	(4.105)
(–) Ajuste a valor presente de duplicatas a receber	(340)	–	(340)	–
	67.786	**60.286**	**88.512**	**79.142**
Circulante	**67.618**	**60.286**	**88.344**	**79.142**
Não circulante	**168**	**–**	**168**	**–**

O Ajuste a valor presente de duplicatas a receber refere-se operações de valores a receber de vendas com a controladora Americanas S.A., e o vencimento será em 2059. O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
A vencer	66.184	58.762	85.984	76.999
Vencidos até 30 dias	1.807	1.245	2.726	1.855
Vencidos de 31 a 60 dias	83	104	84	110
Vencidos de 61 a 90 dias	24	57	25	58
Vencidos de 91 a 120 dias	9	119	10	120
Vencidos de 121 a 180 dias	21		54	
Vencidos a mais de 180 dias	2.673	3.790	2.736	4.105
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.674)	(3.791)	(2.766)	(4.105)
(–) Ajuste a valor presente de duplicatas a receber	(341)	–	(341)	–
	67.786	**60.286**	**88.512**	**79.142**

Valores a receber de operadora de cartão de crédito – as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos. O risco de crédito com o consumidor final nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. Duplicatas a receber – o Grupo oferece a seus clientes pessoas jurídicas parcelamentos por meio de duplicatas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia. O valor da provisão para perdas estimadas é baseado na análise da administração sobre perdas esperadas nos créditos vencidos e a vencer. A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**(3.789)**	**(3.015)**	**(4.105)**	**(3.053)**
Adições	(387)	(3.595)	(514)	(4.107)
Reversões	1.503	2.820	1.851	3.055
Saldo final	**(2.673)**	**(3.790)**	**(2.768)**	**(4.105)**

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**
Mercadorias para revenda	14.621	16.073
Produtos acabados	2.000	3.579
Matérias–primas	974	942
Estoques em trânsito	4.111	571
Produtos em elaboração	133	28
Estoque em poder de terceiros para beneficiários	303	358
(–)Ajuste ao valor realizável líquido	(531)	(413)
	21.611	**21.138**

Determinados itens, de coleções antigas ou de baixa rotatividade ou classificados como não vendáveis, por defeitos diversos, são considerados obsoletos e foram objeto de constituição de provisão para estoques obsoletos. Os saldos de produtos acabados, em elaboração, e estoques em poder de terceiros para beneficiários correspondem a produção de faccionados (ateliês) de linhas de lingerie e banho, da controlada IMB Têxtil S.A. **a. Ajuste ao valor realizável líquido**:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**
Saldo inicial	**(413)**	**(201)**
Adições	(118)	(212)
Reversões	–	–
Saldo final	**(531)**	**(413)**

8. Impostos a recuperar:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS a recuperar	142	51	142	51
PIS/COFINS a recuperar	498	936	531	1.053
Exclusão de ICMS da base de PIS e Cofins	–	2.204	–	2.204
	640	**3.191**	**673**	**3.308**

O saldo de exclusão de ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, refere-se ao trânsito em julgado, em 5 de setembro de 2019, do processo onde a controlada IMB Têxtil S.A., de acordo com os assessores jurídicos o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal de saída. **9. Adiantamentos:**

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Adiantamentos a funcionários	70	263	82	278
Adiantamentos a fornecedores	160	179	176	196
Adiantamentos para importação	921	1.840	924	1.841
	1.151	**2.282**	**1.182**	**2.315**
Ativo circulante	**922**	**2.042**	**952**	**2.075**
Ativo não circulante	**230**	**240**	**230**	**240**

10. Impostos diferidos:

O imposto de renda e contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**
Ativo		
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	7.809	8.591
Imposto diferido	**7.809**	**8.591**

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo mantinha provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos no valor de R$ 22.829 (R$ 22.829 em 31 de dezembro de 2023). Baseada nas projeções de resultados tributáveis, o Companhia estima recuperar parte do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa nos próximos exercícios. A seguir a expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos:

Exercícios	**2024 (Não auditado)**	**2023 (Não auditado)**
2024	–	1.120
2025	1.347	1.356
2026	2.003	1.582
2027	3.117	1.768
2028	1.342	2.765
	7.809	**8.591**

11. Investimentos:

	Controladora (Não auditado)
	Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. 100%
Saldos em 01 de janeiro de 2023	**24.315**
Equivalência patrimonial	23.781
Dividendos	(25.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**22.144**

	Controladora (Não auditado)
	Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. 100%
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**22.144**
Equivalência patrimonial	30.481
Dividendos	(22.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**29.844**

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas diretas e indiretas durante o exercício:

	2023 (Não auditado)			
	Participação	**Capital Social**	**Patrimônio líquido**	**Lucro / (Prejuízo)**
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	100,00%	11.363	22.144	23.781

	2024 (Não auditado)			
	Participação	**Capital Social**	**Patrimônio líquido**	**Lucro / (Prejuízo)**
Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.	100,00%	11.363	29.844	30.481

12. Empréstimos e financiamentos – Controladora e Consolidado:

				2024 (Não auditado)		2023 (Não auditado)	
País	**Modalidade**	**Taxa de juros (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
IMB Têxtil	Brasil	Capital de giro	CDI + 2,20% a.a.	–	–	14.465	–
IMB Têxtil	Brasil	FINIMP	CDI + 2,85% a.a.	20.535	–	–	18.010
IMB Têxtil	Brasil	Debêntures	128% CDI	14.242	–	–	–
				34.777	**–**	**14.465**	**18.010**

Todos os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval e/ou recebíveis. CCB = Cédula de crédito bancário. O Grupo Uni.co possui contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras em que a acionista controladora Americanas S.A. (Em recuperação judicial) é avalista de todos os contratos vigentes. Em 22 de outubro de 2024, a administração aprovou a emissão de 14.000 (quatorze mil) pelo valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), não conversíveis em ações, por meio de operação privada entre partes relacionadas, a controlada IMB Têxtil S.A. e subscritor Digital Finance Promotora Ltda. controlada da Americanas S.A. A movimentação dos empréstimos e financiamento no exercício deu-se da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
Movimentação	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**32.475**	**50.827**
(+) Captações	14.000	–
(+) Juros acumulados	3.676	6.182
(–) Amortização de principal	(14.400)	(20.718)
(–) Amortização de juros	(973)	(3.816)
Saldo final	**34.778**	**32.475**

13. Fornecedores:

	Controladora e Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**
Fornecedores nacionais	8.184	7.176
Fornecedores estrangeiros (US$)	6.781	1.034
	14.965	**8.210**

As contas a pagar aos fornecedores são registradas conforme definidos em contratos firmados, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas e pelo valor montante líquido. **14. Obrigações sociais e trabalhistas:**

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Provisão de férias a pagar	3.389	2.429	4.849	3.820
Salários e ordenados a pagar	1.491	1.479	1.921	1.970
INSS a pagar	881	1.222	1.181	1.589
FGTS a pagar	106	89	137	116
IRRF sobre salários	238	271	381	477
	6.105	**5.490**	**8.469**	**7.972**
Passivo Circulante	**6.105**	**5.090**	**8.469**	**7.529**
Passivo Não circulante	**–**	**400**	**–**	**443**

15. Obrigações tributárias:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
ICMS a recolher	2.280	2.628	2.280	2.628
PIS/COFINS a recolher	1.525	1.745	1.812	2.117
ISS a recolher	156	123	2.126	2.377
IPI a recolher	580	906	580	906
Outros	17	31	19	34
	4.558	**5.433**	**6.817**	**8.062**
Passivo Circulante	**4.558**	**5.081**	**5.242**	**5.770**
Passivo Não circulante	**–**	**352**	**1.575**	**2.292**

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Existem outros processos judiciais os quais foram classificados com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões. Abaixo apresentamos os saldos classificados com risco de perda possível:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Cíveis	656	693	1.199	1.245
Tributárias	118	118	118	118
Trabalhistas	2.333	1.851	2.334	1.851
	3.107	**2.662**	**3.651**	**3.214**

17. Imposto de renda e contribuição social: (a) Composição IR e CSLL a pagar:

	Controladora (Não auditado)		Consolidado (Não auditado)	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
IRPJ a recolher	108	392	1.953	2.177
CSLL a recolher	46	144	768	813
	154	**536**	**2.721**	**2.990**
Passivo Circulante	**154**	**536**	**2.721**	**2.753**
Passivo Não circulante	**–**	**–**	**–**	**237**

(b) Reconciliação do resultado: *i. Controladora - Lucro real*:

	2024 (Não auditado)	2023 (Não auditado)
Resultado antes dos impostos	39.414	29.533
Alíquota básica	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	(13.377)	(10.017)
Exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	10.364	8.086
Despesas indedutíveis	(22)	(503)
Preço de transferência	–	(30)
Outras adições / exclusões permanentes	804	876
Imposto de renda e contribuição social	**(2.231)**	**(1.588)**
Aliquota efetiva	**(5,66%)**	**(5,38%)**
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não reconhecido	(352)	(1.405)
Imposto de renda e contribuição social	**(2.583)**	**(2.993)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.801)	(2.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(782)	(905)
Imposto de renda e contribuição social	**(2.583)**	**(2.993)**

ii. Controlada - Lucro presumido:

	2024 Não auditado)	2023 (Não auditado)
Receita bruta serviços	41.772	39.092
IRPJ calculado pelas alíquotas fiscais (4,8%)	(2.005)	(1.876)
Outras receitas	1.791	975
IRPJ renda calculado pelas alíquotas fiscais (15%)	(269)	(146)
Base de cálculo adicional (32%) (–) 20 mil mês	14.918	13.245
IRPJ adicional calculado pelas alíquotas fiscais (10%)	(1.492)	(1.324)
Receita bruta serviços	41.772	39.092
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (2,88%)	(1.203)	(1.127)
Outras receitas	1.791	975
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (9%)	(161)	(88)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	**(5.130)**	**(4.561)**
Alíquota efetiva	**(12,28%)**	**(11,67%)**

iii. Consolidado:

	2024 (Não auditado)	2023 (Não auditado)
Imposto de renda e contribuição social correntes – Controladora lucro real	(5.130)	(2.088)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Controladora lucro real	(1.801)	(905)
Imposto de renda e contribuição social correntes – Controlada lucro presumido	(782)	(4.561)
Imposto de renda e contribuição social	**(7.713)**	**(7.554)**

18. Patrimônio líquido - controladora: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado é de R$ 29.653 formado por 3.265.936 ações ordinárias nominativas da acionista: Uni.co Comércio S.A. **b. Reserva legal**: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 os saldos de reservas excedeu 30% (trinta por cento) e a Companhia deixou de constituir a reserva legal. **c. Destinação do resultado**: O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. **d. Reserva de retenção lucros**: Destinado a fazer frente ao plano de investimentos, conforme orçamento de capital a ser submetido para aprovação dos acionistas na próxima Assembléia Geral Ordinária. **19. Receita operacional líquida:** Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/04/2025

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

IMB Têxtil S.A.

	Controladora (Não auditado) 2024	2023	Consolidado (Não auditado) 2024	2023
Vendas de mercadorias – mercado interno	187.644	178.342	187.644	178.342
Vendas de mercadorias – mercado externo	765	1.756	765	1.756
Prestação de serviços	3.559	2.943	46.822	40.122
Receita bruta	**191.968**	**183.041**	**235.231**	**220.220**
Impostos sobre vendas	(31.633)	(29.181)	(34.077)	(31.282)
Devoluções de vendas	(8.982)	(6.768)	(8.982)	(6.768)
Total	**151.353**	**147.092**	**192.172**	**182.170**

As receitas referem-se unicamente ao principal negócio da Companhia, conforme descrito no contexto operacional. A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro. A Companhia reconhece a receita quando satisfeito as obrigações de performance do contrato. **20. Despesas por natureza:**

	Controladora (Não auditado) 2024	2023	Consolidado (Não auditado) 2024	2023
Custo das mercadorias vendidas	(81.492)	(81.426)	(81.492)	(81.426)
Salários e encargos	(18.945)	(18.662)	(24.052)	(24.010)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(1.981)	(1.770)	(2.192)	(2.154)
Comissões	(1.247)	(1.551)	(1.247)	(1.551)
Depreciação/amortização	(2.986)	(2.921)	(2.998)	(2.932)
Publicidade e propaganda	(6.323)	(5.618)	(6.344)	(5.695)
Viagens e representações	(495)	(336)	(767)	(597)
Provisão para contingências	–	–	–	–
Fretes e carretos	(6.868)	(6.530)	(6.870)	(6.530)
Tributos e taxas	(2.161)	(2.245)	(2.194)	(2.252)
Aluguéis e manutenção	(3.228)	(3.197)	(3.243)	(3.223)
Informática	(1.692)	(2.583)	(1.710)	(2.610)
Consultoria	(865)	(1.568)	(870)	(1.568)
Outras despesas	(7.615)	(6.065)	(8.512)	(6.997)
Total	**(135.898)**	**(134.472)**	**(142.491)**	**(141.545)**
Custos dos produtos vendidos	(81.492)	(81.426)	(81.492)	(81.426)
Despesas com vendas	**(26.854)**	(23.764)	**(30.803)**	(28.375)
Despesas gerais e administrativas	**(27.553)**	(29.282)	**(30.196)**	(31.744)
	(135.898)	**(134.472)**	**(142.491)**	**(141.545)**

21. Resultado financeiro líquido:

Receitas financeiras	Controladora (Não auditado) 2024	2023	Consolidado (Não auditado) 2024	2023
Descontos obtidos	104	47	104	47
Juros recebidos	809	1.164	975	1.316
Rendimentos de aplicações financeiras	893	555	2.499	1.375
Variação cambial ativa	108	75	108	75
Outras receitas financeiras	142	327	160	330
Total de receitas financeiras	**2.056**	**2.168**	**3.846**	**3.143**
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(336)	(226)	(701)	(309)
Despesas bancárias	(204)	(207)	(239)	(243)
IOF	(64)	(22)	(64)	(22)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.676)	(6.318)	(3.676)	(6.318)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(5.127)	(830)	(5.127)	(830)
Juros passivos	(395)	(109)	(620)	(255)
Variação cambial passiva	(314)	(52)	(314)	(52)
Total de despesas financeiras	**(10.116)**	**(7.764)**	**(10.742)**	**(8.029)**
Resultado financeiro líquido	**(8.060)**	**(5.596)**	**(6.896)**	**(4.886)**

22. Operações de arrendamentos: Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **a) Composição do ativo de direito de uso:**

			Controladora e consolidado (Não auditado) 31/12/2024			31/12/2023		
Empresa	**Imóveis**	**Período de Depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor líquido**
IMB Têxtil	Sede São Paulo	Até Fev/2025	4.017	(3.944)	73	4.017	(3.070)	947
IMB Têxtil	CD Biguaçu	Até Jan/2030	11.442	(4.431)	7.010	11.126	(3.097)	8.029
			15.459	**(8.375)**	**7.083**	**15.143**	**(6.167)**	**8.976**

b) Direito de uso de arrendamentos:

			Controladora e consolidado (Não auditado)				
Empresa	**Imóveis**	**Prazo médio em anos**	**01/01/2023**	**Adições (a)**	**31/12/2023**	**Adições (a)**	**31/12/2024**
Custo							
IMB Têxtil	Sede São Paulo	5	3.938	79	4.017	–	4.017
IMB Têxtil	CD Biguaçu	5	11.126	–	11.126	315	11.441
			15.064	**79**	**15.143**	**315**	**15.458**
Depreciação							
IMB Têxtil	Sede São Paulo	5	(2.199)	(870)	(3.069)	(874)	(3.944)
IMB Têxtil	CD Biguaçu	5	(1.777)	(1.321)	(3.098)	(1.335)	(4.431)
			(3.976)	**(2.191)**	**(6.167)**	**(2.209)**	**(8.375)**

			Controladora e consolidado (Não auditado)				
Empresa	**Imóveis**	**Prazo médio em anos**	**01/01/2023**	**Adições (a)**	**31/12/2023**	**Adições (a)**	**31/12/2024**
Saldo líquido							
IMB Têxtil	Sede São Paulo	5	1.739	(791)	948	(874)	73
IMB Têxtil	CD Biguaçu	5	9.349	(1.321)	8.028	(1.020)	7.010
			11.088	**(2.112)**	**8.976**	**(1.894)**	**7.083**

(a) As adições são referentes a remensuração de contratos de arrendamentos. **c) Passivo de arrendamento:**

					Controladora e consolidado (Não auditado)	
Empresa	**Imóvel**	**01/01/2024**	**Adições**	**Pagamentos de principal e juros**	**Juros apropriados**	**31/12/2024**
IMB Têxtil	Sede São Paulo	1.206	–	(1.154)	44	96
IMB Têxtil	CD Biguaçu	8.716	315	(1.820)	641	7.852
		9.922	315	**(2.974)**	**685**	**7.948**
Passivo circulante		**2.278**				**1.402**
Passivo não circulante		**7.644**				**6.546**

					Controladora e consolidado (Não auditado)	
Empresa	**Imóvel**	**01/01/2023**	**Adições**	**Pagamentos de principal e juros**	**Juros apropriados**	**31/12/2023**
IMB Têxtil	Sede São Paulo	2.166	79	(1.151)	112	1.206
IMB Têxtil	CD Biguaçu	9.798	–	(1.800)	718	8.716
		11.964	**79**	**(2.951)**	**830**	**9.922**
Passivo circulante						**2.278**
Passivo não circulante						**7.644**

23. Partes relacionadas: a. O mútuo financeiro é oriundo de contratos de firmados entre a controlada Mone com a parte relacionada Uni.co Comércio, a título de empréstimo destinado para fluxo de caixa, com prazo de 60 (sessenta meses) e sem remuneração financeira.

	Consolidado (Não auditado) 2024	2023
Mútuo Uni.co Comércio S.A.	15.800	15.887
	15.800	**15.887**

b. Saldo de Partes Relacionadas com entidades do grupo Americanas S.A.

	Consolidado (Não auditado) 2024	2023
Duplicatas a receber		
Americanas S.A. (Nota 06)	380	343
	380	**343**

	Consolidado (Não auditado) 2024	2023
Debêntures a pagar		
Digital Finance Promotora Ltda. (Nota 12)	14.243	–
	14.243	**–**

c. Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo possui contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras em que a acionista Americanas S.A. é avalista de todos os contratos vigentes, os saldos e prazos são apresentados na nota explicativa 12. **d.** Em 2024 foi pago a título de remuneração aos Administradores o montante de R$ 5.100 (R$ 3.529 em 2023). Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo. **24. Resultado por ação: Básico e diluído**: O resultado básico por ação é calculado mediante divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Não há diferença entre o resultado por ação básico e o resultado por ação diluído pois não há ações potenciais diluidores:

	Controladora (Não auditado) 2024	2023
Resultado atribuível aos acionistas	**36.830**	**26.540**
Média ponderada de ações ordinárias	3.266	3.266
Resultado por ação básico e diluído – em reais (R$)	11,27	8,136

25. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas foram contratas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguros contratadas com terceiros:

Empresa	Bens Segurados	Riscos Cobertos	Cobertura
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Danos Materiais – Armazen	59.000
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Responsabilidade Civil – Geral	10.000
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Danos Materiais – Armazen	500
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Responsabilidade Civil – Geral	4.000
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Responsabilidade Civil – Geral	1.000
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Danos Materiais – Escritório	10.585
IMB Têxtil S.A	Seguro Patrimonial	Danos Materiais – Armazen	2.800
Mone Gestão de Fran.	Seguro Patrimonial	Responsabilidade Civil – Geral	5.000

DIRETORIA
Wellington Einstein Dalvi dos Santos - Diretor Presidente
Davit do Couto Cordeiro - Contador - CRC RJ-102.878/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Brannan Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 59.561.346/0001-01 - NIRE: 35.266.730.204

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200; e (ii) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/ME) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Brannan Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 58.510.667/0001-14, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.761.963 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: **1.1.** Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. **2.1.** Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de Anexos II. **3.1.** Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Brannan Participações S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "Companhia" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. **4.1.** Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.1.** Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de Anexo I, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. **6.1.** Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. **7.1.** Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 21 de fevereiro de 2025. Acionistas: **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira** e **Tayná Gomes da Silva.** Diretor: **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira.** Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065931-7. JUCESP 88.706/25-4 em 07/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Breton Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 58.516.763/0001-70 - NIRE: 35.265.766.108

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000; e (ii) **Lauanda Kathleen Cardoso Gomes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 39.961.132-0, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Breton Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 58.516.763/0001-70, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.766.108 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: **1.1.** Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. **2.1.** Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de Anexos II. **3.1.** Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Brunge Participações S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "Companhia" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. **4.1.** Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 1748, cj. 1710, Cidade Monções, CEP 04571-000, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.1.** Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de Anexo I, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. **6.1.** Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. **7.1.** Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 19 de dezembro de 2024. Acionistas: **Tayná Gomes da Silva e Lauanda Kathleen Cardoso Gomes.** Diretor: **Tayná Gomes da Silva.** Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065452-8. JUCESP nº 308/25-0 em 02/01/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Sund Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 59.537.566/0001-08 - NIRE: 35.266.714.012

Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima

Pelo presente Instrumento Particular de 1ª Alteração de Contrato Social para a Transformação de Tipo Jurídico de Sociedade Limitada em Sociedade Anônima, as partes a seguir descritas e qualificadas (i) **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200; e (ii) **Tayná Gomes da Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 49.998.445-6, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/ME) sob o n.º 415.697.528-26, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, sócias quotistas representando a totalidade do capital social votante da pessoa jurídica denominada **Sund Participações Ltda.**, Sociedade Limitada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 58.510.667/0001-14, com sede social localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1636, sala 1504, Cerqueira César, CEP 01310-200, com seu ato constitutivo devidamente arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob NIRE nº 35.265.761.963 ("Sociedade"), resolvem, na melhor forma de direito, alterar e consequentemente transformar o tipo jurídico da Sociedade, o qual passará de Sociedade Limitada para Sociedade Anônima de Capital Fechado, nos termos do artigo 1.113 e seguintes da Lei Federal n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil"), conforme segue: **1.1.** Aprovaram os acionistas a transformação do tipo jurídico da Sociedade em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes do Código Civil. **2.1.** Aprovaram os acionistas a conversão da totalidade de 1.000 (mil) de quotas sociais, totalmente integralizadas, representativas do capital social da Sociedade, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada quota, em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, as quais são emitidas pela Sociedade e subscritas em sua integralidade pelo acionista, conforme Boletins de Subscrição anexo ao presente instrumento na forma de Anexos II. **3.1.** Aprovaram os acionistas a alteração do nome empresarial da Sociedade, que passará a girar sob a denominação social de "**Sund Participações S.A.**", bem como esclarecem, ainda, que a Sociedade passará a ser designada simplesmente como "Companhia" e permanecerá com a mesma escrituração, atendidas as exigências fiscais e contábeis, e continuará, sem nenhuma interrupção, com todos os seus negócios sociais. **4.1.** Aprovaram a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira**, brasileira, casada, empresária, portadora da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) n.º 08676403901, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 395.924.948-94, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, escritório 1119, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **5.1.** Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo que, uma vez devidamente assinado pelos signatários deste instrumento, integra o presente instrumento na forma de Anexo I, reescrito, alterado e adequado para atender os requisitos da LSA. **6.1.** Em decorrência da deliberação acima, resolve o acionista aprovar o Estatuto Social que passará a reger a Companhia, nos termos deste instrumento. **7.1.** Por fim, observando-se os preceitos do Parágrafo Único do artigo 220 da LSA, e assinam o presente instrumento de alteração contratual em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas. São Paulo, 19 de fevereiro de 2025. Acionistas: **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira** e **Tayná Gomes da Silva.** Diretor: **Lauanda Kathleen Cardoso de Oliveira.** Visto do Advogado: Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. JUCESP/NIRE nº 3530065942-2. JUCESP nº 90.127/25-0 em 10/03/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

SPE Cristina Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.077.005/0001-97 – NIRE 35.300.654.609

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária (a ser realizada de Modo Exclusivamente Digital)

Ficam convocados, pelo Diretor Presidente, os senhores acionistas da **SPE Cristina Energia S.A.** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 9:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), considerando-se, portanto, realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3311, Conjunto 92, Sala 05, Itaim Bibi, CEP 04538-133, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. **Procedimentos para participação: Informações acerca da participação dos acionistas na AGO.** Documentos. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão se cadastrar por meio dos e-mails mc.vargas@energo-pro.com e r.paschoal@energo-pro.com devendo, para tanto, apresentar à Companhia, (i) em caso de pessoas físicas, cópia do documento de identificação; e (ii) em caso de pessoas jurídicas, (a) documento de identificação do representante legal do acionista; e (b) cópia simples ou original do seu ato constitutivo, devidamente registrado nos órgãos de registro aplicáveis, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria devidamente registrada nos órgãos de registro aplicáveis). Para maior celeridade do processo da AGO, a Companhia solicita que os acionistas se cadastrem para participar na AGO e enviem a documentação aqui mencionada até, pelo menos, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO. Participação Remota. A AGO será realizada de forma digital, por meio da plataforma digital Microsoft Teams. A Companhia enviará por e-mail aos acionistas (ou aos seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos) que tiverem se cadastrado por meio do e-mail descrito acima as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO. Caso o acionista não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a realização da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia por meio dos contatos indicados abaixo e solicitar suas respectivas instruções para acesso. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Companhia solicita aos acionistas que acessem o sistema eletrônico disponibilizado para a participação na AGO com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGO, tendo em mãos documento de identidade. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, incluindo aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações. Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, favor contatar a Companhia pelo seguinte meio: mc.vargas@energo-pro.com e r.paschoal@energo-pro.com. 16 de abril de 2025. **Sergio Fonseca** – Diretor Presidente. (16, 17 e 18/04/2025)

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ n° 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2025, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Emissão de ações Preferenciais Classe A. São Paulo, 15 de abril de 2025. **Assinaturas:** Welson Regis Jacometti, Diretor Presidente. ***(15, 16 e 17/04/2025)***

Albrigg Defesa Ambiental S.A.

CNPJ nº 04.050.400/0001-62 - NIRE 35.300.1808-79

Edital de 1ª Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária em primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de abril de 2025 às 11:00 horas, na sede social, à Avenida Jabaquara, nº 3.060 – 3º andar – Bairro Mirandópolis – São Paulo/SP., a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: **1)** Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais peças das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; **2)** Destinação do resultado exercício e constituição da reserva legal; **3)** Outros assuntos de interesse dos acionistas. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76 São Paulo, 14 de abril de 2025. **Valter Carmona,** Diretor Administrativo e Financeiro. (15, 16 e 17/04/2025)

GIP Medicina Diagnóstica S.A.

CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31 - NIRE 35300474511

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária em 30/04/2025, às 15hs

GIP Medicina Diagnóstica S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025, às 15 horas, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, 188, Paraíso, CEP 04006-050, ou por meio do *link* do aplicativo de videoconferência *Microsoft Teams*, a ser disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81/2020"), para examinar, discutir e votar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a criação de ações preferenciais da classe B da Companhia e a determinação de suas características; (ii) o aumento de capital social da Companhia e emissão de novas ações preferenciais da classe B, nominativas e sem valor nominal; (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como serão disponibilizados por meio de mensagem eletrônica (*e-mail*) a ser enviada aos acionistas. São Paulo/SP, 14 de abril de 2025. **Peter Lohken,** Presidente do Conselho de Administração; **Francisco Javier Molto Martinez,** Membro do Conselho de Administração. (15, 16 e 17/04/2025)

LOG20 Logística S/A

CNPJ n.º 13.631.347/0005-08 - NIRE 3530049188-2

Convocação Para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 28.04.2025

Convocamos os senhores acionistas a se reunirem **em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada no dia **28 de abril de 2025**, na sede da filial Concórdia da companhia, à Rua Osvaldo Valentin Zandavalli, 511, sala 301, Concórdia - SC, CEP 89700-136, às **17:00 horas** para deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia**: **Assembleia Geral Ordinária:** A) Apresentação e aprovação dos Demonstrativos Financeiros do Exercício de 2024; B) Aprovação e Deliberação da Destinação dos Lucros do Exercício. **Assembleia Geral Extraordinária:** A) Pagamento Mensal de JCP – Juros de Capital Próprio; B) Assuntos Gerais. São Paulo, 14 de Abril de 2025 **Osni Roman -** Presidente do Conselho de Administração - CPF 942.342.699-34. **(15, 16 e 17/04/2025)**

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74 – NIRE 35.300.557.352

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de março de 2025, às 09:00 horas, realizada por meio de sistema eletrônico de participação remota – Plataforma Teams, disponibilizado pela Monte Rodovias S.A. ("Companhia"). **2. Convocação:** Dispensadas as formalidades para convocação em razão a presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Presença:** Membros do Conselho de Administração, a saber: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi, Presidente do Conselho de Administração; Sr. Lucas Bittencourt Lacreta e Sr. Fábio Bonini Tararam ("Conselho"). Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Reunião do Conselho de Administração. **4. Mesa: Presidente**: Sr. Julio Cezar Troiano Zogbi; **Secretária**: Sra. Manuela Rego Duran. **5. Deliberações:** Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes. Foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário (art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 – "LSA"), facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que, caso apresentadas, ficarão arquivadas na sede da Companhia. Após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros de Administração decidem: **(I) Aprovar a submissão para deliberação da Assembleia Geral do Relatório da Administração relativo aos negócios sociais da Companhia, bem como as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.** Após apreciação pelos membros do Conselho de Administração do Relatório da Administração relativo aos negócios sociais da Companhia, bem como as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os Conselheiros se manifestaram favoravelmente aos documentos e aprovaram, por unanimidade, a submissão para deliberação da Assembleia Geral. **(II) Convocação para Assembleia Geral Ordinária 2025.** Foi aprovada a convocação dos Acionistas para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2025. **(III) Autorizar à Diretoria da Companhia e das Controladas relativa às deliberações tomadas na presente Reunião do Conselho de Administração**. Os membros do Conselho de Administração concedem autorização para que a Diretoria da Companhia e das Controladas da Companhia pratiquem todos os atos, registros e publicações necessários à implementação das decisões tomadas acima. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Foi aprovada, por unanimidade, a publicação de extrato da presente ata, com a omissão das assinaturas dos conselheiros, não tendo sido apresentada qualquer manifestação por escrito. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada pelo presidente e pela secretária. Certifico que a presente ata é extrato da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de março de 2025. **Mesa: Julio Cezar Troiano Zogbi** – Presidente; **Manuela Rego Duran** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 132.580/25-1 em 14/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 – NIRE 35.300.386.817

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 30 de abril de 2025, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **(i)** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** Eleger os membros do Conselho de Administração para o triênio 2025/2028; e **(iii)** Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 22 de abril de 2025.

Angela Martins Guido Rios *– Presidente do Conselho de Administração* (17, 18 e 23/04/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 25/04/2025, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Pires, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** a extinção dos cargos/Diretorias de Vice-Presidente de Marketing e Vendas Internacionais e Vice Presidência de Operações; **(b)** a criação dos cargos/Diretorias Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; **(c)** as eleições do Vice-Presidente Sênior de Operações, Vice-Presidente Sênior de Vendas Internacionais e Suprimentos e Diretor de Suprimentos e Comércio Exterior; **(d)** reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e **(e)** outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 17/04/2025. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (17, 18 e 23/04/2025)

Zarpo Viagens S/A

CNPJ/ME nº 13.371.407/0001-77 – NIRE 35.300.445.589

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2025

Data, Hora e Local: Em 3 de Abril de 2025, às 12:00 horas, na sede social da Zarpo Viagens S.A. ("Companhia"), na Avenida Ipiranga, nº 104, Conjuntos 93 e 94, República, CEP 01046-010, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A assembleia geral foi também realizada por meio de videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 11, § 2º, do Estatuto Social da Companhia, e do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas da Lista de Presenças que integra esta ata como Anexo A e apostas no Livro de Presença dos Acionistas. **Composição da Mesa:** Escolhido para presidir os trabalhos o Sr. **Daniel Rudy Topper,** que convidou o Sr. **Renato Marques Ramalho** para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** as contas dos administradores, examinando, discutindo e votando acerca das demonstrações financeiras; **(ii)** a destinação do lucro líquido do exercício findo em 2024 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** a remuneração global anual dos órgãos de administração da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, a administração da Companhia, representada pelo Diretor **Daniel Rudy Topper**, apresentou um resumo sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 tendo sido disponibilizada ainda aos acionistas uma visão detalhada da posição de caixa da Companhia, bem como das suas projeções financeiras para o ano 2025. Referidos documentos e informações foram enviados aos acionistas e colocados à disposição para consulta na sede social da Companhia. Após a apresentação da Diretoria, foram colocadas em discussão as matérias da ordem do dia e os Acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **(i)** aprovar as contas dos administradores e demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024; **(ii)** tendo sido apurado prejuízo no exercício social findo em 31/12/2024, considerando a existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, e não havendo de que se deliberar a respeito da distribuição de lucros, aprovar a não distribuição de dividendos; e **(iii)** aprovar a fixação da remuneração global dos órgãos de administração, para o exercício de 2024, que será de até R$ **3.500.000**, sem alteração comparando com o ano anterior**. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. **Mesa:** Daniel Rudy Topper – Presidente e Renato Marques Ramalho – Secretário. **Acionistas Presentes:** Bancorbrás Empreendimentos e Participações S.A. e W7BZ Holding S.A. Cópia fiel lavrada em livro próprio. São Paulo, 3 de Abril de 2025. ***Daniel Rudy Topper*** *– Presidente;* ***Renato Marques Ramalho*** *– Secretário.* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 133.068/25-0 em 14/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo